

REVISTA

ISSN 1415-1979

32

2012
junho

DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

ARTIGOS

A crise financeira internacional e a Grande Depressão

Fernando Ferrari Filho

Gustavo Teixeira Ferreira da Silva

Sistema de crédito e oferta global de capital de empréstimo

José Raimundo Trindade

Réplica: taylorismo, capitalismo e Marx

Benedito Rodrigues de Moraes Neto

Da crítica não-dialética de Rosa Luxemburg

Jadir Antunes

A superexploração da força de trabalho no Brasil

Mathias Seibel Luce

Da crise financeira à recessão mundial: acumulação,
financeirização e o declínio global

David McNally

RESENHA

John Weeks – Capital, Exploitation and Economic Crisis

Tiago Camarinha Lopes

 editora
Plêiade

BRASILEIRA DE
SOCIEDADE  POLÍTICA
ECONOMIA

REVISTA

da Sociedade Brasileira de Economia Política

número 32

junho 2012

Sumário

APRESENTAÇÃO..... 3

ARTIGOS

A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E A GRANDE DEPRESSÃO

FERNANDO FERRARI FILHO, GUSTAVO TEIXEIRA FERREIRA DA SILVA 5

SISTEMA DE CRÉDITO E OFERTA GLOBAL DE CAPITAL DE EMPRÉSTIMO

JOSÉ RAIMUNDO TRINDADE..... 37

RÉPLICA: TAYLORISMO, CAPITALISMO E MARX.....

BENEDITO RODRIGUES DE MORAES NETO 69

DA CRÍTICA NÃO-DIALÉTICA DE ROSA LUXEMBURG

JADIR ANTUNES 95

A SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL

MATHIAS SEIBEL LUCE 119

DA CRISE FINANCEIRA À RECESSÃO MUNDIAL: ACUMULAÇÃO, FINANCEIRIZAÇÃO E O DECLÍNIO GLOBAL

DAVID McNALLY 143

RESENHA

JOHN WEEKS – CAPITAL, EXPLOITATION AND ECONOMIC CRISIS

TIAGO CAMARINHA LOPES 167

Conselho Editorial:

Alan Freeman (University of Greenwich)
Alejandro Arandia (UNISINOS)
Alejandro Valle Baeza (UNAM)
Anita Kon (PUC-SP)
Antonio Maria da Silveira (*in memoriam*)
Arturo Huerta (UNAM)
Cesare Giuseppe Galvan (UFPB)
Eleutério Fernando da Silva Prado (USP)
Fabio Petri (Università di Siena)
Francisco de Assis Costa (UFPA)
François Chesnais (Université de Paris XIII)
Fred Moseley (Mount Holyoke College)
Guido Mantega (FGV-SP)
João Antônio de Paula (UFMG)

José Carlos de Souza Braga (UNICAMP)
Leda Maria Paulani (USP)
Luciano Vassapollo (Università di Roma "La Sapienza")
Luiz Gonzaga de Mello Beluzzo (UNICAMP)
Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UNB)
Mário Duayer de Souza (UFF)
Niemeier Almeida Filho (UFU)
Paulo Nakatani (UFES)
Paul Singer (USP)
Pedro César Dutra Fonseca (UFRGS)
Reinaldo Carcanholo (UFES)
Rosa Maria Marques (PUC-SP)
Theotônio dos Santos (UFF)

Sociedade Brasileira de Economia Política — SEP

Paul Singer (USP) Presidente de Honra
Paulo Nakatani (UFES) Presidente
Niemeier Almeida Filho (UFU) Vice-presidente

Diretores

Eleutério Fernando da Silva Prado (USP)
Fernando Cezar Macedo Mota (UNICAMP)
Fernando Ferrari Filho (UFRGS)
João Ildebrando Bochi (PUC-SP)
João Leonardo de Medeiros (UFF)
João Policarpo Rodrigues Lima (UFPE)
Sílvio Antonio Ferraz Cário (UFSC)
Adriana Amado (ANPEC)
Rubens R. Sawaya (ANGE)

Editor Responsável

Eleuterio F. S. Prado

Editores Associados

Fernando Ferrari Filho (UFRGS)
Frederico Jayme Katz (UFPE/NEAL-UCP)
João Ildebrando Bochi (PUC-SP)
João Leonardo de Medeiros (UFF)
João Policarpo Rodrigues Lima (UFPE)

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política
Ano 14 – 2012 – São Paulo: Plêiade, 2012.
ISSN 1415-1979
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.
CDD – 330

Endereço para correspondência

Departamento de Economia
Universidade Federal do Espírito Santo
Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras — Vitória ES — CEP
29075-910
Tel. Fax: (27)3335-2611 — www.sep.org.br — sep@sep.org.br
Preço da assinatura anual (três números),
para o Brasil e exterior via superfície:
R\$ 30,00 (para pessoas físicas). R\$ 40,00 (para instituições)
Preço do exemplar avulso: R\$ 20,00
As solicitações de assinaturas e exemplares avulsos podem ser
feitos por meio do correio eletrônico: sep@sep.org.br

Editoração eletrônica:

Elenice Madeira
2011
Editora Plêiade
Rua Apacê, 45 – Jabaquara
São Paulo, SP
CEP 04.347-110
Fone: (11) 2579-9863
www.editorapleiade.com.br
info@editorapleiade.com.br

Apresentação

Neste número, a Revista da SEP dá uma atenção especial à crise global do capitalismo atualmente em curso. Essa crise, como se sabe, iniciou-se nos últimos três anos da primeira década do século XXI, não só não foi superada quatro anos depois, mas pode ainda ter continuidade por vários anos à frente. O seu destino, aliás, como todo fato histórico crucial, não é previsível com qualquer certeza razoável. Essa crise sobreveio para surpreender mais uma vez as correntes ortodoxas que sempre se esmeram em conceber o capitalismo como um sistema econômico que tende ao balanceamento e como um sistema social que tende (implicitamente) à harmonia de classe. Como se sabe, a reivindicada competência dessas correntes que se refugiam no formalismo matemático para esconder a sua pobreza de conteúdo não é mais do que obra da propaganda grosseiramente ideológica.

O artigo de Fernando Ferrari Filho e Gustavo Teixeira Ferreira da Silva, que abre o volume, faz uma comparação da crise corrente com a Grande Depressão dos anos 30 do século passado, a partir de uma perspectiva pós-keynesiana. Por isso, considera o sistema econômico como uma economia monetária de produção. Segundo eles, ambas essas experiências históricas mostram a lógica instável inerente ao funcionamento dos mercados financeiros.

O artigo de David McNally, que fecha o volume, apresenta a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo dos anos 70 para diante, com base em uma perspectiva marxista. Para ele, trata-se esta de uma crise global que só pode ser explicada pela tendência à superacumulação inerente ao evoluir do modo de produção capitalista. Para tanto, ele não supõe, como tem sido usual, que houve um longo declínio do capitalismo nas últimas quatro décadas; ademais, ele não explica a crise como mera consequência de um processo financeirização que se afigura autônomo em relação ao processo de acumulação real.

O artigo de David McNally é uma tradução parcial de um artigo bem mais extenso que foi publicado na revista *Historical Materialism*, em 2009. A publicação de excertos desse artigo é, pois, um convite para que os leitores brasileiros estudem o texto original, o qual apresenta uma explicação marxista da crise que diverge daquelas usualmente aceitas, por vários autores, no Brasil.

O artigo de José Raimundo Trindade, que aparece em segundo lugar neste volume, apresenta um teor acentuadamente teórico; ele está preocupado

com as condições estruturais do desenvolvimento do capital-sujeito, dentro das quais é engendrada tanto os surtos de acumulação como as crises de acumulação, de modo inerente. Tem por objetivo apresentar as categorias consideradas centrais para se pensar o sistema de crédito desde um ponto de vista marxista; de modo mais específico, procura mostrar como se articulam os componentes da oferta de capital de empréstimo.

O artigo de Benedito Rodrigues de Moraes Neto, que vem em terceiro lugar neste volume, é uma réplica ao artigo de André G. Augusto, intitulado *Forças produtivas capitalistas: seria o taylorismo uma anomalia?* Este texto foi publicado no número 29 desta revista. Como esse último autor pôs em dúvida a tese de que o taylorismo-fordismo possa ser considerado como um modo de produção manufatureiro, o artigo agora publicado vem novamente procurar mostrar a relevância dessa tese polêmica.

Jadir Antunes aborda um tema clássico, ou seja, as teses polêmicas – e muitas vezes contestadas – de Rosa de Luxemburg sobre a insuficiência interna do processo de acumulação de capital, quando este é estudado com base nos chamados “esquemas de reprodução” de Marx, os quais estão contidos no segundo volume de *O Capital*. A sua tese central é que o erro central cometido pela revolucionária alemã na compreensão desses processos decorre do seu desconhecimento da dialética como uma lógica totalizante dos movimentos reais orientados por contradições imanentes.

O artigo de Mathias Seibel Luce explora a relevância da categoria da superexploração da força de trabalho, elaborada por Ruy Mauro Marini como fundamento da teoria marxista da dependência, na análise do desenvolvimento da economia capitalista no Brasil. Ele, além de trabalha-lo no plano teórico, procura mostrar que esse conceito é importante para compreender o desenvolvimento das relações econômicas entre a classe trabalhadora e a classe burguesa neste País. O artigo Mathias completa um conjunto de seis artigos que mantêm, individualmente e em conjunto, o tom crítico característico do pensamento desenvolvido no âmbito da Sociedade Brasileira e Economia Política - SEP.

A crise financeira internacional e a Grande Depressão

Fernando Ferrari Filhoⁱ

Gustavo Teixeira Ferreira da Silvaⁱⁱ

Resumo

O artigo objetiva analisar quais são as semelhanças e as diferenças entre a crise financeira internacional de 2007-8, originada a partir da crise do *subprime* nos Estados Unidos, e a Grande Depressão dos anos 1930. Apesar de cada crise financeira internacional possuir algumas especificidades, mostrou-se que suas origens e repercussões estão associadas à própria lógica de funcionamento dos mercados financeiros em uma economia monetária de produção.

Palavras-chave: Grande Depressão; crise do *subprime*; crise financeira internacional; capitalismo.

Classificação JEL: B 50; G 01

Introdução

A história do capitalismo é repleta de episódios de crises financeiras. Kindleberger (1978), por exemplo, identifica mais de 300 crises financeiras no período entre 1720 e 1987. Nas últimas décadas, as crises financeiras se manifestaram, principalmente, na forma de crises bancárias, cambiais e de balanço de pagamentos (“conta capital e financeira”), bem como de um *mix* entre elas.

ⁱ Professor Titular da UFRGS e Pesquisador do CNPq; e-mail: ferrari@ufrgs.br

ⁱⁱ Professor do Departamento de Economia da UNESC; e-mail: gustavotfs@unesc.net

Para os pós-keynesianos, por exemplo, Davidson (2002), as origens das crises financeiras estão associadas, sobretudo, à própria lógica de funcionamento dos mercados financeiros que são inerentemente instáveis. Por sua vez, a intensidade e a dimensão dessas crises dependem do ambiente institucional do sistema financeiro e da interação entre variáveis reais e financeiras da economia. Nesse sentido, em um contexto de finanças desreguladas, de globalização do capital financeiro, de inexistência de regras monetário-financeiras e cambiais e de ausência de uma estrutura de salvaguarda que exerça um papel de prestador de última instância global, as crises financeiras acabam tendo um impacto expressivo sobre a demanda efetiva, resultando tanto em períodos de recessão e, eventualmente, depressão quanto de elevação das taxas de desemprego. Essas características foram observadas tanto na Grande Depressão dos anos 1930 quanto na crise financeira internacional de 2007-8.

Tendo como referência a ideia acima e ciente de que as principais crises financeiras do capitalismo são aquelas vivenciadas pela Grande Depressão e a recente crise financeira internacional, o presente artigo procura analisar quais são as semelhanças e diferenças entre as ambas as crises. Para tanto, realizar-se-á uma análise estatístico-descritiva das referidas crises tendo como base tanto algumas características dos ambientes institucionais delas quanto algumas variáveis macroeconômicas selecionadas¹.

Além dessa breve introdução e da conclusão, o artigo conta com mais três seções. Inicialmente, descrevem-se, brevemente, os antecedentes históricos que contextualizam o ambiente da Grande Depressão, bem como os seus aspectos específicos. Em seguida, procura-se apresentar os principais aspectos do ambiente institucional e macroeconômico internacional no qual a crise financeira internacional de 2007-8 se originou e evoluiu. Por fim, é realizada uma análise comparativa de ambas as crises. Nesse particular, por um lado, são comparados alguns aspectos do ambiente institucional e macroeconômico do padrão câmbio-ouro e do processo de globalização, bem como do arcabouço regulatório do país de origem das referidas crises, Estados Unidos (EUA). Por outro, confrontam-se as repercussões das crises, através do comportamento de variáveis macroeconômicas selecionadas.

Relembrando a crise financeira de 1929-33

A tentativa de retorno ao padrão-ouro

A década de 1920 foi marcada pela tentativa de retorno das principais economias ao sistema padrão-ouro² sob um contexto de elevada instabilidade. Ademais, segundo Polanyi (2000), as condições que se apresentaram após a Primeira Guerra Mundial impediram a reconstrução do equilíbrio internacional de poder que garantiu a estabilidade no século XIX³.

Dessa forma, o novo padrão-ouro, estabelecido na segunda metade da década de 1920, apoiou-se nos ideais do liberalismo clássico que regeram o antigo Sistema Monetário Internacional (SMI) do padrão-ouro. Acreditava-se que a restauração da ordem mundial e, por conseguinte, da estabilidade econômica internacional, dependiam do restabelecimento das taxas de câmbio fixas aliadas à adoção da livre mobilidade dos fluxos de capitais. Contudo, em um contexto de ausência de uma liderança hegemônica mundial e de falta de coordenação internacional, arranjos monetários nacionais foram instituídos sem levar em conta suas implicações para o Sistema como um todo.

Para muitos países, permitiu-se que os bancos centrais mantivessem moeda estrangeira ao invés de ouro em suas reservas legais, estabelecendo-se, assim, um padrão câmbio-ouro. A evolução do novo padrão câmbio-ouro ocorreu de forma gradual, intensificando-se a partir do restabelecimento da conversibilidade ouro-libra pelo Reino Unido em 1925. Em 1919, somente os EUA, entre as principais potências, mantinham a conversibilidade, ao passo que, na segunda metade da década de 1920, ocorreu a restauração da conversibilidade em diversos países (BERNANKE; JAMES, 1991, p.37).

Mesmo com a volta das taxas de câmbio fixas a partir da segunda metade dos anos de 1920 – o número de países que adotavam o padrão câmbio-ouro em 1928 era superior a quarenta –, a característica desestabilizadora dos fluxos de capital não se alterou. Naquela nova conjuntura, “os movimentos de capital internacionais poderiam agravar ao invés de aliviar as pressões sobre os bancos centrais” (EICHENGREEN, 2000, p.130).

A assimetria das taxas de câmbio e dos fluxos de pagamentos referentes às reparações e dívidas da Guerra, em conjunto com a instabilidade dos fluxos de capital, aprofundaram os desequilíbrios entre os países. Algumas economias passaram a registrar contínuos déficits em conta corrente, os quais reduziam suas reservas em ouro e moeda estrangeira, ao passo que outras desfrutavam de persistentes superávits e acúmulo de reservas.

Assim, o novo formato do padrão câmbio-ouro revelou dois principais problemas potenciais. Por um lado, a paridade com que os países estabilizaram suas moedas foi em muitos casos inadequada, diante dos diferentes níveis de inflação experimentados pelos países após a Guerra⁴. Por outro lado, as dificuldades competitivas entre os países, agravadas a partir dessas novas taxas, especificamente através de pressões sobre as reservas, impediram uma política de coordenação em nível mundial, como havia sido no sistema padrão-ouro tradicional.

Tais desequilíbrios ocorreram em um contexto marcado pela assimetria entre os EUA e o resto do mundo e pelo fim da hegemonia industrial e comercial do Reino Unido e da posição privilegiada da libra esterlina. Na interpretação de Kindleberger (1986) esse aspecto foi fundamental para a crescente instabilidade nos anos 1920 e para a dimensão da crise de 1929, uma vez que o período se caracterizou pela ausência de um país capaz de exercer as principais funções de um país “hegemônico” – dentre as quais a de prestador de última instância, pois o Reino Unido, enfraquecido, não era mais capaz de exercer essas funções e os EUA evitaram-nas em detrimento de sua política nacional.

Após a Primeira Guerra Mundial, os EUA se tornaram o maior credor do mundo. As reservas de ouro (em percentagem do total das reservas internacionais) em poder dos EUA passaram de 26,6% em 1913 para 45,7% em 1924 (EICHENGREEN, 2000, p.98). Ademais, sua participação na produção industrial mundial passou de um terço em 1913 para 45,0% em 1929, contra pouco menos de 28,0% da participação de Reino Unido, Alemanha e França juntos.

De acordo com Eichengreen (2000), cerca de US\$ 1,0 bilhão, referente a dívidas de Guerra, foi transferido para os EUA entre 1926 e 1931. Em contrapartida, os EUA concederam volumosos empréstimos de volta à Europa e outras regiões do mundo, na maior parte por meio de

novas emissões de títulos para tomadores no exterior⁵. Para Hobsbawm (1995), esse foi um fator essencial do relativo *boom* que precedeu a Grande Depressão, uma vez que a dinâmica econômica foi alavancada, em grande parte, pelos fluxos de capitais internacionais que invadiram os países industriais, em especial a Alemanha⁶.

Essas fragilidades sistêmicas intensificaram-se fortemente com a crise de 1929, demonstrando a incapacidade de uma cooperação em nível internacional. Segundo Eichengreen (2000, p.129), em um sistema onde os fluxos de capitais representavam “parte da cola que ligava as economias dos países”, sucessivos ataques especulativos contra as moedas nacionais e fugas de capitais aprofundaram a instabilidade financeira, agravando a situação das economias e dos desequilíbrios entre os países. Essa situação tornou-se problemática devido à ausência de um emprestador de última instância para conter a falta de intermediação internacional. Entre 1929 e 1931, sete países haviam suspenso a conversibilidade, entre eles o Reino Unido em 1931. Os EUA suspenderam o padrão câmbio-ouro em 1933.

A quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929

De acordo com Galbraith (1997), a facilidade de crédito para a compra de ações, por si só, não explica a elevada especulação em compra de ações na Bolsa de Nova Iorque, uma vez que outros períodos de crédito fácil não decorreram em uma “orgia especulativa”, tal como em 1929⁷. Segundo o autor, o que existiu no período foram um otimismo e uma crença exacerbada por parte dos agentes na rentabilidade das ações, resultando em um processo especulativo de longa escala. Esse entusiasmo esteve baseado, principalmente, nas inovações e no incremento do nível de trabalho na produção, em um contexto de estabilidade dos preços e dos salários.

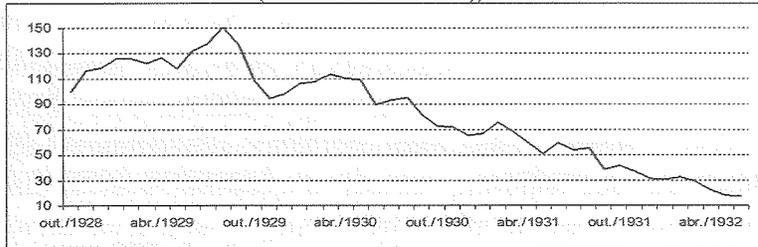
Outra característica marcante é que em 1928 e 1929 não foram criados novos bancos, pelo menos em larga escala, para atuar como instrumentos e objetos de especulação. O que se verificou foi que à medida que o mercado de ações atingia seu ápice, por um lado, empréstimos à vista de “todos os outros”, em oposição aos bancos de Nova Iorque e bancos fora de Nova Iorque, aumentaram

extraordinariamente⁸. Por outro lado, desenvolveram-se Consórcios e Companhias de Investimentos, nas quais existia uma cadeia de títulos: consórcios e outras instituições financeiras criavam mais consórcios, levando a um processo de alavancagem através de uma cadeia de títulos entre os consórcios. Em suma, “a virtude do Consórcio de Investimento era que ele estabelecia uma separação quase completa entre o volume dos títulos da empresa e a dimensão do seu ativo real” (GALBRAITH, 1997, p.84).

Por sua vez, a expansão dos empréstimos aos corretores dependia da alta contínua dos preços das ações no mercado, ao passo que grande parte desses empréstimos servia para garantir os elevados níveis do mercado. Com base nas informações de Galbraith (1997, pp.57-58), enquanto no início da década de 1920 o valor total dos empréstimos girava em torno de US\$ 1,0 bilhão, ao final do ano de 1928 esses representavam cerca de US\$ 6,0 bilhões. No início de outubro de 1929, no ápice especulativo, os empréstimos alcançaram um total de US\$ 8,5 bilhões.

Em outubro de 1929, sob uma conjuntura de desaceleração de alguns indicadores da economia norte-americana, o mercado de ações reverteu-se fortemente. Primeiro, na “quinta-feira negra” (24 de outubro de 1929), com mais de oito milhões de papéis negociados. Depois, a “terça-feira negra” (29 de outubro de 1929), no qual mais de dezesseis milhões de ações foram vendidas na Bolsa de Nova Iorque, resultando em um processo de extraordinária baixa das cotações que anulou de imediato as rápidas elevações dos últimos doze meses. De acordo com o Gráfico 1, o índice das cotações da *Dow Jones Industrial*, que havia aumentado mais de 50,0% entre outubro de 1928 e agosto de 1929, caiu fortemente em outubro de 1929.

GRÁFICO 1
Índice Dow Jones Industrial –
mensal (outubro de 1928 =100), 1928-1932



Fonte: Elaboração dos autores a partir de DSHORT (2010).

Quando o preço das ações começou a despencar, muitos daqueles consórcios que possuíam ações de baixo valor tiveram que se desfazer de títulos “bons” para cobrir seus empréstimos à margem, o que resultou em um processo cumulativo de queda geral dos preços. A evolução do mercado de ações seguiria uma tendência de queda nos três anos seguintes, paralelamente às baixas dos negócios, da produção industrial e das dificuldades no mercado bancário.

A forte reversão nos preços das ações desencadeou um processo de deflação dos ativos, bem como o patrimônio das empresas e das famílias foi reduzido, ocasionando impactos sobre os setores financeiro e real da economia. Assim, houve dificuldades de pagamentos das dívidas acompanhadas por uma forte contração do crédito, bem como ocorreu uma redução do dispêndio corrente, elevando o decréscimo da renda e dos preços, resultando em um processo cumulativo de queda dos preços e do patrimônio, conhecido pela espiral deflacionária (*debt-deflation*).

O período subsequente foi marcado por uma violenta contração do crédito (*credit crunch*) e pela perda de confiança generalizada, acompanhada por sucessivas crises bancárias. Dos vinte e nove mil bancos existentes nos EUA em 1921 só restaram doze mil em março de 1933⁹. Com a crise, os empréstimos externos norte-americanos foram suspensos, evidenciando a vulnerabilidade da Europa, especialmente da Alemanha, face aos fluxos de capitais internacionais¹⁰. Concomitantemente, houve uma redução no volume dos depósitos bancários em diversos países, como na Áustria, Alemanha e Reino Unido. A reversão e a instabilidade dos capitais de curto de prazo levaram a uma cadeia de sucessivas crises bancárias e de balanço de pagamentos¹¹.

O índice de preços ao consumidor caiu em praticamente todas as principais economias entre 1929 e 1932. No Japão esses preços baixaram 17,0%, nos EUA mais de 18,0% e na Alemanha e Itália as quedas chegaram a 21,0% (MADDISON *apud* GAZIER, 2009). Os preços dos alimentos e matérias primas também caíram fortemente com a crise. Assim, países cujo comércio internacional dependia basicamente desses produtos, como Brasil, Argentina, México e Índia, para citar alguns, foram bastante afetados¹².

Como resultado houve uma forte contração do PIB nas principais economias industriais. Entre 1929 e 1933, o PIB caiu 16,0% na Alemanha e 30,0% nos EUA. Cabe destacar, contudo, que as taxas de crescimento do PIB apresentaram uma enorme disparidade entre os países na década 1920: nos países que registraram um maior crescimento durante os anos 1920, como a França, as quedas foram maiores, enquanto em outras economias, como o Reino Unido, a retração foi menor.

De acordo com Eichengreen (2000), os governos tentaram interromper a espiral descendente da atividade econômica confrontando-se com a incompatibilidade de iniciativas expansionistas e a conversibilidade ao ouro. Nesse caso, a redução das reservas resultante da queda da taxa de juros, que encorajava investimentos no exterior, e o aumento do crédito, que estimulava importações, geraram temores de desvalorização com fugas de capital. Nas palavras do autor, “[i]njeções de crédito e reduções nas taxas de juros para fomentar o consumo e os investimentos eram incompatíveis com a manutenção do padrão ouro” (EICHENGREEN, 2000, p.108).

Diante de tal circunstância muitos países suspenderam a conversibilidade, permitindo que suas moedas se desvalorizassem e, concomitantemente, fossem adotados controle de capitais, o que comprometeu a estabilidade do SMI nos demais países. Com o abandono do padrão câmbio-ouro, a desvalorização das moedas e o controle de câmbio, os gastos de importação de produtos dos países que ainda mantinham a conversibilidade foram substancialmente reduzidos. A queda da demanda nesses países aprofundou a depressão, elevando o temor dos investidores sobre a estabilidade daquelas moedas.

A crise financeira internacional de 2007-8

A natureza financeira da globalização

De acordo com Fiori e Tavares (1998), o atual processo de globalização tem em sua origem as relações assimétricas de poder e dominação internacional, que explicam sua expansão e originalidade financeira. Nesse sentido, a marca principal do movimento de globalização teria sido a globalização das finanças, viabilizada pelas políticas de liberalização e desregulamentação dos mercados, iniciada pelos EUA e Inglaterra, e avançada pela adoção do sistema de taxas de câmbio flutuantes.

Seus impactos sobre o setor real da economia levaram à necessidade do uso de instrumentos financeiros para reduzir os riscos associados tanto à volatilidade cambial quanto aos riscos inerentes ao processo de liberalização dos mercados. Assim sendo, sob um contexto cada vez maior de interdependência entre os países através dos mercados financeiros, os desequilíbrios, que até então tinham ocorrido por meio de choques no comércio, decorreram de choques nas finanças (KREGEL, 2004).

Com o fim do sistema Bretton Woods¹³ a política monetária passou a ter como objetivo principal a estabilidade do câmbio, pois a maior mobilidade internacional de capitais acabou dificultando a distinção e o controle de compras e vendas em moeda estrangeira relacionadas às transações correntes e à conta capital e financeira do balanço de pagamentos (EICHENGREEN, 2000).

Ademais, por um lado, o fim das taxas de câmbio “ajustáveis” entre as economias desenvolvidas fez com que o setor privado passasse a assumir os riscos cambiais, o que, por sua vez, estimulou os mercados de câmbio e de derivativos. Por outro lado, o processo de desregulamentação financeira, acompanhado pelo surgimento de inovações financeiras, pela livre mobilidade de capitais e a flexibilidade e volatilidade das taxas de juros e de câmbio, reduziu a capacidade das políticas macroeconômicas domésticas elevando a fragilidade financeira sistêmica.

Por sua vez, os países em desenvolvimento, adequando-se aos princípios do Consenso de Washington, deveriam controlar o déficit

orçamentário e aprofundar as reformas liberais a fim de receber financiamento dos países desenvolvidos¹⁴, atraídos principalmente pela taxa mais elevada de retorno do capital daqueles países, possibilitando, assim, uma convergência do crescimento econômico. Sob essa perspectiva, ignoravam-se os argumentos favoráveis à adoção de controle de capitais, tais como a redução do efeito contágio de crises financeiras¹⁵.

Entretanto, de acordo com Cunha (2009), esse período foi marcado pelo comportamento cíclico e contraditório dos fluxos de capitais para as economias emergentes, com curtos períodos de euforia financeira com forte crescimento econômico e relativa estabilidade, seguidos por crises e elevadas flutuações nos principais preços macroeconômicos. Desse modo, o processo de abertura e integração financeira das economias emergentes ocorreu por meio de reformas estruturais, em um contexto estabilização monetária alicerçada em taxas de câmbio fixas ou relativamente fixas¹⁶.

A instabilidade verificada na segunda metade da década de 1990 e no início dos anos 2000, e expressa em sucessivas crises, tais como as do México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998), Brasil (1999), Argentina (2000) e Turquia (2002), teve como resultado uma relativa contração dos fluxos financeiros, em especial para os países em desenvolvimento¹⁷.

Em contraste com a década de 1990, os anos 2000 foram de relativa estabilidade e crescimento para a economia mundial. As taxas de crescimento da economia mundial, que durante a década de 1990 foram relativamente baixas e instáveis, apresentaram crescimento robusto a partir de 2001: a taxa média do PIB mundial elevou-se de pouco mais de 2,0% em 2001 para 5,5% em 2007¹⁸.

De acordo com Cunha (2009), após um período de forte instabilidade, algumas tendências pareceram se consolidar entre as economias em desenvolvimento: (i) a busca de redução da vulnerabilidade externa por meio do sobre acúmulo de reservas oficiais; (ii) intervenções sistemáticas nos mercados cambiais, a despeito da adoção formal de regimes de câmbio flutuante; (iii) uma atuação mais ativa dos bancos centrais nos mercados de divisas; e (iv) a conformação de acordos regionais de cooperação monetária e financeira.

Como consequência, houve uma melhora da situação em conta corrente das economias em desenvolvimento – em um passado recente,

elas apresentavam elevada vulnerabilidade e fragilidade externa –, bem como as economias desenvolvidas passaram a apresentar uma piora em seus resultados de balanço de pagamentos em transações correntes. Com base nas informações do FMI (IMF, 2010a), por um lado, os superávits em transações correntes das economias em desenvolvimento passaram de US\$ 93,0 bilhões em 2000 para US\$ 724,0 bilhões em 2008 e as reservas internacionais das referidas economias aumentaram mais de US\$ 4,0 trilhões entre 2002 e 2008; por outro lado, entre 2000 e 2008 o déficit acumulado em transações correntes das economias desenvolvidas atingiu cerca de US\$ 2,9 trilhões – no que diz respeito especificamente aos EUA, esse país passou a ter uma posição de devedor líquido global.

Diante dessa mudança de posição de desequilíbrios externos, os agentes econômicos passaram a ter uma postura mais especulativa em relação às suas posições nos mercados financeiros e cambiais, levando-os não somente a realocarem seus *portfolios* em economias em desenvolvimento, mas também no promissor mercado de hipotecas norte-americano.

Ascensão e queda do mercado de hipotecas de subprime

Segundo Kregel (2008), a nova estrutura de financiamento habitacional estadunidense, baseada na evolução de um sistema desregulado e no desenvolvimento de novos instrumentos de financiamento, teve papel fundamental na origem da crise financeira do *subprime*. Com a desregulamentação e o fim do suporte governamental¹⁹, diminuiu-se a participação dos “*Thrifits*”²⁰ a favor dos mercados desregulamentados, principalmente investimentos de *Wall Street*. Isso induziu elevada competição em ambos os lados dos negócios financeiros, contraindo os lucros bancários e resultando em um processo de maior alavancagem. A expansão desse mercado, possibilitada pelo acréscimo da participação das empresas e dos fundos *hedges* e de pensão, elevou a fragilidade financeira sistêmica.

A queda da participação dos bancos em detrimento de outras instituições financeiras²¹ teve como resultado a criação de novos instrumentos financeiros de dívida e securitização. Assim, instrumentos chamados de *mortgage-backed securities* funcionavam como veículos de financiamento habitacional.

Dymski (2008) ressalta que na “nova” estrutura bancária os riscos dos bancos se elevaram consideravelmente. Com a emissão de ativos por outras instituições e a volatilidade cambial, os riscos, cambial, de liquidez e de *default*, se exacerbaram, multiplicando-se através do uso de instrumentos derivativos. Para excluir os riscos de seus balanços, os bancos recorreram aos chamados “produtos-estruturados” lastreados em crédito imobiliário, derivativos financeiros e derivativos de crédito, negociados entre o sistema bancário tradicional e o sistema “sombra”²². Sem habilitação para obter recursos de depositantes para adquirir tais instrumentos, os integrantes do sistema “sombra” recorreram ao mercado de capitais através da emissão de títulos de curto prazo (*commercial papers*), comprados, principalmente, pelos fundos mútuos de investimentos (PRATES *et al*, 2008).

Segundo Dymski (2008, p.12), a partir dessa lógica teriam se desenvolvido interações que explicam as origens da crise no mercado financeiro estadunidense: (i) mudanças nas estratégias bancárias, com incremento de empréstimos apoiados pelos mercados secundários e na expansão de mercados através da inclusão de pequenos segmentos e segmentos de baixa renda; (ii) práticas predatórias nos mercados de crédito historicamente excluídos (racial e social), através da utilização de altas taxas e penalidades, possibilitadas pelo desenvolvimento de instrumentos financeiros; e (iii) o crescimento contínuo dos preços dos ativos nos mercados financeiros, validados no mercado secundário a partir de securitizações baseadas em altos riscos e expandidos por outros tipos de securitizações, os quais tiveram como demandantes primeiros os fundos *hedges* e os fundos privados

Ademais, com o esgotamento da “reserva” de tomadores do segmento *prime* (requeridos pelas normas das GSEs), tiveram origem as hipotecas *subprime*, através dos famosos empréstimos “ninja” (*no income, no job and no assets*): parcela da população sem renda, sem emprego fixo, sem ativos para dar como garantia e sem histórico de crédito para provar confiabilidade foi incorporada àquele mercado (CARVALHO, 2008).

Nesse contexto, artifícios foram usados para convencer as pessoas a tomarem esses empréstimos. Por um lado, um mecanismo bastante empregado foi o “*adjustable-rate mortgages*” (ARM), em que taxas

de juros muito baixas eram cobradas nos primeiros anos o empréstimo, aumentando-as dramaticamente depois de algum tempo, o que fez com que muitas famílias aceitassem se endividar²³.

Por outro, modelos com base na moderna teoria ortodoxa de financiamento mostravam aparentemente uma redução dos riscos no mercado hipotecário. Esses modelos “permitiam” calcular a probabilidade de sucesso dos empréstimos, se tudo mais se mantivesse como no presente. Como a economia norte-americana havia passado por um período de sustentada prosperidade na última década, esses modelos de crédito sugeriam que a *performance* da economia manter-se-ia (CARVALHO, 2008). Como resultado, um valor substancial de empréstimos foi feito em hipotecas *subprime*: o valor de hipotecas *subprime* aumentou mais de US\$ 400,0 bilhões entre 2001 e 2005 (KREGEL, 2008).

Em suma, a engenharia financeira, acompanhada pela falha dos modelos de previsão, que se baseavam em experiências passadas em um contexto de estabilidade, possibilitou a ampliação do mercado *subprime* a partir de um processo de alavancagem de crédito e da incorporação de segmentos de risco subestimado pelas agências de classificação de risco.

No ano de 2006 muitos daqueles contratos do mercado hipotecário *subprime* tiveram suas taxas reajustadas: a elevação da taxa básica de juros da economia norte-americana passou, em média, de 1,0% em 2004 para 5,2% em 2006. Como consequência, muitos agentes se viram incapacitados de honrar seus compromissos, desencadeando a crise no final de 2006.

No segundo trimestre de 2006, os preços das residências, que tinham aumentado significativamente ao longo dos anos 2000, começaram a cair. De acordo com o Índice Nacional Case-Schiller (STANDARD & POOR’s, 2010), no ano de 2007 a queda dos preços das moradias chegou a mais de 20,0%; em 2008 os preços continuaram caindo e em 2009 os preços representavam cerca de 70,0% do verificado no pico de 2006.

Diante do aumento da inadimplência e da desvalorização dos imóveis e dos ativos relacionados às hipotecas de *subprime*, o risco de crédito ficou eminente. A percepção de que os empréstimos tinham

sido feitos com base numa visão otimista da capacidade de pagamento daquela parcela que compunha o segmento *subprime* acarretou na reavaliação dos riscos, diminuindo a oferta de crédito.

Ademais, a disseminação da percepção de que os investidores que compraram títulos baseados nessas hipotecas e outros investidores e instituições que compraram títulos similares estavam expostos a um *risco de liquidez* induziu a tensões financeiras generalizadas, com problemas de liquidez. Assim, a crise se propagou rapidamente pelo sistema financeiro norte-americano através das complexas conexões entre os mercados de crédito e financeiro, revelando as vulnerabilidades sistêmicas.

Na sequência, a tentativa de venda em massa desses papéis contagiou os demais ativos do mercado de capitais, resultando em uma *crise patrimonial*. Essas tensões intensificaram-se com a grave crise de liquidez do banco Bear Stearns, absorvido posteriormente pelo banco JP Morgan Chase²⁴.

O resgate das agências hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac e da seguradora American Insurance Group, bem como a falência de bancos de investimento como Bear Sterns e Lehman Brothers, de *Hedge Funds* e *Private Equities Funds*, levaram à perda de confiança generalizada nos mercados financeiros internacionais. A desconfiança dos investidores nos sistemas financeiros se propagou em âmbito global através de movimentos de pânico nos mercados de ações, de câmbio e de derivativos. O resultado foi uma profunda instabilidade dos capitais internacionais, expressa em fugas de capital, pressões sobre o câmbio e queda dos preços das *commodities*.

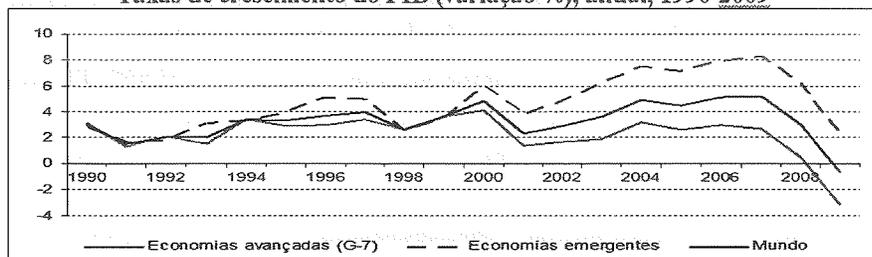
A Europa sofreu forte impacto devido à estrita relação entre seus mercados financeiros e os mercados financeiros dos EUA. No caso de várias economias da Europa Central e do Leste, a elevada dependência dos fluxos de capitais externos e a elevada presença de bancos estrangeiros nos sistemas financeiros domésticos serviram como um canal adicional de contágio. A perda de confiança nos mercados financeiros teve como resultado a fuga de capitais daqueles países e a liquidação de operações cambiais²⁵, o que levou a desvalorizações cambiais e, conseqüentemente, dificuldades de curto prazo com relação à dívida.

A crise financeira se propagou intensamente através do contágio sobre os mercados de ações e obrigações e os preços dos produtos primários, bem como gerou pressões sobre as taxas de câmbio e, por conseguinte, os balanços de pagamentos dessas economias.

A partir do quarto trimestre de 2008 diversas economias começaram a registrar queda no nível de preços. Nos EUA, o índice de preços ao consumidor recuou 2,8%, no Canadá 1,5% e nos países do G-7, 1,7%. Em 2009 os preços continuaram caindo em muitos países. No primeiro trimestre de 2009 a redução dos preços ainda foi bastante significativa em economias como a da Espanha (1,6%), Suíça (1,4%), Chile (1,7%) e Irlanda (3,0%). Ao longo de 2009 as quedas seguiram de forma dispersa, sendo que no terceiro trimestre de 2009 os preços deixaram de cair em grande parte das economias (OECD, 2010).

Como resultado, o crescimento mundial desacelerou-se abruptamente. Conforme mostra o Gráfico 2, em 2008 os países do G-7 registraram uma variação do PIB próxima a 0,3%, ao passo que em 2009 o PIB contraiu-se 3,6%. Na área do Euro essa queda foi de 4,2%, chegando a 6,4% no leste Europeu. Nos EUA e Reino Unido, as retrações foram, respectivamente, de -2,7% e -4,4%.

GRÁFICO 2
Taxas de crescimento do PIB (variação %), anual, 1990-2009



Fonte: Elaboração dos autores a partir de IMF, *World Economic Outlook* (2010a).

Como resposta ao efeito contágio da crise, diversos países adotaram um conjunto de medidas em sua grande maioria anticíclicas, contrastando claramente com o padrão seguido nas crises da década de 1990 e início dos anos 2000. Nesse particular, paralelamente ao intenso debate que surgiu em torno da necessidade de reforma da arquitetura

financeira internacional, alguns países tomaram medidas individuais para estabilizar os fluxos de capitais, tais como o uso de instrumentos de controle de capitais.

Em nível mundial, no mês de novembro de 2008 o G-20²⁶ ensaiou uma coordenação das políticas fiscais, bem como propôs a reestruturação do SMI. De concreto, articulou-se a previsão tanto dos recursos do FMI quanto de novos empréstimos de bancos multilaterais para o desenvolvimento e financiamento do comércio mundial.

Análise comparativa das duas grandes crises financeiras mundiais

Esta seção busca elaborar uma análise estatístico-descritiva das crises financeiras mundiais de 1929-33 e 2008-9, tendo como base algumas características do ambiente institucional e de variáveis macroeconômicas selecionadas das duas crises. Cabe destacar, que tais variáveis foram selecionadas levando-se em consideração dois fatores: em primeiro lugar, considera-se que elas são representativas das repercussões de ambas as crises financeiras na economia mundial. Ou seja, acredita-se que as variáveis macroeconômicas apresentadas expressam os impactos das referidas crises na dinâmica econômica mundial; o segundo fator, e que está relacionado ao primeiro, é o fato de que essas (com exceção da variável taxa de desemprego) são utilizadas em um trabalho seminal de comparação das duas crises elaborado por Eichengreen e O'Rourke (2009).

Ambientes macroeconômicos e institucionais

Algumas características dos ambientes macroeconômicos e institucionais da Grande Depressão e da recente crise financeira internacional podem ser resumidas como se segue:

- O sistema padrão câmbio-ouro foi estruturado com objetivo de restabelecer a ordem mundial após a Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, a década de 1920 foi “conservadora”, centrada na

tentativa de retorno ao padrão-ouro, com taxas de câmbio fixas e a livre mobilidade de capitais. Ademais, a adoção de políticas conservadoras foi uma regra, diante de um contexto em que a política monetária e os bancos centrais tinham como objetivos assegurar a lógica operacional do padrão câmbio-ouro. Esse período foi marcado pelo enfraquecimento do Reino Unido no papel de líder hegemônico mundial e pela falta de cooperação internacional. O processo de globalização financeira, por sua vez, decorreu da própria estratégia dos EUA em reafirmarem seu papel de líder mundial, o qual foi alicerçado pela volta às raízes liberais no plano teórico. Tal processo resultou na abertura dos mercados e na incorporação dos países em desenvolvimento a um único mercado financeiro global e na redução da autonomia das políticas macroeconômicas domésticas. Esse processo é marcado pela evolução de um “não sistema” de taxas de câmbio e pela livre mobilidade de capitais. Sob esse contexto, verificou-se a incapacidade das instituições remanescentes do acordo de Bretton Woods em atuarem como emprestadoras de última instância;

- A livre mobilidade de capitais na ausência de um emprestador de última instância em nível mundial foi uma característica de ambos os ambientes institucionais. E, nesse caso, como resultado, o espaço de atuação de políticas macroeconômicas domésticas também se mostrou bastante limitado nos dois períodos. Entretanto, enquanto no padrão câmbio-ouro o compromisso dos bancos centrais era com a paridade das taxas de câmbio fixas em detrimento da adoção de políticas macroeconômicas domésticas, no ambiente da globalização financeira essas políticas estiveram restringidas pelo “jogo” de confiança dos mercados financeiros;
- No ambiente conjuntural macroeconômico, nos anos 1920, mais especificamente após a segunda metade da década de 1920, aprofundaram-se os desequilíbrios em transações correntes dos

principais países. Naquela ocasião, os desequilíbrios estiveram associados à (i) assimetria das taxas de câmbio entre os países, (ii) assimetria dos fluxos de pagamento, em especial aqueles associados às reparações de guerra, e (iii) elevada instabilidade dos fluxos de capital internacional. Nos anos 1990 e nos primeiros anos da década de 2000 houve uma instabilidade dos fluxos de capital, o que resultou em sucessivas crises financeiras, principalmente, nos países em desenvolvimento. Ademais, a relativa expansão da economia mundial nos anos 2000 ocorreu com acentuado desequilíbrio entre as economias;

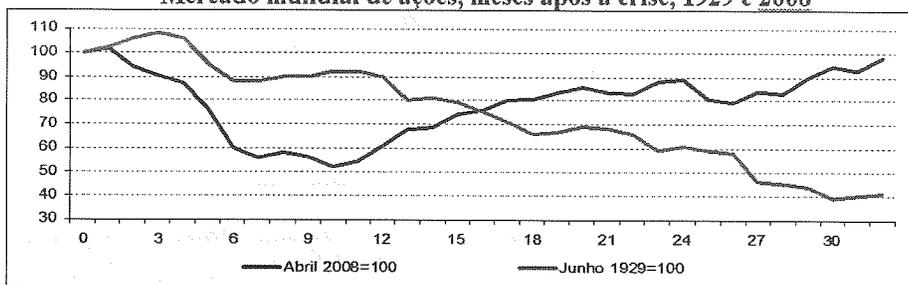
- Ambos os períodos são marcados por uma conjuntura de acentuados desequilíbrios entre as principais economias, bem como pela instabilidade dos fluxos de capital internacional. Contudo, no ambiente do padrão câmbio-ouro, os desequilíbrios entre os países foram, em geral, resultado dos pagamentos de reparações da Guerra e dos níveis em que as taxas de câmbio foram estabilizadas. Em contrapartida, nos anos 2000 os desequilíbrios caracterizaram-se, principalmente, entre as economias em desenvolvimento e as desenvolvidas;
- No que diz respeito ao país de origem das referidas crises, ambas ocorreram nos EUA. Todavia, a posição desse País na dinâmica econômica mundial é distinta na conjuntura das duas crises. Em 1929 os EUA se colocavam como o maior credor do mundo, concedendo elevados empréstimos para o exterior, em especial para Europa. Em 2008, os EUA Unidos apresentavam uma posição inversa, ou seja, devedor líquido global;
- Em relação ao sistema financeiro, na década de 1920 o sistema financeiro norte-americano não era regulado e contava com uma precária estrutura bancária e corporativa. A partir dos anos 1980 se iniciou uma política de desregulamentação do sistema financeiro norte-americano, culminando na “volta das finanças desreguladas”;

- Por fim, em ambos os períodos, o *boom* especulativo foi possibilitado por meio de mecanismos e instrumentos de especulação que surgiram a partir de inovações financeiras. Nesse particular, a alavancagem financeira verificada na origem de ambas as crises ocorreu com a elevada participação de empréstimos de fontes não bancárias: agentes não regulados e não autorizados ao socorro estatal. Em suma, nas origens das duas crises desenvolveram-se mecanismos e instrumentos de especulação em um ambiente desregulado.

Variáveis macroeconômicas selecionadas

Dois pontos são marcantes quando se compara o impacto das duas crises no **mercado de ações**. O primeiro diz respeito à velocidade e intensidade com que ocorreram as quedas nos diferentes períodos. O outro está associado à duração dessas quedas. Conforme mostra o Gráfico 3, o choque nos mercados de ações nos primeiros meses da crise de 2008 foi bastante maior que o dos primeiros meses da crise de 1929.

GRÁFICO 3
Mercado mundial de ações, meses após a crise, 1929 e 2008



Fonte: Elaboração dos autores a partir de Eichengreen e O'Rourke (2009) e de *World Federation of Exchange* (2010).

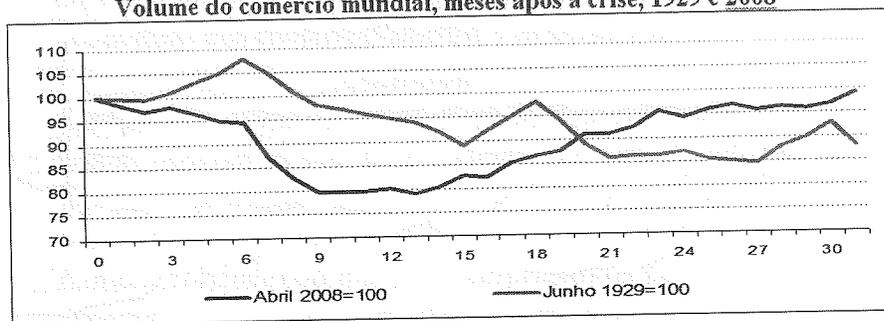
De acordo com o referido Gráfico, na crise de 2008 os mercados de ações desvalorizaram-se cerca de 50,0% em apenas um ano. Durante o mesmo período da crise de 1929 a queda não ultrapassou 20,0%. Outro aspecto que se destaca é o fato dos mercados de ações registrarem uma

tendência de forte recuperação a partir de março de 2009. No início de 2009, os mercados de ações, seguindo uma tendência inversa dos vários resultados negativos que marcaram os primeiros meses, principalmente do comércio mundial e da produção industrial, voltaram a apresentar um elevado otimismo. Em algumas bolsas de valores, a recuperação foi bastante forte²⁷.

Tal situação contrasta fortemente com o período da Grande Depressão, no qual se verificou uma queda contínua que persistiu por aproximadamente três anos. Após uma relativa estabilidade no início dos anos 1930, o pessimismo no mercado de ações seguiu pelos três anos seguintes. Em junho de 1932 o valor das cotações representava menos de um terço do valor registrado em 1929.

Assim como no mercado de ações, o impacto inicial da crise de 2008 no **comércio mundial** foi mais forte do que o verificado em 1929. Conforme mostra o Gráfico 4, a retração do comércio mundial nos primeiros meses da crise de 2008 foi maior que nos primeiros meses da crise de 1929.

GRÁFICO 4
Volume do comércio mundial, meses após a crise, 1929 e 2008



Fonte: Elaboração dos autores a partir de Eichengreen e O'Rourke (2009) e de *World Trade Monitor* (2010).

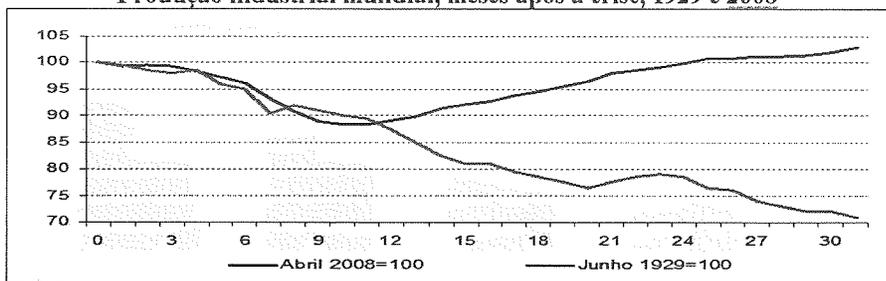
A contração do comércio mundial nos meses imediatamente após a crise de 2008 foi de aproximadamente 20,0%. Todas as regiões do mundo sofreram quedas em suas exportações em 2009: a queda do volume exportado pelos países do G-7 ultrapassou 19,0% e na área das economias em desenvolvimento a redução chegou a 7,8%. No que diz respeito ao valor do comércio mundial, de julho de 2008 a setembro de

2009, registrou-se uma contração de mais de 30,0%: a queda no valor exportado das economias em desenvolvimento chegou a 32,8% e nas economias avançadas a 28,1% (IMF, 2010).

Contudo, em 2009 o volume do comércio mundial apresentou uma tendência de estabilização, apresentando em seguida uma tendência de recuperação, o que contrasta com a contínua queda do comércio mundial a partir da crise de 1929. Na Grande Depressão o volume do comércio mundial retraiu-se cerca de 30,0% entre abril de 1929 e fevereiro de 1933. Considerando-se os efeitos do processo de deflação dos preços, essa queda foi ainda maior; por exemplo, o grupo dos países exportadores de produtos primários sofreu fortemente com a queda dos preços – na Argentina e no Brasil as exportações foram reduzidas em 60,0%, ao passo que no Chile a queda nas exportações chegou a 80,0% (TRIAN-TIS *apud* GAZIER, 2009, p.49).

Quando se compara o resultado inicial das duas crises sobre a **produção industrial**, o comportamento é bastante semelhante. Como mostra o Gráfico 5, o declínio na produção industrial nos primeiros meses da crise de 2008 foi tão grave quanto ao dos meses subsequentes à crise de 1929. Todavia, na metade do ano de 2009 a produção industrial começou a apresentar sinais de recuperação, descolando-se do *desempenho* observado durante o período da Grande Depressão.

GRÁFICO 5
Produção industrial mundial, meses após a crise, 1929 e 2008



Fonte: Elaboração dos autores a partir de Eichengreen e O'Rourke (2009) e de CPB, *World Trade Monitor* (2011).

De acordo com o Gráfico acima, o volume da produção industrial mundial em 1930 era 10,0% menor que em 1929, sendo que em 1932 representava somente 70,0% do produzido em 1929. Nos EUA, por

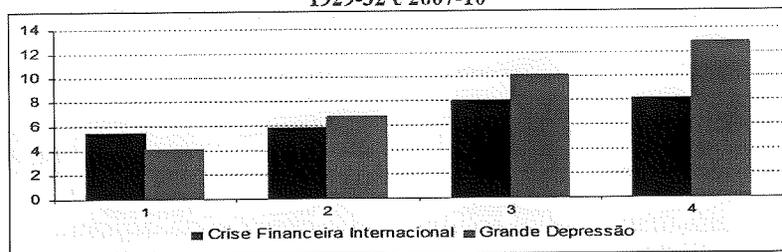
exemplo, a atividade industrial em 1932 foi quase a metade da registrada em 1929. Países como a Alemanha, Áustria e Itália, para citar alguns, também apresentaram expressivas quedas no período (GAZIER, 2009).

Em 2008, a produção industrial do G-7 caiu 2,4%, ao passo que na área do Euro essa redução foi de 1,7%. Nos EUA e no Canadá a redução da produção industrial nesse período foi de, respectivamente, 0,4% e 4,7%. No Brasil, no último trimestre de 2008, a redução da referida produção foi quase de 10,0%. Por sua vez, no início de 2009, houve uma redução expressiva da produção industrial, principalmente nos países desenvolvidos: nos EUA a queda foi de 5,2%, na zona do euro a redução foi de 8,7% e no G-7 a produção industrial caiu 9,8% (OECD, 2010).

Contudo, a partir do segundo trimestre de 2009, a produção industrial começou a apresentar indícios de recuperação, tal que, no terceiro trimestre de 2009 ela voltou a crescer de forma dinâmica. De fato, pode-se inferir que, na crise recente, a produção industrial foi “dinamizada” em certa medida pelos créditos decorrentes das políticas de resgate.

Outro contraste marcante entre as crises é o aumento das **taxas de desemprego**. Conforme mostra o Gráfico 6, embora as taxas de desemprego tenham crescido durante as duas crises, a elevação da taxa de desemprego na Grande Depressão foi bastante maior.

GRÁFICO 6
Taxas de desemprego* (em % da população ativa), anos após a crise, 1929-32 e 2007-10



Fonte: Elaboração dos autores a partir de Maddison *apud* Gazier (2009) e de OECD (2010).
Nota: (*) Taxas referentes à média de EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Itália, Austrália e Suécia, para 1929-32, e do G-7, para 2007-10.

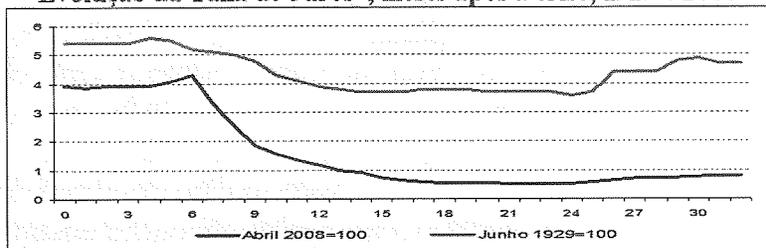
Como resultado da crise financeira internacional de 2008, em 2009 praticamente todas as economias registraram aumento em suas

taxas de desemprego. A taxa de desemprego nos EUA aumentou 5,0% entre 2007 e 2010. Na área do Euro a taxa de desemprego chegou a 10,0% em 2010. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2009), somente em 2009 foram reduzidos mais de dois milhões de postos de trabalho na América Latina.

Por sua vez, durante a Grande Depressão as taxas de desemprego se elevaram rapidamente, alcançando seu pico no ano de 1932. A taxa de desemprego (média entre EUA, Reino Unido, Alemanha, Itália, França, Suécia e Austrália) passou de menos de 5,0% em 1929 para 13,0% em 1932. Em outros países, apesar da elevação não ter sido tão expressiva, os números também foram elevados: na Austrália a taxa de desemprego passou de 8,0% em 1929 para 18,0% em 1932, na Alemanha de 6,0% para 17,0% e no Reino Unido de 7,0% para 15,0%.

A magnitude das **políticas fiscal e monetária** é sem dúvida um dos fatores de maior contraste entre as duas crises. Com a crise de 2008 os governos, em geral, não pouparam esforços em reduzir as taxas de juros e ampliar o déficit (ou diminuir o superávit) fiscal, tal como em 1929. Como se pode observar no Gráfico 7, em 2008 a redução das taxas de juros foi mais rápida que em 1929.

GRÁFICO 7
Evolução da Taxa de Juros*, meses após a crise, 1929 e 2008



Fonte: Elaboração dos autores a partir de Eichengreen e O'Rourke (2009) e de OECD (2010).

Nota: (*) Média dos países do G-7 para 2008.

Como se pode observar no gráfico acima, enquanto a taxa de juros média do G-7 caiu de 4,0% ao ano para menos de 1,0% ao ano na crise de 2008, em 1929 a taxa média de juros passou de 5,5% para pouco menos de 4,0% ao ano. Ao longo do ano de 1929 a taxa média

de juros manteve-se acima de 5,0% ao ano, sendo que, durante todo o período da crise, ela nunca baixou de 3,0% ao ano.

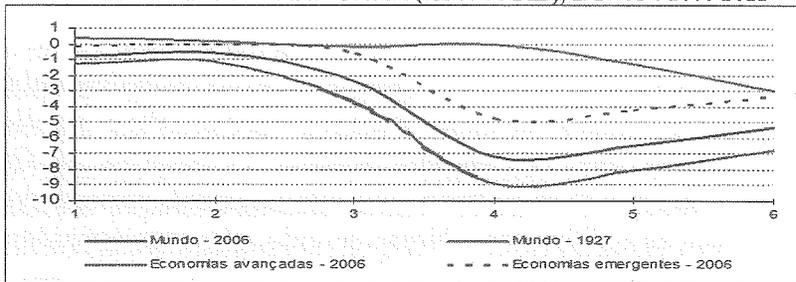
Na Grande Depressão, os bancos centrais se viram desencorajados a intervir em benefício do sistema bancário em virtude da prioridade do câmbio fixo do padrão câmbio-ouro. Assim, “[com] a credibilidade de seu compromisso para com a conversibilidade já em dúvida, os bancos centrais não tinham alternativa para tranquilizar os mercados, senão através da defesa da paridade ao ouro até o amargo fim. Assim a vigência do padrão câmbio-ouro impunha constrangimentos à intervenção em apoio ao sistema bancário” (EICHENGREEN, 2008, p.112). Ademais, o crescente temor pela estabilidade das moedas, diante da liquidação de divisas que reduziu o volume de reservas – as reservas dos 24 países mais importantes diminuíram cerca de US\$ 100,0 milhões ao longo de 1931 –, obrigou os bancos centrais a elevarem as taxas de redesconto como forma de assegurar um nível adequado de reservas e garantir a conversibilidade. O Banco da Inglaterra, por exemplo, aumentou a taxa de redesconto em um ponto percentual por duas vezes em julho de 1930.

Por sua vez, em 2008, muitos países reduziram suas taxas de juros. No Brasil, por exemplo, a taxa básica de juros (Selic) caiu de 13,75% ao ano no início de 2009 para 8,75% ao ano em dezembro de 2009. A taxa de juros de curto prazo nos EUA passou de 5,0% ao ano quarto trimestre de 2007 para 3,0% ao ano no primeiro trimestre de 2008. Em 2009 a taxa de juros diminuiu novamente, ficando abaixo de 1,0% ao ano durante todo ano. Na área do Euro a taxa de juros que se encontravam acima de 4,0% ao ano até o final de 2008, foi reduzida pelo Banco Central Europeu para 1,0% ao ano em 2009.

Diante da percepção generalizada de que a crise não tinha resultado somente em problemas de liquidez, mas também de solvência, em 2008 e 2009 a maioria dos governos adotou **políticas fiscais** contracíclicas, visando mitigar os efeitos da crise sobre o lado real da economia. Dessa forma, conforme demonstra o Gráfico 8, a diferença da evolução do resultado fiscal após as crises também foi bastante marcante.

GRÁFICO 8

Política Fiscal: Resultado Fiscal anual (em % do PIB), 1927-32 e 2006-2011*



Fonte: Elaboração dos autores a partir de Eichengreen e O'Rourke (2009) e de IMF (2010b).

Nota: (*) Os dados para 2011 são projeções do IMF.

Como se pode observar, o déficit fiscal mundial passou de menos de 1,0% do PIB em 2007 para 2,0% em 2008 e cerca de 7,0% do PIB em 2010, ao passo que o resultado fiscal mundial entre 1929 e 1931 manteve-se praticamente equilibrado.

Como se pode observar, o déficit fiscal mundial passou de menos de 1,0% do PIB em 2007 para 2,0% em 2008 e cerca de 7,0% do PIB em 2010, ao passo que o resultado fiscal mundial entre 1929 e 1931 manteve-se praticamente equilibrado.

Durante a crise de 1929, a atuação da política fiscal também se mostrou bastante limitada, pois, por um lado, houve restrições impostas pela própria lógica do padrão câmbio-ouro. As altas taxas de juros elevavam a dívida pública, o que, por sua vez, exacerbou a instabilidade dos fluxos de capitais, resultando, por conseguinte, em maiores pressões sobre as taxas de câmbio. Por outro lado, predominava a visão de que os governos deviam manter o orçamento equilibrado. Assim sendo, muitos governos, inclusive o dos EUA, viam o equilíbrio orçamentário como uma condição necessária para a estabilidade econômica (GALBRAITH, 1997).

Em 2009, a queda na demanda agregada e no emprego levou a adoção de pacotes fiscais: o volume de recursos utilizados em 2009 chegou a 3,7% do PIB nos países desenvolvidos; na China, por exemplo, o socorro fiscal atingiu o montante de 13,0% do PIB. O déficit fiscal dos EUA aumentou de 3,0% do PIB em 2007 para 6,0% em 2008 e para cerca de 13,0% em 2010.

Conclusão

Tendo como base as análises estatístico-descritivas de variáveis macroeconômicas selecionadas e algumas características dos ambientes macroeconômicos e institucionais dos anos 1920 e 1930 e das décadas de 1990 e 2000, elaborou-se uma análise comparativa da Grande Depressão e da recente crise financeira internacional, visando mostrar suas semelhanças e diferenças. Nesse sentido, algumas considerações merecem reflexões.

Inicialmente, a despeito de cada crise financeira internacional possuir algumas especificidades, mostrou-se que suas origens e repercussões estão associadas à própria lógica de funcionamento dos mercados financeiros em uma economia monetária de produção. Ademais, através do exame das origens específicas da Grande Depressão e da crise financeira internacional percebeu-se que ambas foram deflagradas com a reversão de um *boom* especulativo, acarretando em um *processo de deflação dos ativos e de mudança das expectativas dos agentes* nos mercados financeiros. Tal situação aprofundou a *instabilidade dos fluxos de capital internacional*, resultando em pressões sobre as taxas de câmbio e sobre os balanços de pagamentos, principalmente naqueles países que se encontravam mais vulneráveis externamente, os que se tornou problemático na *ausência de um prestador de última instância em nível mundial*.

Segundo, a despeito de se ter deixado de lado as características do “ciclo” econômico em cada período específico das referidas crises, o que se pretendeu comparar foram os desdobramentos de ambas as crises, bem como as políticas econômicas adotadas em suas fases iniciais.

Nesse sentido, há algumas semelhanças e diferenças. Em termos de semelhanças, duas chamam a atenção: o aspecto mais evidente é que as duas crises têm como país de origem os EUA; e ambas as crises foram fenômenos realmente globais – isto é, em 2008-9 os impactos da crise foram tão expressivos, ou maiores, quanto os da Grande Depressão.

Quanto aos aspectos que as diferenciam, o mais importante é que as crises têm profundidade e duração distintas, quando se analisam as variáveis macroeconômicas selecionadas. Assim sendo, percebe-se que: (i) as perdas nos mercados de ações e a contratação do comércio

mundial foram significativamente maiores na crise de 2007-8; (ii) a queda inicial da produção industrial na recente crise foi tão grande quanto na Grande Depressão. Todavia, a capacidade de recuperação registrada ao final de 2009 contrasta fortemente com a persistente deterioração da produção industrial durante a Grande Depressão; e (iii) ao longo do período da Grande Depressão as taxas de desemprego aumentaram expressivamente, como resultado da queda contínua do nível de atividade econômica, ao passo que na crise de 2007-8 as taxas de desemprego se elevaram de maneira menos dramática.

No que diz respeito às diferenças em relação à queda da produção industrial e à taxa de desemprego, pelo menos dois fatores podem ser explicativos: por um lado, a queda da produção industrial e a taxa de desemprego na crise financeira internacional não foram maiores do que na Grande Depressão pelo fato de que, contrariamente ao período da Grande Depressão em que as políticas fiscal e monetária não foram operacionalizadas de maneira a mitigar a crise, as políticas de *bailout* (resgates de natureza fiscal e monetária) adotadas pelos diferentes países foram eficientes; por outro lado, as economias capitalistas contemporâneas têm uma extensa rede de amparo social constituída a partir do período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial.

Para finalizar, não é demais ressaltar que, no que diz respeito à adoção (ou não) de políticas econômicas contracíclicas, no período da Grande Depressão o “argumento” keynesiano de incentivos à demanda efetiva era desconhecido, ao passo que no contexto da recente crise financeira internacional a percepção da eficiência de políticas de cunho keynesiano é bastante consolidada.

Abstract

The article aims at comparing the 2007-8 international financial crises that was originated in the United States, and the Great Depression. Each international financial crisis has some specific features, but it shows that the origins and consequences of both crises are associated with the very logic of functioning of financial markets in a monetary economy of production.

Key words: Great Depression; subprime crisis; international financial crises; capitalism.

Referências

- BERNANKE, B.; JAMES, H. The Gold Standard, Deflation, and Financial Crisis in the Great Depression: An International Comparison. *In: Financial Markets e Financial Crisis*. Cambridge: National Bureau of Economic Research, p.33-68,1991.
- BRESSER-PEREIRA, L.C.; NAKANO, Y. Crescimento Econômico com Poupança Externa? *Revista de Economia Política*, v. 23, nº2 (90), p.163-184, abril-junho, 2003.
- CARVALHO, F. C. The Changing Role and Strategies of the IMF and the Perspectives for the Emerging Countries. *Revista de Economia Política*, v.20, nº1 (77), p.3-17, janeiro-março, 2000.
- _____. Entendendo a recente crise financeira mundial. *In: Dossiê da Crise*. ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 2008. Disponível em: <http://www.ppge.ufrgs.br/akb>, acessado em dezembro de 2010.
- CPB (NETHERLANDS BUREAU FOR ECONOMIC POLICY ANALYSIS). *World Trade Monitor*. Disponível em <http://www.cpb.nl/en/dataoverview/worldtrademonitor>, acessado em janeiro de 2011.
- CUNHA, A.M. A Crise Financeira Global: em busca de um novo Bretton Woods. *In: Anais do II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*. Porto Alegre: AKB, setembro de 2009.
- DAVIDSON, P. *Financial Markets, Money and the Real World*. Northampton: Edward Elgar, 2002.
- DYMSKI, G.A. *Is Financial Governance Feasible in the Neoliberal Era? Reflections on the Post-War Evolution of Financial Risk*. Mimeografado, 2008.
- DSHORT. *Financial Lifecycle Planning*. Disponível em: <http://www.dshort.com/docs/data-sources.html>, acessado em dezembro de 2010.
- EICHENGREEN, B. *A Globalização do Capital: uma historia do sistema monetário internacional*. São Paulo: 34, 2000.
- EICHENGREEN, B.; O'ROURKE, K. H. *A tale of two Depressions: what do the new data tell us?* 2009. Disponível em <http://www.voxeu.org>, acessado em dezembro de 2010.
- FERRARI-FILHO, F.; PAULA, L. F. The legacy of the Real Plan and an alternative agenda for the Brazilian economy. *Investigación Económica*, LXII (244), p.57-92, abril-junio, 2003.

- FIORI, J.L.; TAVARES, M.C. (Orgs.). *Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GALBRAITH, J.K. *The Great Crash of 1929*. Boston: Houghton Mifflin, 1997.
- GAZIER, B. *A Crise de 1929*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- HOBSBAWM, E. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World Economic Outlook*. Washington, D.C: International Monetary Fund, April 2010(a). Disponível em <http://www.imf.org>, acessado em dezembro de 2010.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Fiscal Monitor. Fiscal Exit: From Strategy to implementation*. Washington, D.C: International Monetary Fund, November 2010(b). Disponível em <http://www.imf.org>, acessado em janeiro de 2011.
- KINDLEBERGER, C. P. *Manias, Pânico e Crashes*. New York: Basic Books, 1978.
- _____. *The World in Depression, 1919 – 1939*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- KREGEL, J.A. Riscos e implicações da globalização financeira para autonomia de políticas nacionais. In: Ferrari Filho, F.; Paula, L.F. (Orgs.). *Globalização Financeira: ensaios de macroeconomia aberta*. Petrópolis: Vozes, p.31-58, 2004.
- _____. Changes in the U.S. Financial System and the Subprime Crisis. *Working Paper n° 530*. New York: Levy Economics Institute of Bard College, 2008.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OCDE.StatExtracts (Main Economic Indicators)*. Disponível em: <http://stats.oecd.org>, acessado em janeiro de 2011.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Panorama Laboral 2009: América Latina y el Caribe*. 2009. Disponível em <http://www.oit.org.br>, acessado em dezembro de 2010.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação, 1944*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- PRATES, D.M.; FARHI, M.; FREITAS, M.C.P.; CINTRA, M.A.M. A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. In: *Dossiê da Crise*. Associação Keynesiana Brasileira, 2008. Disponível em

<http://www.ppge.ufrgs.br/akb>, acessado em dezembro de 2010.

PRATES, D.M.; CINTRA, M.A.M. *Os países emergentes diante da crise financeira global*. In: *Anais do II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira*. Porto Alegre: AKB, setembro de 2009.

STANDARD & POOR'S. Índice Nacional Case-Schiller. Disponível em <http://www.standardandpoors.com>, acessado em dezembro de 2010.

Notas

¹ É importante ressaltar que análises comparativas entre as referidas crises financeiras devem levar em consideração pelo menos dois aspectos fundamentais: por um lado, podem ocorrer possíveis equívocos de interpretação, principalmente porque os contextos históricos da Grande Depressão e da crise financeira internacional são bastante distintos; por outro lado, as referidas crises apresentam especificidades próprias, pois, conforme argumenta Kindleberger (1992), nenhuma crise financeira é igual à outra.

² De maneira geral, considera-se que o funcionamento do sistema padrão-ouro tradicional foi viável devido ao fato do (i) sistema basear-se na prioridade dos governos na manutenção da conversibilidade de suas moedas em ouro e (ii) comprometimento das autoridades monetárias com a manutenção da conversibilidade constituir-se em “um circuito de realimentação positiva no interior do sistema: a confiança do mercado no compromisso das autoridades fazia com que os *traders* adquirissem uma moeda quando sua taxa de câmbio caía, reduzindo a necessidade de uma intervenção e a inquietação resultante de medidas tomadas para estabilizar o câmbio” (EICHENGREEN, 2000, p.72). Ademais, as condições eram favoráveis a adoção de políticas econômicas restritivas, o que garantia a credibilidade dos governos e contava com a solidariedade e cooperação entre os países que compunham o sistema.

³ De acordo com Polanyi (2000), a “*haute finance*”, instituição peculiar ao último terço do século XIX e ao primeiro terço do século XX, foi um elo fundamental entre a organização política e econômica no mundo, fornecendo os instrumentos para um sistema de paz internacional. Nas palavras de Polanyi (2000, p.25), “havia um contato íntimo entre as finanças e a diplomacia (...) [e] o segredo do sucesso na manutenção de uma paz geral repousava (...) na organização e técnicas de finanças internacionais”.

⁴ Dois exemplos marcantes foram o caso do franco francês e o da libra esterlina.

⁵ De acordo com Eichengreen (2000, p. 104), o número de norte-americanos que investiam em bônus quintuplicou entre 1914 e 1929, registrando um pico entre 1927-1928.

⁶ Segundo Hobsbawm (1995), somente a Alemanha recebeu cerca de metade das exportações de capital mundial em 1928.

⁷ Para Galbraith (1997), cinco características diferenciam o ambiente da crise financeira de 1929: (i) concentração de renda; (ii) estrutura corporativa precária; (iii) péssima estrutura

bancária e inerentemente debilitada, com unidades independentes e práticas duvidosas; (iv) desequilíbrios no balanço de pagamentos, entre credores e devedores do após a Guerra; e (v) falta de “inteligência” econômica do Estado.

⁸ Esses empréstimos passaram de pouco menos de US\$ 2,0 bilhões, no final de 1926, para US\$ 3,8 bilhões em dezembro de 1928, e para US\$ 6,4 bilhões no início de outubro de 1929. Ademais, os empréstimos para corretores efetuados por bancos de Nova Iorque caíram de um valor máximo de US\$ 1,6 bilhão no final de 1928 para US\$ 1,0 bilhão em outubro de 1929 (Kindleberger, 1978).

⁹ Em 1931, houve um forte pânico bancário nos EUA, especialmente, no mês de outubro. Somente entre agosto de 1931 e janeiro de 1932 mais de 1800 bancos quebraram. Em março de 1933, o Presidente Roosevelt decretou feriado bancário.

¹⁰ O valor da saída de capital privado líquido dos EUA, que havia aumentado de pouco menos de US\$ 200,0 milhões em 1919 para mais de US\$ 1,5 bilhão em 1928, caiu pela metade em 1929 (EiCHENGREEN, 2000, p.104).

¹¹ Para uma análise cronológica das crises bancárias do período, ver, por exemplo, Bernanke e James (1991).

¹² Alguns exemplos se tornaram emblemáticos, como o caso da queima dos estoques de café no Brasil.

¹³ Três aspectos fundamentais diferenciaram o acordo de Bretton Woods (1944-1971) do antigo padrão câmbio-ouro: (i) regimes de câmbio ajustável foram usados como instrumentos para manutenção do equilíbrio dos balanços de pagamentos; (ii) adotaram-se controles de capitais com o objetivo de evitar as ameaças da volatilidade dos fluxos desestabilizadores no entre as guerras; e (iii) instituiu-se o Fundo Monetário Internacional (FMI), com a função de monitorar e penalizar os países desestabilizadores do sistema e oferecer financiamentos para economias com dificuldades nos balanços de pagamentos (EINCHENGREEN, 2000).

¹⁴ Segundo Bresser e Nakano (2003), além desta percepção “ignorar” o problema de um aumento do déficit em conta corrente associado à entrada de capital estrangeiro, a “poupança externa” não aumenta necessariamente a taxa de investimento, entre outros fatores, pelo limite do endividamento externo.

¹⁵ De acordo com Carvalho (2004, p.188), nesse contexto o Fundo Monetário Internacional (FMI) passa a sugerir não só as conhecidas políticas de ajustes – políticas econômicas restritivas –, mas também uma série de reformas estruturais pontuais aos países com dificuldades financeiras. Muitas dessas, por sua vez, encontraram-se ancoradas na defesa da causa da liberalização financeira, estimulando a livre circulação internacional de capitais de qualquer natureza e pressionando para desmontar controles e restrições sobre operações cambiais e financeiras, uma vez que, “a ideologia encontrava-se muito mais próxima das posturas defendidas pelo tesouro dos EUA, rompendo com sua visão inicial”.

¹⁶ Uma análise sobre as crises monetário-cambiais ao longo da segunda metade dos anos 1990 pode ser encontrada em Ferrari-Filho e Paula (2003).

¹⁷ Nunca é demais lembrar que, na maior parte dos países que sofreram crises financeiras, os impactos foram aprofundados pela adoção de políticas macroeconômicas restritivas, tais como o aumento da taxa de juros, o corte de gastos públicos e o aumento de impostos, consideradas como uma pré-condição para o retorno dos fluxos de capitais externos.

¹⁸ Médias calculadas pelos autores tendo como base as informações estatísticas do FMI, *World Economic Outlook* (IMF, 2010a).

¹⁹ Antes da desregulamentação, o mercado contava com o apoio de instituições governamentais no mercado secundário de hipotecas, conhecidas como *Government-Sponsored Enterprises*

(GSEs). A *Federal National Mortgage Association* (Freddie Mae), criada em 1938 pela administração do Presidente Roosevelt, comprava hipotecas dos bancos escrituradas por eles mesmos; a *Government National Mortgage Association* (Ginnie Mae), criada em 1968 com a reestruturação do suporte governamental no mercado habitacional, garantia o pagamento das hipotecas originais a partir de programas especiais de suporte de hipotecas, como, por exemplo, empréstimos para militares veteranos; e a *Federal National Mortgage Corporation* (Freddie Mac), que em 1970 se uniu à *Freddie Mae*, prestava serviços similares.

²⁰ Este termo diz respeito ao código 3-6-3 (The Thrifts), como uma representação da rotina dos banqueiros que dominaram o mercado habitacional naquele período. Conforme Kregel (2008, p.4): “It signified issue savings deposits at three percent, lend them out on thirty-year house mortgages at six percent, and be on the golf course by three o’clock”.

²¹ Essas novas instituições estariam associadas aos fundos privados, conhecidos como investidores institucionais (Fundos *hedge* e Fundos Mútuos), relacionados aos mercados maior de liquidez.

²² O *Shadow Banking System* (sistema “sombra”) é composto basicamente pelos grandes bancos de investimentos independentes, os fundos *Hedge*, os fundos de pensão e as seguradoras. Um fator importante é que tais instituições não estão sujeitas às normas dos acordos de Basileia e nem possuem acesso aos seguros de depósitos e outras operações de redesconto dos bancos centrais.

²³ De acordo com Kregel (2008, p.15), a participação de empréstimos subprime com a utilização do instrumento de ARM cresceu expressivamente entre 2001 e 2006. Em 2005 quase todos empréstimos subprime contavam com esse instrumento (93,3%).

²⁴ Os bancos de investimentos foram os mais afetados, face sua maior exposição àquelas classes de ativos.

²⁵ Essas operações estavam vinculadas a operações de arbitragem conhecidas como *carry trade* que se baseavam na captação de recursos em moedas com baixas taxas de juros, bem como no endividamento imobiliário nessas moedas (PRATES; CINTRA, 2009).

²⁶ O G-20 é o grupo formado por representantes das 19 maiores economias do mundo (África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, EUA, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia) e da União Européia.

²⁷ ABOVESPA, por exemplo, valorizou-se mais de 125,0% entre dezembro de 2008 e dezembro de 2009 (*World Federation of Exchange*, 2010).

Sistema de Crédito e Oferta Global de Capital de Empréstimo¹

José Raimundo Trindadeⁱ

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar as categorias consideradas centrais para se pensar o sistema de crédito desde um modelo teórico marxista e, especificamente, desenvolve os componentes conformadores da oferta de capital de empréstimo. Propõe-se, portanto, a desenvolver a análise estrutural do sistema de crédito.

Palavras Chave: sistema de crédito; capital de empréstimo; Marx; economia marxista.

Classificação JEL: E 51; B 51.

Introdução

O sistema de crédito é um dos principais componentes da dinâmica do modo de produção capitalista, aparecendo como produto do esforço do capital para resolver suas contradições internas, mesmo que, como assinala Marx (1981e, p. 562) “todo fator que se opõe à repetição das velhas crises” traga “consigo o germe da crise futura muito mais violenta”.

A conceituação de sistema de crédito não é consensual em termos marxistas, sendo que em diversos momentos Marx contrapõe a denominação sistema de crédito à denominação sistema monetário.

O sistema monetário seria característico da circulação simples de valores, no qual, frente a cada valor mercadoria, antepõe-se um valor dinheiro. A realização imediata da mercadoria em dinheiro significa a condição necessária para aquisição pelo produtor direto de um novo valor de uso para seu consumo, seja este produtivo ou improdutivo. Podemos, de fato, afirmar que nesta forma simples de economia

ⁱ Professor do Programa de Pós-graduação em Economia Regional da Universidade Federal do Pará (PPGE/UFPa).

mercantil o fim último seja o consumo, aspecto bastante diferente da economia mercantil capitalista cujo fim último é a acumulação de riqueza em si mesma.

A circulação capitalista, por sua vez, processa-se não como uma *circulação monetária* e sim como uma *circulação creditícia* (DE BRUNHOFF, 1978, p. 86-87). Germer (1995, p. 128) assinala que Marx utiliza o conceito de sistema de crédito para designar a estrutura de circulação de valores própria do capitalismo².

Este artigo tem como objetivo apresentar categorias consideradas centrais para se pensar o sistema de crédito desde um modelo teórico marxista e, especificamente, desenvolver os componentes conformadores da oferta global de capital de empréstimo.

Propõe-se, portanto, desenvolver a análise estrutural do sistema de crédito. Para tal dividiu-se o artigo em cinco partes, além desta introdução: na primeira constrói-se a conceituação de sistema de crédito e sua interação com o capital produtivo; na segunda seção expõe-se a categoria de capital de empréstimo, especificamente tratando da relação entre capital portador de juros e a mercadoria capital; na terceira seção são estabelecidos os elementos de conformação das chamadas reservas monetárias ociosas, desenvolvendo-se a conceituação de oferta global de capital de empréstimo; na quarta seção é tratado o sistema bancário, enquanto componente institucional básico do sistema de crédito; na quinta parte aborda-se a oferta global de capital de empréstimo desde uma percepção algébrica; do mesmo modo, na sexta, aborda-se a demanda de capital de empréstimo, conceitual e algebricamente, por fim tiram-se algumas conclusões, centradas na questão da taxa de juros.

Capital e Sistema de Crédito

O modo de produção capitalista constitui um momento histórico no qual todo o processo reprodutivo social se subordina à valorização, sendo o capital industrial componente central do sistema, o qual subordina aos seus movimentos de valorização e expansão todas as formas pretéritas de capital comercial e usurário.

O capital industrial realiza três movimentos que correspondem aos

ciclos reprodutivos do capital: i) se desmonetiza, isto é, passa da forma capital-dinheiro para a de capitais-mercadorias especiais (produtivas): meios de produção e força de trabalho; ii) se valoriza, cria um novo valor durante o processo produtivo; iii) monetiza-se, apresentando um diferencial de valor acrescido (mais-valia).

O novo valor líquido criado no processo produtivo é apropriado na forma de lucro do empresário, juros do proprietário do capital de empréstimo, tributos recolhidos pelo Estado e renda fundiária destinada aos proprietários de terras (MARX, 1977, p. 407-10). Esses movimentos apresentam velocidades e ritmos próprios.

Formalmente os três ciclos reprodutivos do capital descritos no Livro II de O Capital são os seguintes: os ciclos do capital-dinheiro ($D...D'$); capital produtivo ($...P...$) e do capital-mercadoria ($M...M'$), estruturados na seguinte fórmula: $D - M (FT, MP)...P...M' - D'$. O capital-dinheiro, o capital-mercadoria e o capital-produtivo não definem espécies distintas de capital, mas formas funcionais do capital industrial. De outro modo, cada um desses elementos acomoda momentos do desenvolvimento e expansão do capital produtivo da economia.

O sistema de crédito deve ser compreendido como um ponto de convergência de um conjunto diferenciado de instituições que alimentam e expandem os círculos de intercâmbio de valor. Historicamente ele se desenvolve como forma peculiar do capital produtor de juros – subordinado ou forma do próprio capital industrial –, e que permite a redução da taxa de juro aos limites necessários ao processo de acumulação capitalista. O sistema de crédito é forma do capital industrial para controlar o capital usurário³.

As formas primárias de crédito: crédito comercial e crédito monetário

O crédito comercial se desenvolve no sistema mercantil simples, decorrente das relações entre credores e devedores que se firmam entre os produtores privados de mercadorias. A condição objetiva que possibilita esta inter-relação entre produtores são as condições técnicas e comerciais diferenciadas existentes no processo produtivo global da economia.

Não existe coincidência no tempo de produção, deslocamento das mercadorias, acessibilidade aos recursos naturais entre os diversos produtores dos diversos setores interligados da economia. Esta situação traz como consequência que, enquanto parcela dos produtores já têm prontas as suas mercadorias para a venda, outros ainda se encontram em processo de produção. Esta incongruência temporal na produção mercantil faz com que se proceda a vendas sem compras e compras sem vendas, de tal modo que o primeiro (vendedor) torna-se credor e o segundo (comprador) torna-se devedor.

A relação de postergação da entrega do dinheiro vis-à-vis à entrega da mercadoria é, portanto, um movimento que se procede de forma que o vendedor entrega uma mercadoria, um valor de uso, sem realizar o valor, ou seja, de imediato recebe uma promessa de pagamento (letra de câmbio); enquanto o outro agente, o comprador, irá, a um prazo determinado, entregar valor (dinheiro) em pagamento de uma dívida contraída.

O crédito comercial em si é um procedimento anterior ao capitalismo desenvolvido, sendo base de sustentação da função meio de pagamento do dinheiro. A função meio de pagamento é derivada no ciclo produtivo do processo de crédito comercial entre os produtores diretos.

O encadeamento da circulação das mercadorias entre os produtores diretos se dá formalmente mediante a relação entre credor e devedor, o que implica, ainda no sistema mercantil simples, antecipação do valor de uso por parte do devedor e postergação da apropriação do valor-dinheiro por parte do credor, não surgindo nenhuma diferenciação de valor entre os tempos de concessão do valor de uso e de realização do valor de troca, o que ocorrerá quando do surgimento do juro⁴, que é uma categoria do sistema de crédito.

Por outro lado, o crédito comercial ou crédito de circulação torna-se a forma mais elementar de aceleração dos circuitos rotacionais dos capitais individuais e se desenvolve entre os capitalistas produtivos na forma de capital mercantil, ou seja, na forma da massa de capital-mercadoria intercambiável, sendo a letra de câmbio o instrumento jurídico primordial nesse processo de transferência de valores, portadora de dada soma de dinheiro.

Com o desenvolvimento do capitalismo e a expansão das relações puramente mercantis naturalmente se desenvolvem os vínculos entre produtores, constituindo-se redes de credores e devedores. A formalização destes vínculos se processa inicialmente mediante as letras de câmbio, títulos comerciais que designam ao portador a posse sobre um crédito do devedor. Esses títulos de dívidas tornam-se aos poucos o meio mais geral de circulação de valores, substituindo a circulação monetária por uma paulatina e crescente circulação creditícia.

Segundo Marx (1977, p. 179), a antítese entre tempo de trabalho e tempo de circulação conteria a teoria inteira do crédito, isso porque a contradição primária do capital está na sua capacidade de produção de valores de uso a uma velocidade superior àquela que o *estômago do mercado* é capaz de absorver e possibilitar o salto mortal⁵ das mercadorias.

A aceleração das metamorfoses cíclicas do capital (fases do circuito D – M...P...M'-D'), de maneira que este se fixe o menor tempo possível em cada uma de suas formas necessárias (mercadoria e dinheiro), impulsiona o capital a desenvolver mecanismos que garantam a transição livre e fluida em que o valor passa de uma forma para outra, possibilitando a valorização e o acréscimo de nova riqueza social apropriada privadamente.

O movimento de compra e venda por meio de crédito leva à justaposição de credores e devedores ao longo do circuito mercantil, o crédito passa a servir de veículo de circulação das mercadorias nas fases sucessivas da produção e permite que se transfira de um comerciante (produtor) a outro os créditos que um determinado capitalista detém sobre um terceiro, de tal forma que os títulos de dívida passam a ser o veículo de metamorfose da mercadoria e realização do valor. Esse encadeamento de crédito comercial é o que origina o sistema de crédito.

Dois aspectos principais conferem originalidade ao entendimento teórico de Marx quanto ao crédito comercial: i) o encadeamento das dívidas entre produtores mercantis estabelece a necessidade da função meio de pagamento do dinheiro, garantindo que o dinheiro somente se manifeste ao final da cadeia de dívidas como saldo de riqueza monetária efetiva; ii) o crédito comparece, aqui, como um componente endógeno, originando-se das condições de desenvolvimento das relações mercantis, não sendo um acréscimo *ad hoc*.

O capital comercial se divide em duas formas: o capital de comércio de mercadorias e o capital de comércio de dinheiro. Sendo essas parcelas de capital destinadas a funções de circulação das mercadorias e do dinheiro, seus custos se incorporam aos gastos gerais do processo produtivo, mesmo sendo improdutivos.

Quanto ao comércio de dinheiro, os banqueiros cumprem funções relativas a cobranças, pagamentos, transferências, contabilidade e administração de saldos de créditos entre capitalistas. Essas técnicas são importantes seja como economizadoras de massa monetária, por meio da simplificação e padronização das operações, seja como potencializadoras dos efeitos da função de meio de pagamento do dinheiro, dado o elemento de controle contábil dos saldos de dívidas recíprocas entre os diferentes capitalistas.

As funções dos bancos, portanto, são inicialmente funções de comércio de dinheiro, ou seja, parcela das operações monetárias técnicas e obrigatórias do capital industrial, como demonstra Hilferding (1985) a parcela do capital bancário aplicado nessas funções técnicas é remunerada segundo a taxa de lucro média aplicada sobre o capital investido.

Com o desenvolvimento do capitalismo, os comerciantes de dinheiro (banqueiros) aos poucos passam a exercer outras duas funções centrais: i) intermediar as relações de crédito comercial entre diferentes capitalistas, o que leva à substituição das letras comerciais privadas por notas bancárias, ocasionando a centralização dos direitos sobre dívidas nas mãos dos mesmos; ii) centralizar o conjunto de reservas monetárias ociosas que emergem dos diversos circuitos de acumulação e de rendas não consumidas na sociedade. Os banqueiros, como capitalistas monetários, desenvolvem a função de controle dessa massa monetária e da sua cessão na forma de empréstimo ou crédito monetário.

O capital de empréstimo bancário ou crédito monetário compreende tanto uma escala mais desenvolvida do crédito em relação ao crédito comercial como também um nível diferenciado de aplicação do capital monetário. O capital bancário passa a sustentar o crédito comercial em momentos diversos do ciclo de negócios, consolidando o sistema de crédito mediante a transformação das letras de câmbio industriais e comerciais em notas bancárias, ou seja, o sistema de

crédito bancário passa a hegemonizar e homogeneizar o sistema de crédito, tendo a nota bancária o papel representativo do conjunto da oferta social de disponibilidades monetárias centralizadas pelos bancos.

A atual forma dominante do dinheiro de crédito constitui-se no depósito bancário, que se difundiu na medida em que o sistema bancário centralizou a massa de transações financeiras entre capitalistas e passou a existir ao lado das notas bancárias como forma típica do dinheiro no capitalismo contemporâneo⁶.

Capital Portador de Juro e Capital de Empréstimo

O sistema de crédito comparece como uma forma madura quando as condições de acumulação se encontram em um nível em que o próprio capital torna-se mercadoria. A propriedade privada capitalista sobre uma massa crescente de valores leva o capital a se colocar como uma mercadoria especial, cuja especificidade é ter o valor de uso “de funcionar como capital”, ou seja, seu valor de uso é criar lucro, colocando-se como uma categoria específica, cuja forma de manifestação oculta o processo de exploração e alienação da mais-valia, estabelecendo-se o automatismo do valor.

Essa condição do capital como mercadoria, podendo ser vendido com vistas ao seu uso produtivo e rentável, leva ao surgimento de uma nova forma funcional: a de capital de empréstimo e a uma nova divisão funcional no seio da burguesia entre uma fração de classe proprietária do capital-dinheiro – os capitalistas monetários – e uma fração diretamente envolvida com o processo produtivo – os capitalistas funcionais.

Essa divisão exterioriza tanto uma condição formal do processo de divisão da mais-valia produzida quanto obscurece a essência do sistema que é a produção da nova riqueza social mediante a exploração da força de trabalho.

Esse modelo de divisão da mais-valia em duas magnitudes, uma referente à parcela apropriada por uma classe de *capitalistas funcionais* na forma de *lucro do empresário* e outra referente ao juro apropriado pela classe de *capitalistas monetários*, é claramente um recurso analítico utilizado por Marx para demonstrar a origem do juro e, em elevado nível

de abstração, estabelecer as condições sociológicas que determinam o aparecimento e desenvolvimento do capital de empréstimo.

Como será posteriormente exposto, o capital de empréstimo não é uma magnitude controlada exclusivamente por capitalistas monetários, havendo mesmo relação conflituosa entre diferentes frações da classe capitalista pelo controle da massa de mais-valia reproduzida, porém as interações e até mesmo a integração entre setores financeiros e industriais constituem outro aspecto central das relações capitalistas concretas, o que torna o sistema de crédito o espaço privilegiado das disputas e amalgamento de interesses da classe capitalista.

Outro importante aspecto é o fato de o capital de empréstimo não se destinar unicamente a uso reprodutivo, mas também a cumprir funções de renda. Para compreender a dinâmica total do capital de empréstimo, faz-se necessário o entendimento do mecanismo de circulação dos valores monetários na economia capitalista e estabelecer que o capital de empréstimo destina-se a dois grandes segmentos de financiamento: à reprodução da acumulação e ao crédito não reprodutivo, que se dissipa, sendo gasto em consumo improdutivo por diferentes agentes econômicos, inclusive o Estado.

O componente analítico mais importante e pouco analisado desta abordagem diz respeito à diferenciação entre *capital* e *mercadoria capital*. O capital é *valor que se valoriza*, ou seja, é uma magnitude de valor que, posto sob as condições de acumulação ($D - M (Mp/Ft) \dots - P \dots M' - D'$), expande, reproduzindo neste processo expansivo as magnitudes pretéritas de valor adiantado ($D - Mp/Ft$) e produzindo novo valor (mais-valia).

O capital como valor não pode ter um preço diferente dele mesmo, pois o preço é a expressão monetária do valor, então o preço do capital é o próprio capital ou o seu valor monetário. O juro enquanto *preço do capital* é, em função do exposto, uma *irracionalidade*⁷, pois neste caso o capital teria dois preços, *primeiro um valor e depois um preço que difere desse valor*, o que pode ser posto numericamente da seguinte forma: o valor-capital de \$1.000,00 = a valor monetário \$1.000,00; porém, supondo uma taxa de juro de 5%, o valor-capital \$1.000,00 = a valor monetário \$1.050,00.

A solução tomada é estabelecer a mercadoria-capital como uma nova forma funcional para o capital. Resultante da capacidade do capital de ser utilizado para pôr em movimento o processo reprodutivo e assim expandir valor, o capital passa a ser vendido como uma mercadoria especial. A sua comercialização origina um espaço mercantil de negociação, ou seja, de oferta e demanda da mercadoria-capital ou de capital de empréstimo. Deste modo, o juro não é o preço do capital, o que, como analisado, é irracional, e sim da mercadoria-capital.

Essa diferenciação entre capital e mercadoria capital permite explicar algumas complicações que envolvem o juro:

i) Marx mostra que o juro é parte do lucro, da mais-valia produzida pelo capital. Neste caso, o capital adiantado reproduz um valor global que cobre tanto os custos de produção ($c+v$) quanto produz um valor líquido médio (lucro médio) que será distribuído em diversas frações de rendimento aos capitalistas (lucro do empresário; juro e renda da terra). O juro, portanto, aparece aqui na sua forma de existência real como um componente da renda líquida produzida na economia e distribuída entre os capitalistas de diversos tipos.

ii) Por outro lado, na medida em que parcela do capital empregado é resultante de empréstimos realizados pelos “capitalistas funcionais” junto aos “capitalistas monetários”, ou seja, junto ao sistema de crédito bancário, o juro passa a ser um elemento do custo de produção. Neste caso, o juro como preço da mercadoria capital passa a compor formalmente parcela dos custos globais de adiantamento da economia.

Podemos resumir do seguinte modo: o juro como rendimento é um produto do capital produtivo, enquanto tal é parcela da mais-valia produzida e apropriada pela classe capitalista. Por outro lado, o juro como parte do custo de produção é preço da mercadoria capital, tornando-se parte dos custos de adiantamento da produção social⁸.

O capital de empréstimo é remunerado segundo uma taxa de juro média sobre seu montante adiantado, sendo esse juro sempre inferior, em média, à taxa de lucro obtida pelo capital ao ser utilizado produtivamente. A diferença entre o lucro médio obtido pela ativação do capital no processo produtivo e o juro pago ao capitalista monetário detentor do capital de empréstimo, constitui o lucro do capitalista funcional ou produtivo⁹.

Reservas Monetárias Ociosas e a Oferta de Capital de Empréstimo

Antes do desenvolvimento do sistema de crédito, ou seja, no sistema monetário, o entesouramento funcionalmente contribuía para regular a quantidade de massa monetária em circulação; ele (entesouramento) absorvia a quantidade de moeda que excedia as necessidades da circulação, e do mesmo modo, em momentos de expansão da circulação, liberava moeda, observando-se que esse processo não era instrumentalmente consciente, e sim resultado dos mecanismos da acumulação e circulação capitalista. De Brunhoff (1978, p. 38-39) não percebeu que esse mecanismo funcional do entesouramento no capitalismo deixa de existir sob o sistema de crédito e o que passa a existir são mecanismos de regulação interna da massa de capital de empréstimo.

A *forma tesouro*, portanto, diz respeito ao conteúdo e desenvolvimento do *capital-dinheiro*, sendo a manifestação de um *momento* técnico do processo de acumulação capitalista, o qual origina objetivamente o *capital de empréstimo*. A forma tesouro é a forma dinheiro do capital que não se encontra em circulação, ou seja, é forma capital-dinheiro latente (MARX, 1981c, p. 85) materializado na forma de reservas monetárias que serão ativadas pelo sistema de crédito. Na medida em que o sistema de crédito se desenvolve e centraliza no sistema bancário o conjunto das reservas monetárias particulares, essas formas tesouro tendem a tomar uma nova dinâmica que é a de se tornar elemento do capital de empréstimo global da economia.

O capital de empréstimo existe em função da formação das reservas monetárias ociosas no ciclo de acumulação do capital e que, ao se concentrarem no sistema bancário, podem ser ativadas por outros capitalistas, que necessitam de capital monetário para uso no ciclo reprodutivo de suas mercadorias ou mesmo demandadas para fins não reprodutivos, ou seja, destinadas ao consumo dispersivo. A centralização dessas reservas é o que possibilita a máxima elasticidade do sistema de crédito, inclusive alimentando o crédito público e dando vazão para um maior gasto público em momentos extraordinários, como no caso de guerras.

Tomando o caso estadunidense como referência, observa-se que a centralização das reservas bancárias sob a guarda dos Bancos

da Reserva Federal, a partir de 1917, possibilitou o financiamento dos EUA na Primeira Guerra, como também da Inglaterra, condição que se repetirá na Segunda Guerra Mundial. Conforme Taylor (1960, p. 187), a “Emenda à Lei da Reserva Federal de 1917” exigiu que todas as reservas dos Bancos membros fossem depositadas nos Bancos da Reserva Federal, proporcionando elasticidade máxima à utilização das reservas. Esse autor também observa que o procedimento bancário estimulou, a partir dali, a centralização na forma de depósitos bancários mesmo das pequenas rendas livres de assalariados, inclusive os estimulando à aquisição de títulos do Tesouro mediante empréstimos tomados aos Bancos do sistema tendo como garantia os bônus do Tesouro¹⁰.

Podemos afirmar que a oferta de capital de empréstimo é plenamente endógena e fruto do processo ininterrupto de acomodação de frações monetárias momentaneamente paralisadas em algum ponto do ciclo reprodutivo. O ciclo reprodutivo de cada capital implica a manutenção e contínua geração de valores monetários que, embora não o integrem diretamente, figuram como condições ou como resultados necessários dele.

A acumulação de capital provoca necessariamente o “porejamento” de capital-dinheiro ao longo dos diferenciados e subjacentes circuitos de reprodução, que assumem uma momentânea condição de “forma tesouro”, cuja conversão em capital ativo está na dependência da centralização e uso desta massa de capital monetário, tornada possível pelo sistema de crédito capitalista.

A derivação do capital portador de juros decorre da compulsão de o capital economizar o dinheiro nas funções de circulação e meio de pagamento, colocando-o como elemento formal de intermediação e criando uma falsa impressão da inexistência de barreiras para realização e criação de valor. O volume de reservas monetárias ociosas expressa a base necessária à formação do capital de empréstimo organizado sob a forma de sistema de crédito.

Neste sentido a elasticidade que o sistema adquire para mobilizar novos capitais produtivos e expandir a rede de captação de novo valor e, conseqüentemente, dispor de mais capital de empréstimo é o que possibilita uma dinâmica crescente ao sistema e, por outro lado, alimenta contradições crescentes, tencionando ao máximo todo o ciclo de negócios¹¹.

O sistema de crédito se desenvolve de fato em função da dinâmica capitalista de produzir automática e ininterruptamente esses fundos monetários de capitais ociosos, reserva de valor que se forma ao longo do ciclo reprodutivo do capital e que se torna capital potencial, requerendo sua ativação mediante o sistema de crédito bancário¹². Como notam De Brunhoff (1978) e Itoh & Lapavitsas (1997, cap. 13, p. 13-14), o entendimento de Marx quanto às reservas monetárias não apresenta nenhuma aproximação com o conceito keynesiano de preferência pela liquidez, algo que se inscreve dentro de uma percepção metodológica individualista e com bases psicológicas. As reservas monetárias de capital ocioso são, para Marx, elementos objetivos do ciclo de acumulação e não decisões subjetivas dos agentes econômicos capitalistas.

O detalhamento das reservas monetárias, estabelecendo os fatores condicionantes e sua relação com os demais componentes, constitui elemento importante para o entendimento do sistema de crédito em sua totalidade e como essas diferentes frações impactam a própria acumulação de capital e o ciclo de negócios. Foram identificados nove diferentes fatores motivadores de formação de reservas monetárias de capital ocioso, conforme os quais oscilam a oferta e a demanda globais de capital de empréstimo:

i) Reservas associadas puramente com a circulação. Considerando o estágio inicial $D - M$, no qual o capitalista adianta capital-dinheiro (D) para aquisição de mercadorias produtivas (M) na forma de meios de produção e força de trabalho, o capitalista necessariamente terá que manter reserva monetária para fazer frente a possíveis flutuações de preços. Considere-se, ainda, que tanto na fase inicial de aquisição dos meios produtivos quanto na fase final do ciclo ($M' - D'$), os momentos de compra e venda se dão aos poucos, resultando em reservas monetárias decorrentes dessa gradação no processo de transação. Por último, em função do desenvolvimento das relações de crédito comercial, o capitalista deve manter ociosas reservas monetárias para fazer frente à compensação de dívidas contraídas no ciclo de reprodução.

Essa massa de valores monetários é condicionada pela fase do ciclo de negócios, no período inicial de normalidade do ciclo ou de recuperação, a grande ociosidade de capital fixo, a abundância de crédito comercial e a tendência de preços de custo menores,

inclusive o preço da força de trabalho, tende a tornar esse componente relativamente importante, na medida em que os capitalistas que disponham de reservas monetárias tenderão a depositá-las. Com o aquecimento da economia e a necessidade de crescentes fundos para expansão os capitalistas tendem, aos poucos, a fazer uso de todo o capital monetário próprio disponível e, aos poucos, requerer capital de crédito bancário.

ii) Reservas associadas com a produção. Refere-se à formação do fundo de depreciação do capital fixo, que se acumula aos poucos decorrente do desgaste econômico e técnico dos meios de produção. Na medida em que o desgaste do capital fixo, especificamente o sistema de máquinas, não é algo linear, mantém-se ao lado da reserva propriamente de depreciação uma reserva suplementar condicionada pela possível obsolescência tecnológica da maquinaria empregada.

Por exemplo, um determinado montante de capital, vamos supor \$100 milhões de unidades monetárias, que se aplica na aquisição de máquinas e equipamentos, ficará retido enquanto se desenvolve seu paulatino processo de depreciação, retornando sob a forma monetária em pequenas parcelas ao longo da vida útil e da obsolescência do equipamento. Se considerarmos uma taxa de depreciação de 25%, esse volume de capital será repostado após quatro ciclos reprodutivos e a cada ano a parcela referente à reposição da depreciação se acumulará como fundo de reserva do capital produtivo.

O sistema de crédito possibilita a concentração e uso dessas parcelas ociosas de capital monetário, convertendo-as em capital de empréstimo. Em relação aos condicionantes cíclicos, vale a observação que após a fase de crise, ao lado das máquinas ociosas e ainda possíveis de uso reprodutivo, amontoa-se uma parcela obsoleta de meios de produção. Com a expansão produtiva na fase de animação crescente e prosperidade, os capitalistas terão que substituir aquela parcela obsoleta e com isso dispor de capital monetário, seja próprio, ou, mas principalmente, de crédito bancário.

iii) Reservas necessárias ao reinvestimento. Parcela do lucro é deduzida para acumulação e o montante acumulado alcançará o limite tecnicamente necessário após alguns ciclos reprodutivos. Enquanto isso, o valor monetário em reserva constitui-se “capital em alqueive”.

iv) Reservas necessárias à manutenção do processo produtivo durante o tempo em que se completa o ciclo rotacional do capital¹³ (“mecanismo de turnover”). Considerando o tempo de rotação completo do capital dividido em dois tempos distintos: tempo do processo produtivo e tempo de circulação, o capitalista terá que manter uma reserva monetária para aquisição de novos insumos e pagamento de salários enquanto não se completa o ciclo de realização do primeiro capital-dinheiro adiantado, a fim de não haver qualquer interrupção no processo produtivo. Esse capital-dinheiro D_2 fica, portanto, ocioso durante todo o primeiro tempo produtivo. Vale reforçar que as diferentes “temporalidades” dos ciclos reprodutivos dos capitais-mercadorias garantem relativa regularidade entre depósitos e saques no sistema bancário e, com isso, a capacidade do sistema de crédito de alimentar de forma crescente, até o limite da crise de superprodução, a expansão reprodutiva.

v) Reservas associadas aos pagamentos vincendos. Na medida em que se desenvolve o crédito comercial e, posteriormente, o crédito monetário ou bancário, os capitalistas reservam meios de pagamento para fazer frente a dívidas vincendas.

vi) Acrescentem-se ainda as reservas monetárias denominadas por Marx (1981c, p. 78) de “entesouramento involuntário”, formado em função de circunstâncias exteriores ou de situações específicas de mercado, que momentaneamente paralisam ou impedem a transformação do capital-dinheiro em capital produtivo. Aqui estamos lidando com paralisações circunstanciais e não críticas, eventualmente problemas clássicos de desproporção setoriais podem acarretar esse tipo de paralisação. O agravamento da desproporção entre setores já é uma consequência da crise de superprodução.

vii) Componente especialmente ressaltado por Marx se refere às fortunas amealhadas por capitalistas que se retiram das atividades funcionais e passam a viver de rendas, tornando-se os legítimos proprietários de parcela importante do capital de empréstimo centralizado nas instituições bancárias. Marx (1981e, p. 586) observa que, ao “crescer a riqueza material, aumenta a classe dos capitalistas monetários; prolifera o número e a riqueza dos capitalistas que se retiram, os *rentiers*”. Esse componente das reservas monetárias e os

dois seguintes relacionados assumem especial importância em função de que suas oscilações são relativamente autônomas em relação ao ciclo reprodutivo do capital e, ao mesmo tempo, oferecem uma enorme elasticidade em termos de uso, na medida em que se reservam com vistas ao mero aproveitamento de rendimentos a serem obtidos com a livre aplicação que o sistema bancário possibilita.

viii) Os fundos de rendimentos reservados para consumo da burguesia, quanto às pequenas poupanças acumuladas pelos trabalhadores destinadas ao seu fundo de consumo (residência, bens duráveis, etc.). Marx (1981e, p. 579) observa que, na medida em que o sistema de crédito se organiza, “todas as rendas, desde que se consumam pouco a pouco”, podem ser convertidas em depósitos e, por conseguinte, em capital de empréstimo.

Aspecto atual que deve ser acrescido diz respeito à dinâmica dos fundos de pensão e fundos mútuos (*mutual funds*), mecanismos importantes do sistema financeiro que centralizam principalmente as “poupanças dos assalariados das grandes empresas e famílias afortunadas ao longo dos anos 80-90, num contexto de aumento crescente das desigualdades de renda” (SAUVIAT, 2005, p. 109). Esse componente assume importância para a nossa análise em função de que seus movimentos oscilatórios são, em grande medida, condicionados pela demanda de capital de empréstimo não reprodutiva, na medida em que os retornos requeridos estão intimamente vinculados à necessidade de suprimento de fundos líquidos e que, portanto, o nível de comprometimento em termos de prazos de aplicações necessariamente tem que ser menor. Aplicações privilegiadas por esses “fundos” são os títulos da dívida pública, por dois aspectos: a segurança de retorno e a enorme facilidade de venda deles com pouca margem de perda no curto ou médio prazo.

ix) Finalmente, deve-se acrescentar à lista as reservas fiscais do Estado. A receita fiscal, em particular, assume grande importância dada suas dimensões de volume, a especificidade do seu uso improdutivo pelo Estado e como fator necessário às políticas de coordenação do sistema de crédito que parte do Estado, nas figuras do Banco Central e do Tesouro Nacional, exerce de forma sistemática¹⁴.

Germer (2002, p. 31) observa que o que diferencia o “papel mercantil do Estado, em relação aos demais agentes, no campo

puramente monetário, é a dimensão dos seus fluxos de receita e despesa e das reservas que eventualmente forma”. Esta hiperdimensionalidade do Estado capitalista moderno produz tanto grandes “fluxos monetários” como também implica “grande dimensão das suas reservas inativas temporárias”. Na medida em que o Estado realizará suas funções¹⁵ em conformidade com as regras do sistema mercantil, o recolhimento e o uso da receita fiscal deverão ocasionar importantes efeitos sobre a circulação monetária e de créditos como um todo.

Em diversos pontos do volume III de *O Capital*, Marx (1981d, 1981e, 1981f) sugere que, ao lado da acumulação real, desenvolve-se uma acumulação de direitos sobre propriedade futura na forma de dinheiro e títulos (dinheiro de crédito). O capital de empréstimo existe, seja na forma monetária ou na forma mercadoria, como direito a dinheiro acrescido na forma de juros, subordinando-se o capitalista funcional – aquele que faz a mercadoria capital atuar como capital produtivo de novo valor – ao capitalista monetário – proprietário do dinheiro-capital e que se nutre dos juros pagos sobre o montante de capital adiantado ao primeiro.

O capital portador de juro deve ser tomado como um capital derivado resultante das reservas funcionais de capital monetário que se formam e que ao entesourarem-se momentaneamente, derivam o capital de empréstimo, ou seja, endogenamente todos os valores reais da economia são gerados pelo uso produtivo do capital.

Ressalte-se, porém, que a divisão entre propriedade e uso do capital (e seu acúmulo na forma de “mercadoria capital”), conduz, inevitavelmente, para a possibilidade de seu empréstimo tanto para fins produtivos, para cumprir função de capital, quanto para fins não produtivos, para cumprir função de renda. No primeiro caso, o capital de empréstimo será adiantado como capital e gerará ao fim e ao cabo uma valorização do valor-capital investido, sendo, portanto, o juro pago ao capitalista prestamista uma punção sobre a mais-valia gerada no processo produtivo. No segundo caso, o capital de empréstimo será despendido como renda e o juro recebido pelo capital emprestado é decorrente de transferência de valores de outros circuitos produtivos e mais-valia realizada em outros pontos do sistema.

Contudo por mais que o vetor determinante do sistema seja a produção de mais-valia, a expansão do crédito e a combinação

dos adiantamentos recíprocos dos industriais e comerciantes com os adiantamentos em dinheiro que lhes fazem os banqueiros e os prestamistas em geral – mesmo os pequenos poupadores e os fundos de pensão de trabalhadores – conferem ao sistema uma dinâmica cujo sistema nervoso central concentra-se na alargada capacidade de crédito monetário detida pelo sistema bancário.

O Sistema Bancário: base institucional do sistema de crédito

O sistema bancário, na condição de estrutura institucional centralizadora, pode ser visto como o sistema nervoso central do sistema de crédito, ou como a “tesouraria coletiva dos capitalistas” (GERMER, 1995, p. 241), isso porque o conjunto das operações monetárias e de circulação do capital e da renda obrigatoriamente se centraliza nesse sistema. Essa estrutura centralizada permitiu a Marx (1981e, p. 425) definir a oferta de capital de empréstimo como um “bloco” que se defronta com uma demanda que assume a forma de um *empuxo* da classe capitalista e do sistema como um todo.

O sistema bancário desenvolve na forma do depósito bancário a conexão entre diferentes unidades econômicas (capitalistas, essencialmente, mas também correntistas diversos) deficitárias e unidades econômicas superavitárias, ou seja, na base de toda e qualquer operação creditícia existe sempre uma transação elementar entre capitalistas ou detentores de qualquer renda, que possuem excedentes de valores e outras unidades econômicas que desejam fazer uso desses excedentes com algum propósito, considerados globalmente.

O conjunto de operações que se processam no interior do sistema bancário constitui uma corrente de créditos e dívidas entre diferenciados agentes econômicos. O sistema de compensação interbancária permite que a emissão de cheques ou ordens de pagamento contra ou a favor de um capitalista industrial, por exemplo, constitua um fluxo permanente de dinheiro de crédito e registros contábeis em vez de movimentos de dinheiro real¹⁶.

O componente básico desse processo é obviamente o capital industrial, na medida em que somente no circuito reprodutivo real é que

se gera novo valor, ou expandem-se de forma real os capitais previamente existentes. Neste sentido a criação de dinheiro de crédito por parte do sistema bancário é, antes de tudo, a multiplicação de depósitos e empréstimos tendo como base “um mesmo valor monetário” resultante da realização de diversos capitais em forma monetária em dado período de tempo, que conforme a velocidade de sua realização (passagem da forma capital-mercadoria – M' – para forma capital-dinheiro – D') volta a se depositar no sistema bancário, elevando o fundo de empréstimos dos Bancos, que os converte novamente em capital monetário ativo, emprestando a outro capitalista qualquer, ou empresta parcela desses valores como renda.

O crédito bancário resultante da centralização das reservas monetárias e com uso concentrado no sistema bancário desenvolveu-se mediante dois mecanismos fundamentais: o desconto de títulos comerciais – inicialmente letras de câmbio – e o empréstimo monetário direto. O desconto de letras de câmbio foi historicamente o primeiro processo que possibilitou a conversão do crédito comercial em crédito monetário.

O banco, ao descontar o título, antecipa o valor de face deste e o empréstimo é de fato adiantamento de capital de empréstimo e não antecipação, como a operação anterior. Tecnicamente podemos resumir a diferença de forma bastante simples nos seguintes termos: um banco concede um empréstimo quando recebe o pagamento pelo capital de empréstimo na forma de juro no fim do período, enquanto o desconto, sendo uma operação triangular¹⁷ entre dois capitalistas, intermediado pelo banqueiro, o juro é deduzido no momento de transferência do título.

Deste modo, a oferta global de capital de empréstimo é função, primeiramente, da velocidade de realização do ciclo reprodutivo do capital e da sucessão de depósitos e empréstimos de cada nova unidade monetária realizada no sistema. Assim, o sistema bancário permite uma grande elasticidade do crédito¹⁸, possibilitando a aceleração da velocidade de circulação e das condições reprodutivas do capital, isso pelo “ativamento” de toda e qualquer magnitude valor depositada no sistema, levando à concessão de empréstimos que estimulam o ciclo do capital-dinheiro e a realização do capital-mercadoria global da economia. Portanto, cada unidade monetária realiza, pelo sistema bancário, por

unidade de tempo, não apenas diversas transações comerciais, mas cria diversos depósitos e empréstimos sucessivos.

A Oferta Global de Capital de Empréstimo

A relação entre oferta e demanda de capital de empréstimo é, em termo marxista, bastante complexa e de difícil representação analítica e gráfica, na medida em que o fluxo de demanda por capital de empréstimo influencia a oferta global e, ao mesmo tempo, a taxa de juro tende a influenciar ambos os fatores. Neste sentido, a análise da relação entre oferta e demanda de capital de empréstimo tem que ser entendida tanto no contexto da estrutura do sistema de crédito quanto nas específicas condições do ciclo de negócios e mútua interferência que uma causa sobre a outra.

Quanto aos aspectos acima ponderados, considera-se a oferta global de dinheiro de crédito um fator variável que decorre dos seguintes aspectos principais:

i) A maior escala de reprodução do capital produtivo e das respectivas letras de câmbio que possibilitam a expansão do crédito comercial e do crédito monetário, conseqüentemente, do crédito bancário. A depender das condições específicas do ciclo reprodutivo em questão, ou seja, a relação capital fixo/capital circulante, a rotação deste capital e as características propriamente mercadológicas, gera-se um tipo de dinheiro de crédito com maior ou menor consistência, capacidade e velocidade de alimentação da oferta de circulação monetária.

ii) O maior volume dos títulos de crédito gera, ao mesmo tempo, a maior oferta de dinheiro de crédito e a necessidade do controle sobre a qualidade das reservas de fundos monetários, garantindo parcialmente as “propriedades monetárias” e evitando a depreciação do dinheiro de crédito.

iii) Mesmo considerando o “viés” sempre oscilatório como fluxos das magnitudes da oferta e demanda durante todo o ciclo de negócios, em face da necessidade analítica a oferta de capital de empréstimo toma em determinada fase do ciclo de negócios uma configuração de estoque, principalmente tendo em vista a determinação de taxa de juro de mercado.

Marx (1985c, p. 1505) observa que não podemos, de modo algum, reduzir a oferta e a demanda de capital de empréstimo exclusivamente

aos componentes da “produção real”. Segundo ele, o capital de empréstimo concentra-se e organiza-se no sistema bancário, diferindo qualitativa e quantitativamente por completo da produção real.

Assim, todos os valores que de alguma forma circulam na economia, sejam reais, sejam títulos referentes a valores a serem realizados no futuro, sejam títulos de capital fictício, tudo tende a se concentrar em alguns poucos reservatórios, e, por outro lado, a dinâmica do sistema se manifesta pelo “empuxo” crescente de novas demandas de capital monetário. Assim, as diversas parcelas de capital e renda centralizados compõem como uma totalidade que constitui a oferta de capital de empréstimo pelo sistema de crédito.

O que se observa no sistema capitalista não é propriamente uma oferta de dinheiro – cuja significação em termos marxistas relaciona-se à dupla manifestação de medida de valor e meio de circulação e às funções de reserva de valor e dinheiro mundial – e sim oferta de capital de empréstimo, cuja forma circulatória é a de dinheiro de crédito, títulos de crédito que desempenham as funções do dinheiro na circulação.

Germer (1997, p. 19) esclarece que o que se designa como dinheiro é, na realidade, capital em diferentes formas apenas quantificadas pelo dinheiro na função de unidade de conta. Essa oferta de dinheiro de crédito é necessariamente móvel, sendo sua oscilação determinada pelo movimento de sístole e diástole do capital de empréstimo e fortemente condicionada pelas reservas monetárias formadas nos ciclos de acumulação e que floresce conforme a parcela do capital de empréstimo que se converte em capital produtivo.

Hilferding (1985, p. 103) dividiu o volume ofertado de capital de empréstimo em duas partes: a primeira referente a dinheiro corrente existente, que corresponderia a reservas monetárias que fariam frente a exigências de compensação dos saldos de dívidas exigíveis, à reserva de conversão de notas bancárias em ouro e, finalmente, à moeda divisionária a ser utilizada no varejo; a segunda parcela seria a correspondente a dinheiro de crédito, cuja forma mais geral é a nota bancária como papel-moeda.

O dinheiro de crédito expande-se segundo a reprodução do capital. À medida que novo ciclo de reprodução se inicia, nova demanda por capital monetário é acionada e, por sua vez, cria-se nova oferta

de dinheiro de crédito com a emissão de títulos comerciais na base e criação de depósitos bancários como contrapartida aos títulos emitidos. Esse processo, em termos atuais, é totalmente centralizado no sistema bancário, sendo a criação de depósitos de dinheiro de crédito a principal forma de circulação monetária no capitalismo desenvolvido.

Os principais elementos determinantes da oferta de capital de empréstimo, centralizados no sistema bancário e, ao mesmo tempo, dinamizados por eles, são constituídos dos seguintes componentes:

a) Os depósitos resultantes dos retornos reprodutivos do capital e saldo líquido de rendas reais diversas, que correspondem na atualidade ao conceito de dinheiro de conta (ouro ou bilhetes) referido por Marx (1981e, p. 534), como componente primário do que ele denominou de capital bancário. Pode-se detalhar este componente como sendo composto dos fundos de reservas resultantes direta e indiretamente do processo de acumulação. Vamos representá-lo por (ΣR_p) ; esse montante se constitui do somatório das reservas monetárias ociosas, as quais foram enumeradas de i) a vi) na seção 3 deste artigo.

b) O saldo de renda líquida real será representado por (ΣF_R) e constitui-se do somatório das reservas monetárias ociosas estabelecidas nos itens vii) a ix) da seção 3. Esses depósitos são referentes à retenção de parcelas do capital e da mais-valia realizada, por indústrias, comerciantes, capitalistas monetários (banqueiros), rentistas em geral e o Estado. Mesmo os trabalhadores também podem reter parte de seus salários na forma de poupança, o que é um fato nas economias capitalistas centrais, constituindo os fundos de pensão um importante componente na atualidade da oferta global de capital de empréstimo.

c) Por último, acrescentem-se ainda as reservas sonantes em ouro do Banco Central (ΣR_o) . Temos a seguinte relação, que iremos denominar de *total de depósitos reprodutivos reais*: $R = \Sigma R_p + \Sigma F_R + \Sigma R_o$.

d) O conjunto de “depósitos ativos”, empréstimos concedidos contra capital, ainda em processo de realização, assim como as importâncias depositadas referentes a títulos de capital fictício. Constituem os títulos de crédito e empréstimos que correspondem a capitais ainda em processo de reprodução. Vamos representá-lo por (ΣT_A) .

Vale frisar que esse componente (ΣT_A) é parte do circuito real de acumulação, sendo processo contínuo sua transformação em reservas

reprodutivas (ΣR_p) e fundos líquidos de renda (ΣF_R) que retroalimentam o circuito de oferta monetária de capital de empréstimo.

e) Os títulos da dívida pública de longo prazo, vamos representá-lo por (ΣTD_p) e de capitais fictícios em geral (ΣT_R), especialmente a dívida pública de curto e médio prazo. Esses títulos, em geral, constituem parte importante do capital bancário, e fazem parte da oferta global, pelo menos durante as fases do ciclo industrial de acumulação em que não haja nenhum questionamento às condições de reprodução real do sistema¹⁹.

Constitui, ainda, parcela da oferta global de capital de empréstimo certo volume de títulos fraudulentos, ao qual Marx (1981e) refere-se como “papagaios”, contudo não se devem confundir esses “papagaios” com os títulos de capital fictício. Esse conjunto de depósitos bancários constitui parcela considerável do capital de empréstimo bancário da economia, sendo, porém, em grande parte somente fruto de capitalização de títulos de renda variável ou fixa.

Para simplificação, consideramos que a oferta global de capital de empréstimo pode ser dividida em dois grandes montantes, cuja diferenciação ideal é importante sob o ponto de vista teórico, porém dificilmente distinguível nas fases normais do ciclo econômico do capital, exceto em momentos de crise aguda: i) o capital de empréstimo real (R), detalhado nos itens a); b); c) e d), acima; ii) o capital de empréstimo fictício (F), detalhado no item e), acima.

A figura abaixo mostra que a oferta de capital de empréstimo é um fluxo monetário que permanentemente retorna do circuito reprodutivo, se retroalimentando. Por outro lado, há uma dupla saída de crédito monetário que alimenta os circuitos de demanda reprodutiva e não reprodutiva da economia.

Por último, a figura expressa um componente de autonomia do capital de empréstimo em relação ao capital produtivo na forma do saldo líquido de renda que também alimenta o circuito. Convém observar que os títulos de capital fictício alimentam a oferta de capital de empréstimo; e parcela dos créditos de capital de empréstimo destinada ao consumo improdutivo retorna à oferta global na forma desses títulos.

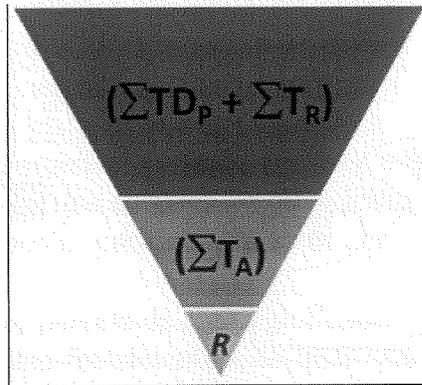


A oferta global de capital de empréstimo pode ser visualizada, também, na forma da clássica pirâmide de crédito; no caso tem-se uma pirâmide invertida, pois na base se encontram os *depósitos reprodutivos reais* ($R = \Sigma R_p + \Sigma F_R + \Sigma R_o$) de particular importância, na medida em que essa massa de valores substancia as condições básicas de reprodução do sistema, ou seja, sua destruição implica incapacidade de retomada da acumulação nos mesmos níveis progressos ao processo de crise.

O segundo andar da pirâmide é formado pelo conjunto de “depósitos ativos” (ΣT_A) que, como já frisado acima, constituem massa expressiva de “valores” que se converterão parcial ou totalmente em *depósitos reprodutivos reais*; em condições de crescimento da acumulação, parcelas majoritárias desses depósitos se integram ao andar primário da pirâmide.

Por último, porém de grande importância, conforme se desenvolve o capitalismo e com a expansão do sistema de crédito, temos o andar superior, esfera particular da especulação financeira propriamente e que requer especial análise, composta da massa de capital fictício ($\Sigma T_p + \Sigma T_r$), que confere ao mesmo tempo elasticidade surpreendente a todo o sistema, por outro tenciona de forma crescente a pequena base da pirâmide, o que torna a tarefa reguladora e de controle estatal, mediante Banco Central e Tesouro Nacional, uma atividade cada vez mais complexa e pouco efetiva.

Figura 2 - Pirâmide de Capital de Empréstimo



A Demanda por Capital de Empréstimo: Circulação do Tipo I e II

A massa monetária da economia circula conforme uma dupla dinâmica departamental: uma parcela dos recursos monetários que é destinada a consumo circula como dinheiro, tendo como única função realizar processos de troca mercantil simples, ou seja, realizar sua função de compra de valores de uso ($D - M$), sendo circulação de renda na forma monetária, o que Marx (1981e, p. 511-532) denominou de Circulação do tipo I, “o dinheiro circula aí exercendo somente a função de moeda, embora continuamente reponha capital” (sem grifos no original).

Portanto, a Circulação do tipo I compreende a circulação monetária como dispêndio de renda, forma dinheiro da renda, que segundo Marx (1981e, p. 512) é meio de circulação “para o comércio (...) entre os consumidores individuais e os retalhistas, categoria em que se incluem todos os comerciantes que vendem aos consumidores – aos consumidores individuais que se distinguem dos consumidores produtivos ou produtores”. A Circulação do tipo II, por outro lado, compreende a circulação de capital na forma dinheiro, sendo transferência de capital, seja como meio de compra (meio de circulação), seja como meio de pagamento.

Deve-se considerar que a circulação de renda (CI) é estimulada pelo sistema de crédito, na forma de empréstimos destinados ao consumo improdutivo. A circulação de renda tem como origem a circulação da forma capital (circulação II), daí a prioridade concedida ao movimento do capital industrial, considerado como eixo de todo o sistema. Essa condição supõe que todos os valores em circulação na economia capitalista são, foram ou serão, um componente do “capital em geral”, o que nos leva a dimensionar e analisar a circulação da forma renda em geral como parcela da circulação do capital global da economia.

A demanda total por capitais de empréstimo pode ser vista como o somatório de dois grandes fluxos demandantes: um relativo à demanda de capital e outro relativo à circulação de renda, porém, o segundo fluxo de demanda está subordinado ao primeiro, havendo, por outro lado, uma grande interdependência entre si.

A demanda global por capital de empréstimo da economia pode ser dividida, por simplificação e para os interesses deste trabalho, em dois grandes circuitos ($D_a = D_k + D_R$), sendo uma parcela D_k destinada a circular como capital e, portanto, tendo um retorno dado pelo acréscimo do lucro médio sobre a massa de capital adiantada [$D_k + (lm) \cdot D_k$], o que compõe a circulação do tipo II e refere-se ao total de capital-dinheiro adiantado a cada ciclo de acumulação; a outra parcela refere-se ao capital de empréstimo que se destina a ser gasto como renda, tendo um retorno dado pelo acréscimo da taxa de juros sobre o empréstimo solicitado [$D_R + r D_R$].

A massa de mais-valia produzida com a aplicação produtiva da parcela D_k do volume total de capital de empréstimo se divide em três grandes parcelas: uma referente à massa global de lucros assimilados pelos capitais (Σl_g), destinado, como reserva, a realimentar a acumulação e a tornar-se parcela de renda dos capitalistas.

Ressalte-se que esses valores em alguma magnitude tornam-se reserva amoedada durante certo período de tempo (φt); uma segunda parcela refere-se à massa de juros que é custo do capital de empréstimo adiantado como capital reprodutivo (rD_k), aspecto importante a considerar é que essa massa de juros refere-se, principalmente, à parcela fixa da remuneração dos títulos acionários seja no mercado primário ou secundário; por último, temos os juros que remuneram os títulos de renda fixa, principalmente os títulos públicos (rD_R).

O capital de empréstimo pode ser demandado como forma dinheiro do capital, portanto, empréstimo do capitalista monetário ao capitalista funcional. O retorno do juro mais o principal emprestado é um movimento interno ao processo reprodutivo deste capital, o movimento tem a forma geral descrita por Marx (1981e, p. 394): $D - D - M \dots P \dots M' - D' - D'$. O que aparece duplicado é, primeiro, o desembolso do dinheiro como capital e, segundo, seu retorno como capital realizado, como D' ou $D + \Delta D$.

Neste esquema, o retorno na forma de juro, ou pagamento do capitalista empresário (A) ao capitalista proprietário do dinheiro (B), é resultante de uma parcela do lucro obtido no processo produtivo que se materializou no capital-mercadoria M' e se realizou em D' , que contém, além do valor-capital principal adiantado (D), o acréscimo de mais-valia (ΔD), de onde se deduz tanto o lucro do empresário (L) quanto o juro (J) destinado ao financiador da atividade. Este segmento da demanda por capital de empréstimo constitui a demanda reprodutiva do sistema e alimenta a oferta monetária permanentemente de novas reservas de valor real (capital de empréstimo real).

A demanda por capital de empréstimo com o objetivo de conversão em renda é o segundo componente da demanda total, constituindo-se de diferentes componentes, desde o crédito hipotecário ao financiamento de bens de consumo durável, como automóveis, e, principalmente, a dívida pública que constitui, sem dúvida, o principal componente desse tipo de demanda. Aspecto central a considerar é que a circulação desse capital de empréstimo, ao converter-se em forma dinheiro da renda (circulação do tipo I), influencia de modo específico a oscilação da taxa de juro ao longo do ciclo da acumulação capitalista.

Vale, porém, especificar que dada a crescente elasticidade da oferta global de capital de empréstimo, considerando, principalmente, a crescente autonomização da massa de capital fictício constituidor parcial da massa de créditos disponíveis como acima denotado, a demanda se torna relativamente secundária.

Considerações Finais

Este artigo buscou apresentar categorias importantes para análise do sistema de crédito desde um aporte teórico marxista. Dois componentes de central importância foram tratados: a oferta e a demanda por capital de empréstimo.

O estudo desenvolvido possibilitou a evidência de que o capital de empréstimo existe em função da formação das reservas monetárias ociosas no ciclo de acumulação do capital e que, ao se concentrarem no sistema bancário, podem ser ativadas por outros capitalistas, que necessitam de capital monetário para uso no ciclo reprodutivo de suas mercadorias ou mesmo demandadas para fins não reprodutivos, ou seja, destinadas ao consumo dispersivo, sendo que a centralização dessas reservas é o que possibilita a máxima elasticidade do sistema de crédito.

Por outro, ao se analisar a formação e caracterização da oferta global de capital de empréstimo foi possível chegar à conclusão que a massa global de capital de empréstimo pode ser reduzida a dois grandes compartimentos integrados e cambiantes: i) o capital de empréstimo real (**R**), detalhado em diversos componentes das assim denominadas reservas monetárias ociosas e; ii) o capital de empréstimo fictício (**F**).

A análise da demanda por capital de empréstimo pode ser vista como o somatório de dois grandes fluxos demandantes: um relativo à demanda de capital e outro relativo à circulação de renda, porém, o segundo fluxo de demanda está subordinado ao primeiro, havendo, por outro lado, uma grande interdependência entre si.

Qual a importância da caracterização desses dois aglomerados estruturais? Uma regra geral que pode ser deduzida do entendimento de Marx é que a taxa de juro parece ser um componente resultante da interação da oferta e demanda de capital de empréstimo, como também ela (taxa de juro) estabelece uma barreira mínima para a circulação do capital de empréstimo, o que pode ser visto, de outro modo, como a maior ou menor fricção existente no sistema para que o crédito lubrifique a circulação de capital e de renda e equilibre a relação entre eles (HARVEY, 1990:301).

Ao observarmos as duas magnitudes expostas neste artigo (oferta e demanda) do capital de empréstimo, a determinação desses agregados

toma importância em função de que os mesmos determinam a taxa de juro média do sistema, sendo que essas forças agem sob a condição de crescente centralização da massa monetária e creditícia em alguns poucos reservatórios, o que constitui o formato atual do sistema de crédito globalizado.

O limite máximo dessa taxa de juro média seria balizado pela taxa de lucro média no sistema como um todo, e quanto ao valor mínimo que possa assumir, ela poderia declinar até qualquer nível, a depender da ação das referidas forças de oferta e demanda de capital de empréstimo.

Na medida em que a taxa de juro comparece como a forma mais concreta e socialmente assimilável pelo conjunto dos agentes econômicos, sua expressão acaba assumindo grande relevância econômica e os fatores que determinam sua oscilação adquirem importante papel na dinâmica de acumulação. O estudo particularizado da taxa de juro e de sua dinâmica oscilatória cabe a outro artigo a ser apresentado.

Abstract

This article has as objective to present the central categories of the credit system from a Marxist theoretical model, and specifically developing the components as the supply of loan capital. They propose, therefore, to develop structural analysis of the credit system.

Keywords: credit system, loan capital, Marx, Marxist economics.

Referências

De BRUNHOFF, Suzanne – *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GERMER, Claus M. – Dinheiro, capital e dinheiro de crédito: o dinheiro segundo Marx. Inst. Economia/Unicamp: Campinas. Tese de Doutorado. Mimeografado, 1995.

_____ – O capital de comércio de dinheiro como conexão entre o capital produtivo e o crédito bancário, segundo Marx. Texto para Discussão (PPGDE). Curitiba: UFPR, 2001.

_____ – Fundamentos da análise da receita pública na teoria de Marx. Texto para Discussão (PPGDE). Curitiba: UFPR, 2002.

- HARVEY, David – *Los limites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HILFERDING, Rudolf – *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- ITOH, M. & LAPAVITSAS, C. *Political Economy of Money and Finance*, 1997 (mimeo.).
- MARX, K. *Elementos Fundamentales para la Critica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858*, v. I e II. México: Siglo XXI Argentina Editores, 1977.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, v. I, tomo 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981a.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, v. I, tomo 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981b.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981c.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, v. III, tomo 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981d.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, v. III, tomo 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981e.
- _____. *O Capital: crítica da economia política*, v. III, tomo 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981f.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*, 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- _____. *Teorias da Mais-valia*, v. I. São Paulo: Difel, 1985a.
- _____. *Teorias da Mais-valia*, v. II. São Paulo: Difel, 1985b.
- _____. *Teorias da Mais-valia*, v. III. São Paulo: Difel, 1985c.
- RIST, Charles. *Historia de las doctrinas relativas al crédito y a la moneda: desde John Law hasta la actualidad*. Barcelona: Bosch, Casa Editorial, 1945.
- SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, F. *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- TAYLOR, Philip E. *Economía de la hacienda pública*. Madrid: Aguilar, 1960.
- TRINDADE, J. R. B. A dinâmica dos gastos estatais numa perspectiva marxista clássica. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 34, n. 4, p. 131-149, 2008.

Notas

¹O autor agradece as valiosas críticas e sugestões do Prof. Dr. Claus Germer. Versão deste artigo foi apresentada no XVI Encontro Nacional de Economia Política, realizado pela Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) em Uberlândia/MG em Junho de 2011. Como de praxe, qualquer erro, omissão ou imprecisão são responsabilidade exclusiva do autor.

² Rist (1945, p. 27), em seu livro clássico quanto à história das idéias econômicas sobre o crédito, tem o mesmo entendimento: “Las mercancías habrán cambiado de mano sin circulación de moneda y así resulta que la letra de cambio es, pues, um medio, no para hacer circular la moneda, sino para no usarla”.

³ Marx (1985c, p. 1509) afirma que “o verdadeiro meio do capital industrial para subjugar o capital produtor de juros é a criação de uma forma que lhe é peculiar – o sistema de crédito. O sistema de crédito é sua própria criação, e mesmo uma forma do capital industrial, que se inicia com a manufatura e prossegue desenvolvendo-se com a indústria em grande escala”.

⁴ Obviamente diferencia-se o juro referente a usura ou capital usurário, que seria uma manifestação presente em formas pré-capitalistas, às formas antediluvianas de capital, da forma juro como preço da mercadoria capital, fenômeno essencial e próprio do modo de produção capitalista.

⁵ A metáfora do salto mortal se refere à realização do valor da mercadoria, quando esta deixa de ter valor de troca e passa a ser valor de uso após a sua venda.

⁶ Germer (1995, p. 207) observa que aos “poucos o depósito tornou-se a forma predominante do dinheiro de crédito, diferenciando-se da nota bancária ou papel-moeda de crédito pelo fato de que este [o papel-moeda de crédito] é que possui curso legal” e que a “expansão do uso do depósito e do cheque corresponde a um nível avançado de desenvolvimento das estruturas econômicas e bancárias”.

⁷ Essa confusão se assemelha à existente na expressão valor do trabalho, própria da escola clássica, e fruto do não discernimento entre trabalho e força de trabalho, pois o “trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não tem nenhum valor” (MARX, 1981b, p. 619). A solução proposta por Marx para as duas aporias é bastante semelhante. Em ambos os casos constituem-se em mercadorias específicas e dotadas de preços que anulam aquela irracionalidade no nível da forma e passam a ser explicativas da lógica capitalista.

⁸ Marx (1985c, p. 1519-20) faz a seguinte observação quanto a esta contradição formal do capitalismo: “Em momentos críticos, também o lucro de fato se contrapõe como condição de produção ao capitalista, a ponto de este contrair ou parar a produção em virtude de uma queda de preço que absorve ou o reduz de maneira contundente. Daí os disparates daqueles que consideram como simples formas de distribuição as diferentes formas de mais-valia. Estas são por iguais formas de produção” (grifos acrescentados).

⁹ Podem-se estabelecer os seguintes parâmetros básicos: considerando o custo de produção como $(c+v)$, a taxa média de lucro do sistema e a taxa de juros como dadas em cada momento, o lucro do empresário é função destas. Portanto, o que se tem é $l = l - j$, do que resulta $l = l + j$, sendo l o lucro do empresário; l o lucro médio e j o juro médio que remunera o capital de empréstimo do sistema.

¹⁰ O FED foi criado em 1913. A legislação a que se faz referência no texto regulamentou especificamente o sistema de depósitos bancários e reservas monetárias mantidas pelos bancos membros.

¹¹ O ciclo de negócios em termos teóricos marxistas compreende mais apropriadamente os impulsos cíclicos da acumulação de capital, abrangendo fases ou etapas de distensão, expansão

e crise do capital. Na representação clássica desenvolvida por Marx no volume III de *O Capital*, o processo de acumulação passa por várias etapas de estagnação, recuperação, expansão e crise, cumprindo o crédito um papel significativo nesse processo (conferir, entre outros, Harvey, 1990, p. 303-308).

¹² Segundo Itoh & Lapavistas (1997, cap. 3, p. 3): "The regular creation of stagnant money in the course of capitalist reproduction provides an objectives basis for both commercial and banking credit, and serves as a foundation for the capitalist credit system".

¹³ Itoh & Lapavistas (1997, cap. 3, p. 12) consideram que as reservas de turnover já estão presentes na primeira forma de reserva, como valor monetário de precaução para continuidade do processo produtivo: "The turnover reserve is not money being released in the course of turnover, but rather a reserve which must be present at the outset to ensure the continuity of the turnover of capital".

¹⁴ Estamos utilizando a economia estadunidense como paradigmática e considerando o aspecto metodológico de que a análise da forma mais desenvolvida é o que deve orientar a análise das formas menos desenvolvidas. Neste sentido, conferir Marx (1983).

¹⁵ As funções do Estado, no capitalismo, podem ser tipificadas em quatro elementos classificatórios: a) funções gerais: necessárias ao desenvolvimento do coletivo social; b) funções técnicas específicas do capitalismo: administrativas, reguladoras da concorrência entre os capitais, fiscais e monetárias; c) funções de controle e legitimação: jurídicas, segurança e ideológicas; d) bélicas e militares. Conferir Trindade (2008, v. 34, n. 4, p. 131-149).

¹⁶ Germer (1995, p. 240) elucida a questão: "(...) o dinheiro de crédito funciona na circulação de mercadorias, tal como o dinheiro metálico, com cada unidade monetária realizando diversas transações, apenas que neste caso mediadas pelo sistema bancário na qualidade de capital de comércio de dinheiro e intercaladas pela criação de sucessivos depósitos e poupando o material monetário, ou seja, aumentando a velocidade de circulação do dinheiro real".

¹⁷ Germer (2001, p. 185) resume nos seguintes termos: "o capitalista A concede um crédito comercial a B ao vender-lhe mercadorias contra uma letra de câmbio pagável em data futura; se A necessitar do dinheiro, um banco pode descontar-lhe o título com um deságio correspondente ao juro sobre o seu valor até o vencimento".

¹⁸ O que para a teoria econômica convencional é tido como "criação de dinheiro", na verdade trata-se da criação de registros contábeis, equivalentes a títulos de crédito, que expressam capitais em processo de reprodução, como analisa Germer (1995, p. 243-44).

¹⁹ Harvey (1990, p. 301) observa que "Las deudas y el capital ficticio pueden empezar a circular como capital para hacer préstamos em la medida en que la gente tiene fe em la salud de la economía; los estados psicológicos esperanzados son importantes, por lo menos a corto plazo, para esse proceso que convierte las deudas contraídas privadamente em formas sociales de dinero".

Réplica: taylorismo, capitalismo e Marx

Benedito Rodrigues de Moraes Netoⁱ

Resumo

Em seu número 29, esta revista publicou artigo de André G. Augusto, intitulado *Forças produtivas capitalistas: seria o taylorismo uma anomalia?* Nesse artigo, foi feita uma análise crítica das teses tradicionais de Benedito R. de Moraes Neto acerca da natureza conceitual do taylorismo-fordismo. Os comentários que se seguem procuram realizar uma crítica à crítica. Segundo Moraes Neto, as questões colocadas por Augusto são relevantes, de tal modo que ele aproveita a oportunidade do debate. Ele permite que as ideias de ambos os autores possam ser clarificadas.

Palavras chaves: taylorismo, processo de trabalho, manufatura, grande indústria.

Classificação JEL: B 51; J 50

Sobre capitalismo e trabalho industrial desqualificado

Logo no início do artigo, Augusto explicita um equívoco fundamental, que compromete inteiramente sua compreensão da analogia que procuro fazer entre taylorismo-fordismo e manufatura, ao supor uma equivalência entre manufatura e cooperação simples.

Inicialmente, o autor esclarece sua discordância frente à minha analogia, e procura estabelecer, isto sim, uma analogia entre taylorismo e grande indústria, em oposição à manufatura. Para Augusto, tanto o taylorismo como a grande indústria fundam-se sobre o trabalho

ⁱ Professor Adjunto (Livre-Docente) aposentado do Departamento de Economia da UNESP/Araraquara.

desqualificado, em contraposição à manufatura, que se funda sobre o trabalho qualificado. Explicita-se aqui um aspecto interessante do texto, ao qual será dado destaque mais à frente: ao considerá-los análogos, e, portanto, não idênticos, Augusto aceita minha sugestão de que taylorismo-fordismo e grande indústria caracterizam processos de trabalho conceitualmente diferentes; para ele, apenas ambos seriam orientados pelo mesmo princípio, qual seja, o de fundar-se sobre o trabalho desqualificado:

“Argumentar-se-á que o taylorismo não pode ser identificado com a manufatura e pode se situar, em pelo menos um aspecto fundamental, em sequência ao mesmo princípio que orienta o processo de trabalho na grande indústria.” (AUGUSTO, 2011, p.7)

Verifiquemos o argumento do autor para justificar a frase acima. A citação abaixo deixa claro que, para Augusto, existe uma identidade entre cooperação simples e manufatura, o que implica na visualização da presença exclusiva, nesta última, de trabalho qualificado de estilo artesanal:

“Se a cooperação marca o surgimento da forma fundamental do processo de trabalho capitalista, sua primeira forma de desenvolvimento é a manufatura. O alicerce fundamental da manufatura é a divisão das operações necessárias para a elaboração de um produto e a atribuição dessas operações a um grupo de trabalhadores. Na manufatura, o trabalhador com conhecimento integral do processo produtivo é substituído por um trabalhador especializado. Note-se aqui que a manufatura surge a partir de uma mudança na força de trabalho, na transformação do trabalhador em trabalhador especializado. A base artesanal, no entanto, permanece na manufatura. É característico da manufatura que o trabalhador especializado ainda seja um trabalhador de ofício, que detém o controle – mesmo que parcial – do processo de trabalho, um processo que ainda depende de sua habilidade adquirida em um processo de formação mais ou menos longo de acordo com a complexidade das operações exigidas pela especialização do trabalhador. Assim, na manufatura, o processo de trabalho ainda se fundamenta na ‘habilidade profissional do artesão’ (Marx)” (AUGUSTO, 2011, p. 8-9)

A correta noção de que “a base artesanal permanece na manufatura” precisa, todavia, ser mais bem esclarecida. Num primeiro momento histórico, a base técnica continuou sendo inteiramente artesanal, ou seja, a forma social capitalista de organização da produção tomou a forma técnica precedente na produção industrial – o artesanato – como tal, sem nenhuma alteração, caracterizando aquilo que Marx denomina “subordinação formal do trabalho ao capital”:

“O processo de produção converteu-se no processo do próprio capital, um processo que se desenvolve com os fatores do processo de trabalho em que se transformou o dinheiro do capitalista e que se efetua, sob a direção deste último, com o fim de obter mais dinheiro do dinheiro. (...) Não obstante, com essa transformação não se deu uma modificação essencial na forma e maneira real do processo de trabalho, do processo real de produção. Pelo contrário, é normal que a subsunção do processo de trabalho no capital se opere com base num processo de trabalho *preexistente*, anterior a essa sua subsunção no capital e com uma configuração baseada em diversos processos de produção anteriores e outras condições de produção; o capital subsume em si *determinado processo de trabalho existente*, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura que corresponde à pequena economia camponesa autônoma.” (MARX, 1975, p. 74-75)

“No modo de produção propriamente dito não se verifica qualquer diferença nesta etapa. O *processo de trabalho*, do ponto de vista tecnológico, efetua-se exatamente como antes, só que agora como processo de trabalho *subordinado* ao capital.” (MARX, 1975, p.80)

“(...) denominamos *subordinação formal do trabalho no capital* à subordinação ao capital dum modo de trabalho tal como se tinha desenvolvido antes de ter surgido a relação capitalista.” (MARX, 1975, p.75)

O processo produtivo que já é capitalista na sua forma social e que permanece inteiramente artesanal na sua forma técnica é denominado por Marx “cooperação simples”:

“Em sua figura simples, até agora considerada, a cooperação coincide com a produção em maior escala, porém não constitui nenhuma

forma característica fixa de uma época particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista. (...) A cooperação simples continua sendo ainda a forma predominante nos ramos de produção em que o capital opera em grande escala, sem que a divisão do trabalho ou a maquinaria desempenhem papel significativo.” (MARX, 1983, Cap.XI, p.266)

Para esclarecer melhor a natureza do processo de trabalho sob a “cooperação simples”, precisamos nos valer da observação de Stephen Marglin de que o artesão já realizava uma divisão de seu trabalho em etapas:

“... Um artesão, com a mulher e os filhos, poderia passar de uma tarefa para outra, tirar fio suficiente para cem ou mil alfinetes, depois endireitá-lo, em seguida cortá-lo e por aí adiante, beneficiando-se assim das vantagens de uma divisão de todo o processo de produção em etapas sucessivas.” (MARGLIN, 1974, p.17)

Na medida em que, para a elevação da produtividade, o artesão dividia seu trabalho em diferentes tarefas, uma das características fundamentais do trabalho artesanal é, portanto, a de que o trabalhador executa todas as tarefas parciais do processo de trabalho. Como essas diferentes tarefas possuem diferentes graus de complexidade, o artesão realiza então tarefas bastante simples e tarefas bastante complexas, extremamente exigentes de qualificação de tipo artesanal (chamada de qualificação de tipo *skill* por Kaplinsk)¹. É a presença dessas últimas que garante ao trabalho artesanal sua especificidade quanto à qualificação necessária para o trabalho. Ora, como a cooperação simples significa apenas e tão somente colocar lado a lado uma série de “artesãos-assalariados”, que realizarão todas as tarefas parciais necessárias à produção, cabe uma pergunta crucial para o cálculo capitalista: como esse trabalhador é remunerado? Por saber realizar as tarefas mais simples ou as mais complexas? Evidentemente, dada a relevância das últimas para a qualidade do produto, é a competência para sua realização a definidora da remuneração, e, portanto, todos os trabalhadores na cooperação simples receberiam salários elevados, pois é relativamente escassa a oferta de trabalhadores com essa capacidade. Este elemento é destacado por Babbage, e auxilia na compreensão da necessidade

capitalista de superar rapidamente a forma da cooperação simples². É extremamente limitada para o capital uma forma de organização da produção que magnifica a dependência do capitalista frente à especial habilidade dos trabalhadores.

Nesse caso, o controle sobre a variável chave para o lucro, a produtividade do trabalho, é de exclusividade do coletivo de trabalhadores. Em texto anterior, foi cunhada a noção da “redoma de vidro” que, através do “saber-fazer operário”, protege o mesmo da interferência do capital. (MORAES NETO, 1987) Ora, no caso da cooperação simples, a “redoma” possui vidro bastante escurecido, dificultando sobremaneira a intervenção do capital sobre o processo de trabalho. (MORAES NETO, p.21) Se, como afirma com rara felicidade Andrew Ure, “dada a fraqueza humana, quanto mais habilidoso o trabalhador, mais egocêntrico e intratável ele está propenso a se tornar” (URE, s/d, p.2), não é difícil imaginar o modo de ser desses “artesãos-assalariados”. Caracterizar-se-ia uma profunda desarmonia entre a forma social do processo produtivo, já capitalista, implicando numa relação de dominação do trabalho pelo capital, e a forma técnica, fundada na dominação do trabalho. Compreende-se então a fugacidade dessa forma de organizar a atividade produtiva; muito rapidamente, o capital teve que realizar sua primeira intervenção no processo de trabalho, no sentido de tentar ajustá-lo às suas determinações, implantando a divisão manufatureira do trabalho.

Chegamos então à manufatura, que deve ser tratada com alguma profundidade, dada sua importância para a crítica de Augusto à nossa proposta de analogia. Vejamos inicialmente a natureza conceitual da divisão manufatureira do trabalho:

“ (...) a manufatura (obs: no caso emblemático da manufatura orgânica, cuja ilustração mais conhecida vem a ser a de alfinetes no primeiro capítulo da *Riqueza das Nações*) se origina também por caminho oposto. Muitos artífices que fazem o mesmo ou algo da mesma espécie, por exemplo, papel ou tipos de imprensa ou agulhas, são ocupados pelo mesmo capital simultaneamente na mesma oficina. É essa a cooperação na forma mais simples. Cada um desses artífices (talvez com um ou dois ajudantes) produz por inteiro a mercadoria e leva a cabo portanto sucessivamente as diferentes

operações exigidas para a sua fabricação. Ele continua a trabalhar de acordo com o seu antigo modo artesanal. Contudo, circunstâncias externas levam logo a utilizar-se de outra maneira a concentração dos trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos. Um quantum maior de mercadorias prontas tem, por exemplo, de ser fornecido em determinado prazo. O trabalho é por isso dividido. Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma sequência temporal, elas são desprendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores. Essa divisão accidental se repete, mostra suas vantagens peculiares e ossifica-se pouco a pouco em divisão sistemática do trabalho.” (MARX, 1983, Cap.XII, p.268)

Observa-se, portanto, que a divisão do trabalho que caracteriza a manufatura surge quando as diferentes tarefas parciais anteriormente realizadas pelo artesão (e pelo “artesão-assalariado” da cooperação simples) são designadas a trabalhadores diferentes, surgindo dessa forma o trabalhador parcial. É a partir desse fato que se pode compreender a relação existente entre manufatura e artesanato, pois “... a análise do processo de produção (manufatureiro) em suas fases particulares coincide inteiramente com a decomposição de uma atividade artesanal em suas diversas operações parciais.” (MARX, O Capital, p. 274 da Fondo). A manufatura se fundamenta inteiramente no artesanato na medida em que não realiza qualquer revolucionamento no instrumento de trabalho, que continua como ferramenta, como extensão da mão humana (Marx lembra que no período manufatureiro ocorreu apenas uma grande especialização das ferramentas, chegando, por exemplo, a existir à época em Birmingham 500 tipos de martelo; poderiam ser milhares, e mesmo assim jamais deixariam de ser simples martelos). Mas se fundamenta realizando uma grande mudança na força de trabalho, na forma de organização do processo de trabalho, dando origem à divisão parcelar do trabalho. A natureza dessa divisão tem que ser entendida à luz da já mencionada diversidade de grau de complexidade que já existia no caso das tarefas parciais do artesão:

“Composta ou simples, a execução continua artesanal e portanto dependente da força, habilidade, rapidez e segurança do trabalhador individual

no manejo de seu instrumento. O ofício permanece a base” (MARX, 1983, Cap.XII, p.269)

Verifiquemos os desdobramentos do diferencial de complexidade das diferentes operações manuais, agora designadas permanentemente a trabalhadores diferentes:

“Uma vez que as diferentes funções do trabalhador coletivo podem ser mais simples ou mais complexas, mais baixas ou mais elevadas, seus órgãos, as forças de trabalho individuais, exigem diferentes graus de formação, possuindo por isso valores muito diferentes. A manufatura desenvolve portanto uma hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários. (...) A manufatura cria portanto em todo ofício de que se apossa uma classe dos chamados trabalhadores não qualificados, os quais eram rigorosamente excluídos pelo artesanato. Se ela desenvolve a especialidade inteiramente unilateralizada, à custa da capacidade total de trabalho, até a virtuosidade, ela já começa também a fazer da falta de todo desenvolvimento uma especialidade. Ao lado da graduação hierárquica surge a simples separação dos trabalhadores em qualificados e não qualificados³. Para os últimos os custos de aprendizagem desaparecem por inteiro; para os primeiros esses custos se reduzem, em comparação com o artesão, devido à função simplificada. Em ambos os casos cai o valor da força de trabalho.” (MARX, 1983, Cap.XII, p.276)

Surge historicamente, portanto, o trabalho desqualificado na produção industrial, o trabalho repetitivo, monótono, vazio de conteúdo, plenamente ajustado a trabalhadores sem qualquer formação especial, em uma palavra, **intercambiável**. Cada “peão” pode ser substituído por outro sem qualquer resultado produtivo visível, e, considerando-se a oferta abundante desse trabalhador à época (e em muitas outras épocas e lugares), sua remuneração é bastante baixa. O “Princípio de Babbage”, como já vimos, tem como ponto central as diferentes remunerações dos trabalhadores segundo as exigências de qualificação para o trabalho. Agora, apenas aqueles responsáveis pelas tarefas mais complexas (os “artífices da manufatura”) possuem remuneração relativamente elevada, enquanto os “peões” recebem salários baixos, o que implica, relativamente à cooperação simples, numa redução importante do

salário médio, com reflexos de custo significativos, dada a natureza técnica da produção manufatureira.

É justamente para os “peões” da manufatura que se voltam as reflexões críticas de vários autores sobre os desdobramentos perversos do trabalho parcelar sobre os trabalhadores:

“A unilateralidade e mesmo imperfeição do trabalhador parcial tornam-se sua perfeição como membro do trabalhador coletivo (por exemplo, desenvolvimento unilateral dos músculos, deformação dos ossos, etc.). O hábito de exercer uma função unilateral transforma-o em seu órgão natural e de atuação segura, enquanto a conexão do mecanismo global o obriga a operar com regularidade de um componente de máquina.” (MARX, 1983, Cap.XII, p.276)

“Enquanto a cooperação simples em geral não modifica o modo de trabalho do indivíduo, a manufatura o revoluciona pela base e se apodera da força individual de trabalho em suas raízes. (...) Os trabalhos parciais específicos são não só distribuídos entre os diversos indivíduos, mas o próprio indivíduo é dividido e transformado no motor automático de um trabalho parcial (Dugald Stewart denomina os trabalhadores de manufatura ‘autômatos vivos’) (...)” (MARX, 1983, Cap.XII, p.283)

“A ignorância é a mãe da indústria, como da superstição. A reflexão e a imaginação estão sujeitas ao erro; mas o hábito de movimentar o pé ou a mão não depende nem de uma nem da outra. As manufaturas prosperam, portanto, mais onde mais se dispensa o espírito, de modo que a oficina pode ser considerada como uma máquina cujas partes são seres humanos.” (FERGUSON, apud MARX, 1983, Cap.XII, p.284)

“ Com o avanço da divisão do trabalho, a ocupação da maior parte daqueles que vivem do trabalho, isto é, da maioria da população, acaba restringindo-se a algumas operações extremamente simples, muitas vezes a uma ou duas. Ora, a compreensão da maior parte das pessoas é formada pelas suas ocupações normais. O homem que gasta toda sua vida executando algumas operações simples, cujos efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou mais ou menos os mesmos, não tem nenhuma oportunidade para exercitar sua compreensão ou para exercer seu espírito inventivo no sentido de encontrar meios para eliminar dificuldades que nunca ocorrem. Ele perde naturalmente o hábito de fazer isso, tornando-se geralmente tão embotado

e ignorante quanto o possa ser uma criatura humana... Este tipo de vida corrompe até mesmo sua atividade corporal, tornando-o incapaz de utilizar sua força física com vigor e perseverança em alguma ocupação para a qual foi criado. Assim, a habilidade que ele adquiriu em sua ocupação específica parece ter sido adquirida às custas de suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. Ora, em toda sociedade evoluída e civilizada, este é o estado em que inevitavelmente caem os trabalhadores pobres – isto é, a grande massa da população...”(SMITH, 1983, p.213-214)

É a permanência dos trabalhadores mais qualificados, responsáveis pelas tarefas de maior complexidade, ainda protegidos pela “redoma de vidro”, que permite entender o fenômeno da insubordinação dos trabalhadores durante o período manufatureiro:

“Durante o período manufatureiro propriamente dito, isto é, o período em que a manufatura era a forma dominante do modo de produção capitalista, a plena realização de suas tendências se choca com obstáculos de diversas naturezas. Embora, como vimos, ela criasse ao lado da graduação hierárquica dos trabalhadores uma divisão simples entre trabalhadores qualificados e não qualificados, o número dos últimos fica muito limitado em virtude da influência predominante dos primeiros. Embora ajustasse as operações especiais aos diversos graus de maturidade, força e desenvolvimento dos seus órgãos vivos de trabalho e, portanto, induzindo a exploração produtiva de mulheres e crianças, essa tendência malogra geralmente devido aos hábitos e à resistência dos trabalhadores masculinos. Embora a decomposição da atividade artesanal reduzisse os custos de formação e, portanto, o valor do trabalhador, continua necessário para o trabalho de detalhe mais difícil um tempo mais longo de aprendizagem e mesmo onde este se tornava supérfluo, os trabalhadores procuravam zelosamente preservá-lo. (...) Uma vez que a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e que o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital luta constantemente com a insubordinação dos trabalhadores” (MARX, 1983, Cap.XII, p.287-288)

“Devido à fraqueza da natureza humana, quanto mais habilidoso o trabalhador, mais egocêntrico e intratável ele está propenso a se tornar (...)” (URE, s/d, p. 17)

Augusto não leva em conta todas essas características fundamentais do trabalho sob a manufatura, referindo-se sempre à cooperação simples. Leva para todos os trabalhadores a natureza do trabalho e a atitude típicas dos “artífices da manufatura”:

“É a base do ofício que impõe limitações para a reprodução do capital, fazendo com que a manufatura seja superada. A dependência da ‘habilidade profissional do artesão’ e, conseqüentemente, de seu processo de formação, significava a dificuldade de controle sobre a força de trabalho, o que levava à sua insubordinação. Mas um aspecto do ofício é crucial para a compreensão das limitações da manufatura: os gestos da produção estão sob o controle do trabalhador; isso significa que o ritmo, velocidade, em resumo, o tempo gasto na execução das operações – e, portanto, o tempo de trabalho na produção das mercadorias – estão sob o controle do trabalhador imediato. (...)” (AUGUSTO, 2011, p.9)

Dessa forma, imagina que todo trabalho sob a manufatura é de tipo artesanal, altamente qualificado, e a partir disso critica minha analogia entre manufatura e taylorismo – a qual, é bom lembrar, tem seu ponto de partida no taylorismo, mas só se completa com a linha de montagem fordista –, o qual se fundamenta na desqualificação do trabalho:

“A manufatura, conforme observado anteriormente, tem como base técnica o ofício, a habilidade profissional do artesão. Conforme afirma Moraes Neto, o taylorismo ‘(...) independentiza o capital das habilidades dos trabalhadores (...)’; ao eliminar o ofício, o taylorismo se distingue **radicalmente** da manufatura. Isso porque, em primeiro lugar, a eliminação da habilidade profissional do artesão pelo taylorismo significa a eliminação do problema da formação. (...) A escassez de trabalhadores hábeis e os longos períodos de aprendizagem, apontados por Marx entre as limitações da manufatura, deixam de ser um problema e uma fonte de insubordinação dos trabalhadores frente ao capital. Mais importante, porém, é uma distinção fundamental entre o taylorismo e a manufatura: no taylorismo, o controle sobre o tempo do trabalho – o ‘elemento do lucro’ – é retirado do trabalhador e transferido para a gerência. Como o capital é valor que se valoriza, portanto tempo de trabalho, essa não pode ser uma diferença menor, mas fundamental. O taylorismo é assim uma etapa de subsunção do processo de trabalho à produção de valor excedente que se coloca para além da manufatura.” (AUGUSTO, 2011, p.12-13)

À parte o fato de que Augusto imagina que o trabalho industrial baseado no ofício teria predominado até o fim do século XIX, só tendo sido superado pelo surgimento do taylorismo, apagando da história a revolução industrial, no que segue as estranhas considerações de Coriat⁴ e Linhart⁵, equivoca-se quanto à manufatura. O trabalho desqualificado e sistemático na produção industrial é sim, como quer Augusto, uma “conquista” capitalista, mas cujo *locus* inicial é a manufatura. É justamente sobre o trabalho parcial por excelência do “peão” que recai uma das mais importantes limitações da manufatura, magnificamente ilustrada por Marx quando afirma “que o homem é um instrumento muito imperfeito de produção de movimento uniforme e contínuo”. (MARX, 1983, Cap.XIII, p.10) Ora, como a maioria dos trabalhadores da manufatura precisa trabalhar “com regularidade de um componente de máquina”, como se fossem “autômatos vivos”, a limitação do ser humano como instrumento de produção vai saltar aos olhos. Através de citação da obra de Babbage de 1832, pode-se perceber a importância que passou a ser dada à fadiga física, tornada então objeto de investigação. Veremos mais à frente que o taylorismo trouxe um grande desenvolvimento a essa investigação, qual seja, à natureza do ser humano enquanto instrumento de produção:

“A fadiga produzida nos músculos do corpo humano não depende completamente da força efetivamente empregada em cada esforço, mas parcialmente da frequência através da qual ela é exercida. O esforço necessário para realizar cada operação consiste de duas partes: uma delas é o gasto de força que é necessário para guiar a ferramenta ou instrumento; e a outra é o esforço requerido para a movimentação de algum membro do animal que produz a ação. Ao pregar um prego num pedaço de madeira, uma delas é erguer o martelo e impelir sua cabeça contra o prego; a outra é levantar o próprio braço, e movimentá-lo no sentido de usar o martelo. Se o peso do martelo é considerável, a primeira parte irá causar a maior porção do esforço. Se o martelo é leve, o esforço de levantar o braço irá produzir a maior parte da fadiga. Acontece, portanto, que aquelas operações que requerem uma força muito insignificante, se frequentemente repetidas, irão cansar de modo mais efetivo do que o mais laborioso trabalho. Existe também um grau de rapidez além do qual não se pode forçar a ação dos músculos. (...) A proporção entre a velocidade através da qual os homens ou os animais se movem, e os pesos

que carregam, é uma matéria de importância considerável, principalmente em assuntos militares. É também de grande importância para a gestão do trabalho fazer o ajuste entre o peso daquela parte do corpo do animal que se movimenta, o peso da ferramenta, e a frequência de repetição desses esforços, de modo a produzir o melhor efeito. (...) Sempre que o trabalho é leve, torna-se necessário, de modo a economizar tempo, incrementar a velocidade.” (BABBAGE, 1971, p.30-32).

Ademais da fadiga física, a expansão da produtividade do trabalho acabou encontrando um limite antropomórfico, denominado por Marx de “barreira orgânica”, cuja superação caracteriza um dos feitos mais notáveis da máquina:

“A máquina-ferramenta é, portanto, um mecanismo que, ao ser-lhe transmitido o movimento correspondente, executa com suas ferramentas as mesmas operações que o trabalhador executava antes com ferramentas semelhantes. Que, portanto, a força motriz provenha do homem ou novamente de uma máquina em nada modifica a essência da coisa. Quando a própria ferramenta é transferida do homem para um mecanismo, surge uma máquina no lugar de uma ferramenta. A diferença salta logo à vista, mesmo que o ser humano continue sendo o primeiro motor. O número de instrumentos de trabalho com que ele pode operar ao mesmo tempo é limitado pelo número de seus instrumentos naturais de produção, seus próprios órgãos corpóreos. Na Alemanha, tentou-se inicialmente fazer com que um fiandeiro movimentasse duas rodas de fiar, fazê-lo, portanto, trabalhar simultaneamente com as duas mãos e os dois pés. Isso era estafante demais. Depois, inventou-se uma roda de fiar com pedal e dois fusos, mas os virtuosos da fição que conseguiam fiar dois fios ao mesmo tempo eram quase tão raros quanto homens com duas cabeças. A Jenny, pelo contrário, fia, de saída, com 12 a 18 fusos; o tear de confeccionar meias tricoteia com muitos milhares de agulhas de uma só vê etc. O número de ferramentas com que a máquina-ferramenta joga simultaneamente está, de antemão, emancipado da barreira orgânica que restringe a ferramenta manual de um trabalhador.” (MARX, 1983, Cap.XIII, p.9)

Mais à frente, tendo em conta o taylorismo-fordismo, será possível aprofundar essa questão da limitação do ser humano enquanto

instrumento de produção. Seu ponto de partida histórico localiza-se na manufatura, o que trabalha em benefício de minha proposta de analogia.

Sobre o trabalho vivo imediato na indústria capitalista

Neste momento de sua crítica, a avaliação de Augusto é de que minha argumentação acerca dos efeitos do desenvolvimento das forças produtivas encetado pelo modo capitalista de produção sobre o trabalho vivo imediato padece de um “determinismo tecnológico implícito que leva a que o desenvolvimento das forças produtivas – em última análise autônomo – determine as relações de produção” (AUGUSTO, 2011, p.17). Isto se explicaria da seguinte maneira:

“ O argumento fundamental de Moraes Neto é de que o desenvolvimento das forças produtivas sob a forma de maquinaria levaria a uma profunda transformação do trabalho, por um lado, com sua transformação em supervisor e regulador e, por outro, com a cientificização e a conseqüente substituição do conteúdo manual e material pelo intelectual. Com a mecanização, o trabalho se transformaria em uma ‘atividade de supervisão de sistemas complexos’, um trabalho com ‘elevado nível de qualificação’, com ‘maior autonomia’ e ‘significativo envolvimento’ com o ‘trabalho em grupo’. Essa mudança profunda na natureza da atividade significaria que o trabalho se tornaria, de acordo com as afirmações de Marx nos *Grundrisse*, ‘realmente livre e emancipado’, ‘revestido de caráter científico’ e ‘desenvolvimento pleno da atividade mesma’ como resultado do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. (...) Isto torna evidente que, para o autor, o trabalho se torna intelectualizado, autônomo e desenvolvimento pleno da atividade mesma – em uma palavra, atinge as condições para uma atividade livre – no interior das relações de produção capitalistas – já no século XIX.” (AUGUSTO, 2011, p.15)

É claro que a primeira frase apresenta um equívoco de apresentação da idéia, pois o argumento referente à transformação profunda operada pela introdução da maquinaria faz parte da História das idéias sobre trabalho e tecnologia. Como, em tudo que escrevi, sempre procurei mencionar e tentar verificar desdobramentos das idéias de Marx sobre

o tema nos *Grundrisse*, vale a pena citação de passagem que considero crucial:

“Trabalharás com o suor de teu rosto! – foi a maldição que Jeová lançou a Adão, e é desta maneira, como maldição, que Adam Smith concebe o trabalho. O ‘repouso’ aparece como o estado adequado, como idêntico à ‘liberdade’ e à ‘fortuna’. Parece estar muito longe de seu pensamento que o indivíduo, ‘em seu estado normal de saúde, vigor, atividade, habilidade e destreza’ tenha também a necessidade de sua porção normal de trabalho e da supressão do repouso. (...) Tem razão, sem dúvida, Adam Smith, na medida em que as formas históricas de trabalho – como trabalho escravo, servil, assalariado – sempre se apresentaram como trabalho forçado, imposto exteriormente, frente ao qual o não-trabalho aparece como ‘liberdade e fortuna’. Isto é duplamente verdadeiro: é verdadeiro com relação a este trabalho antitético [‘quer dizer, condicionado por uma antítese de classe’ (ROSDOLSKY, p.474)], e, em conexão com ele, ao trabalho para o qual ainda não se criaram as condições subjetivas e objetivas para que se torne trabalho atraente, auto-realização do indivíduo, o que de modo algum significa que seja mera diversão, mero entretenimento, como concebia Fourier. Precisamente, os trabalhos realmente livres, como por exemplo a composição musical, são ao mesmo tempo terrivelmente sérios e exigem o mais intenso dos esforços. **O trabalho da produção material só pode adquirir esse caráter (de trabalho realmente livre, emancipado) : 1) Se o seu conteúdo se tornar diretamente social; 2) Se se revestir de um caráter científico e surgir diretamente como tempo de trabalho geral. Por outras palavras,, se deixar de ser o esforço do homem, simples força de trabalho natural no estado bruto tendo sofrido um determinado treinamento, para se tornar a atividade do sujeito que regula todas as forças da natureza no seio do processo de produção.**”(grifo nosso) (MARX, 1978, p. 119-120)

Acredito que a citação esclarece bastante bem a idéia: a transformação do trabalho humano ligado à produção material em atividade reguladora das “forças da natureza no seio do processo de produção”, ao se revestir de “caráter científico”, é **condição necessária**, mas **não suficiente** para a emancipação do trabalho, para sua transformação em atividade livre e desenvolvedora das individualidades. A outra condição é que o conteúdo do trabalho se torne “diretamente social”, o que implica na superação do domínio da mercadoria, ou seja,

do capital. Em tudo que escrevi, jamais se lerá que a cientificização da produção, *per se*, levaria à emancipação, que haveria uma “ligação direta e necessária entre mecanização – o simples uso da máquina – e a transformação do trabalho em auto-atividade livre” (AUGUSTO, 16). O que sempre procurei argumentar, todavia, é que, sem ela, por exemplo, com o taylorismo-fordismo, tal emancipação é impossível, coisa muito bem ilustrada historicamente pelos efeitos deletérios da incorporação do taylorismo pela experiência soviética.⁶

Vejam os a seguir a crítica formulada a respeito da prescindibilidade do trabalho vivo. Sobre este ponto, um aspecto deve ser realçado: Augusto tem claro que a maquinaria, a produção automatizada, torna prescindível o trabalho manual: “Não se trata aqui, evidentemente, de negar o fato de que a produção mecanizada, automatizada, supera as limitações fisiológicas do trabalho manual para a produção de valores de uso em larga escala” (AUGUSTO, 2011, p.18). Todavia, apesar dessa consideração (desde logo evidente, como afirma o autor), não se pode extrair um movimento generalizado de superação do trabalho manual na produção industrial:

“O fato de haver processos fortemente automatizados em regiões, nações e ramos da produção capitalista pode levar a definir uma tendência de progressiva diminuição do trabalho manual – mas não autoriza a conclusão de seu desaparecimento universal no interior do capitalismo.” (AUGUSTO, 2011, p.19)

Esta afirmação é justificada pelo fato de “que as **diferenças nos métodos produtivos** tendem a persistir e a serem reproduzidas, por meio da concorrência, no interior do sistema global do capital (...) (grifo nosso)” (AUGUSTO, 2011, p.18). A argumentação para a eterna permanência do trabalho manual tem como pressuposto algo que procurei assentar em vários textos, e que o autor assimilou inteiramente:

- a. A existência concomitante, ao longo da maior parte do século XX, da produção automatizada (muito especialmente, dada sua relevância, na indústria de processo contínuo) e da produção taylorista-fordista nos países de capitalismo avançado,

caracterizando-se, portanto, uma heterogeneidade na produção industrial, um dualismo na esfera da produção industrial.

- b. A recente automação de base microeletrônica nos países de capitalismo avançado teve como resultado “explodir” a planta industrial taylorista-fordista, levando-a de forma abrupta para o “leito da automação”, no qual já caminhavam há muito tempo as indústrias têxteis e de processo contínuo. Consegue-se assim superar o dualismo em direção à homogeneidade, pois todos os ramos industriais se ajustam à produção automatizada.

Ora, se Augusto concorda comigo nessas duas questões, que são para mim fundamentais, então para onde se dirige sua argumentação? Dirige-se para a afirmação da eternidade do trabalho manual sob o capitalismo a partir da existência do que Lipietz chamou de “fordismo periférico” (LIPIETZ, 1988, p.96), ou seja, sua presença nas franjas menos desenvolvidas do mundo capitalista, naquilo que uma vez foi chamado de Terceiro Mundo:

“Os argumentos aqui apresentados levam à mesma conclusão de Antunes (1999), quando ele analisa o caso de uma fábrica com reduzida força de trabalho intelectualizada: ‘Supor a generalização dessa tendência sob o capitalismo contemporâneo – nele incluindo o enorme contingente de trabalhadores do Terceiro Mundo – seria enorme despropósito (...)’.” (AUGUSTO, 2011, p.19)

Trata-se, portanto, da consideração da existência de um dualismo produtivo-espacial, com a atividade industrial nas regiões mais avançadas alcançando um elevado grau de automação, com a consequente superação do trabalho manual, e com algumas regiões mais atrasadas encampando a produção taylorista-fordista, com a consequente presença massiva de trabalho manual. Que esse dualismo existe hoje é inegável, como pode ser ilustrado à perfeição pela planta da Foxconn na cidade industrial de Shenzhen, China, com seus mais de quatrocentos mil moradores-trabalhadores voltados à montagem em massa de produtos eletrônicos da mais sofisticada tecnologia,

concebidos e vendidos nos países de capitalismo avançado, planta que ficou recentemente muito famosa pelos casos de suicídios entre seus trabalhadores. A questão fundamental aqui não é, todavia, sua existência, mas sim a propositura de seu caráter eterno. Verifiquemos o argumento fundamental para esse muito particular “fim da História”, já presente ao final da última citação:

“(…) o capital não pode se libertar de sua dependência do trabalho vivo, pois este é constitutivo do próprio capital. O capital é valor que se valoriza e só o trabalho humano vivo produz valor; a maquinaria não liberta o capital do trabalho vivo porque a mais valia é produzida pelo trabalho excedente e não pela máquina.” (AUGUSTO, 2011, p.13)

Esta citação precisa ser compreendida à luz dos argumentos do autor sobre a permanência do trabalho manual. Ainda que ele considere, seguindo Durand, que, “por mais desenvolvida que esteja a maquinaria, a necessidade de algum tipo de intervenção humana permanece” (*apud* AUGUSTO, 2011, p.13), esse aspecto não é fundamental para o argumento. O fundamental é a permanência, na verdade a eternização, de grandes massas de trabalhadores utilizados em tarefas manuais inteiramente desprovidas de conteúdo nas plantas tayloristas-fordistas do “Terceiro Mundo”, nada tendo a ver com maquinaria, portanto. E a explicação para isto é bastante clara: o capital não pode prescindir em grande escala do trabalho vivo imediato porque isto não lhe interessa, não lhe faz bem. Para alguém que, ao que tudo indica, possui a obra de Marx como referência teórica fundamental, isto não é nem um pouco trivial, pois abre-se mão da proposta marxiana da natureza auto-contraditória do capital, clarificada na citação abaixo:

“Desde que o trabalho, na sua forma imediata, deixa de ser a fonte principal da riqueza, o tempo de trabalho deixa e deve deixar de ser a sua medida, e o valor de troca deixa portanto também de ser a medida do valor de uso. O sobretrabalho das grandes massas deixou de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, tal como o não-trabalho de alguns deixou de ser a condição do desenvolvimento das forças gerais do cérebro humano. Por esta razão, desmorona-se a produção baseada no valor de troca, e o

processo de produção material imediato acha-se despojado da sua forma mesquinha, miserável e antagônica. Ocorre então o livre desenvolvimento das individualidades. Já não se trata, então, de reduzir o tempo de trabalho necessário com vista a desenvolver o sobre-trabalho, mas de reduzir em geral o trabalho necessário da sociedade a um mínimo. Ora, esta redução supõe que os indivíduos recebam uma formação artística, científica, etc., graças ao tempo liberado e aos meios criados para benefício de todos.” (MARX, 1978, p. 228-229)

Para Augusto, de alguma forma não explicada, o capital teria adquirido consciência de seu caráter auto-contraditório, passando então a cuidar para que as forças produtivas deixassem de apresentar aquela problemática natureza analisada por Marx. Sobre essa assertiva, valem duas considerações. Em primeiro lugar, ela se fundamenta inteiramente no “fordismo periférico”, pois, por alguma razão também não explicada, não possui validade para o capitalismo avançado. Para este caso, pareceu ter validade, ainda que parcial, durante todo o período de vigência do taylorismo-fordismo (o que inclui sua variante japonesa, o “neo-fordismo” ohnoista), tendo sido negada a partir da década de 80 do século XX, com o advento da automação de base microeletrônica. Em segundo lugar, também para o caso do “fordismo periférico”, sua validade prospectiva já está sendo posta em cheque em sua ilustração por excelência, a planta da Foxconn em Shenzhen, pois recentemente foi explicitada a intenção da empresa de substituir os milhares de trabalhadores de sua cidade-fábrica por um milhão de robôs, com o objetivo de “driblar o aumento de custos com mão-de-obra” (O GLOBO, 01/08/2011)

Sobre aplicação da ciência à produção

Também este item da crítica de Augusto parte do suposto de que existe uma diferenciação fundamental entre maquinaria e taylorismo-fordismo, coisa que procurei esclarecer em vários escritos. Da mesma forma como Marx havia argumentado para diferenciar maquinaria de manufatura, para Augusto, com a introdução da maquinaria, o objeto de

intervenção é o meio de produção (mais especialmente o instrumento de trabalho), enquanto no taylorismo-fordismo o objeto de intervenção é a força de trabalho:

“Um argumento fundamental para identificar o taylorismo como uma forma de manufatura e, portanto, como um atraso do ponto de vista do desenvolvimento do processo de trabalho capitalista, é o fato de que este não se baseia no uso da máquina. Prescindindo da máquina, o taylorismo supostamente não se configuraria como uma aplicação da ciência ao processo de trabalho. Esse argumento é fundamental, uma vez que todo o desenvolvimento do processo de trabalho capitalista tem como seu conteúdo positivo a tecnologia, isto é, a aplicação da ciência como princípio de organização do processo de trabalho. Nesse sentido, no entanto, pode-se afirmar que há uma **continuidade fundamental entre a grande indústria e o taylorismo**. O taylorismo também parte do princípio da tecnologia, da aplicação consciente da ciência ao processo de trabalho; no entanto, o seu objeto é a força de trabalho e não os meios de produção. O taylorismo inaugura assim uma nova dimensão no desenvolvimento do processo de trabalho ao promover a extensão para a força de trabalho do uso da ciência como princípio de organização do processo de trabalho, colocando o homem como o objeto da tecnologia.” (AUGUSTO, 2011, p.20)

Concordando comigo no fundamental, ao afirmar que, no caso do taylorismo-fordismo, o objeto da aplicação da ciência “é a força de trabalho e não os meios de produção”, como acontece com a introdução da maquinaria, Augusto parte para uma estranha e por ele muito enfatizada crítica à minha afirmação de que, se taylorismo-fordismo trata de gerenciar movimentos ou gestos de produção, como prefere Coriat (1982, p.2), a conquista capitalista desses gestos não pode ser determinada pela aplicação da ciência à produção: “(...) a questão de até onde se pode levar o movimento humano não é uma questão passível de ser resolvida pela ciência, sendo objeto de compromisso e negociação.” (MORAES NETO, 1989, p.40).

A crítica de Augusto a essa colocação envolve uma má interpretação de minha proposta de que “o conhecimento científico é, no caso do taylorismo, apenas um suporte para que o capital, por um lado, explore as particularidades do homem enquanto máquina e, por

outro, aperfeiçoe os mecanismos de controle dos 'passos' do trabalhador coletivo." (MORAES NETO, 1989, p.41). Para ele, eu estaria ecoando a visão de Friedman de que o taylorismo não poderia ser caracterizado como aplicação da ciência à produção por não ter como finalidade o bem estar do trabalhador, mas sim o atendimento dos interesses do capital. Não me parece possível essa ilação, pois minha frase procurou apenas restringir ao homem como instrumento de produção o escopo da aplicação do conhecimento científico à produção no caso do taylorismo, fato inteiramente incorporado por Augusto. A meu juízo, no capitalismo, em nenhum caso, o que inclui a maquinaria, a aplicação da ciência à produção é efetivada sem que se objetive atender às necessidades do capital. Todavia, outra ilação é possível a partir de minha frase, que passou despercebida para Augusto: minha admissão de que o taylorismo procurou sempre aplicar o conhecimento científico com o objetivo de utilizar da melhor forma para o capital o elemento subjetivo do processo de trabalho. As observações que se seguem têm a ver com dois aspectos ligados à tentativa, às vezes levada ao paroxismo, como nos mostra com clareza de detalhes Harry Braverman (1977, p.151-158), de utilizar a ciência para destrinchar os determinantes do homem como instrumento de produção⁷: sua efetividade e seu caráter atrasado, tendo como referência a análise de Marx sobre a natureza das forças produtivas capitalistas. Tratemos desses dois pontos separadamente.

Sobre a efetividade, parece-me inacreditável que se possa retirar do homem objeto da aplicação da ciência o caráter de "ser histórico-social", para não ser nem um pouco criativo. Parece ser essa a busca de Augusto com suas considerações sobre a natureza da ciência e de sua aplicação na produção capitalista, pois admite sem ressalvas a possibilidade de uma objetivação do elemento subjetivo do processo de trabalho, como sempre propuseram Taylor e seus seguidores mais entusiasmados. Que se busque todo o conhecimento humano disponível para extrair do ser humano o máximo rendimento produtivo possível é um imperativo da lógica capitalista. Isto pode tanto refletir-se nos mais sofisticados estudos de natureza fisiológica e psicológica, bem como nos estudos de natureza sociológica e em sua prática gerencial, emblemáticos no famigerado Departamento de Sociologia da Ford, que existiu no período 1913-1920. Que se consiga a partir daí alguma

garantia de elevado rendimento do trabalho assalariado vai uma grande distância. Uma ilustração histórica privilegiada disso pode ser encontrada naquilo que a literatura denomina de “crise do processo de trabalho” na virada da década de 60 para a década de 70 do século XX nos países de capitalismo avançado, que preferimos chamar de “crise do processo de trabalho taylorista-fordista”. Uma citação de matéria da *Fortune* de julho de 1970, que possui merecido destaque na literatura, ajuda a entender esse fenômeno:

“O fato central a respeito dos novos trabalhadores é que eles são jovens, e trazem com eles, para as plantas, as novas perspectivas da juventude americana em 1970. (...) As novas atitudes ultrapassam as fronteiras raciais. Trabalhadores negros e brancos possuem expectativas mais elevadas sobre suas atividades de trabalho e sobre os salários que receberão, bem como sobre a vida que irão levar. Eles são inquietos, inconstantes, instáveis, características que levam à transitoriedade, o que dificulta o ajustamento a uma linha de montagem. O profundo descontentamento com o trabalho e o desejo de fugir torna-se terrivelmente claro duas vezes por dia, quando findam os turnos, e os homens correm em debandada através dos portões da fábrica em direção aos estacionamentos, onde às vezes correm perigo de vida em sua pressa de ir embora. (...) O absenteísmo aumentou intensamente; dobrou nos últimos dez anos na GM e na Ford, tendo se elevado mais fortemente no ano passado. (...) Os atrasos cresceram, tornando ainda mais difícil dar início à produção a cada começo de turno, após os chefes de seção terem conseguido amealhar trabalhadores para substituir os ausentes. As queixas sobre a qualidade aumentaram fortemente. Existe um número maior de discussões com os chefes, mais reclamações sobre disciplina, sobre trabalho além do tempo, mais ressentimentos. A rotatividade é maior. A percentagem de pedidos de demissão na Ford no ano passado foi de 25,2%. (...) Alguns trabalhadores da linha de montagem mostram tal desvinculação com a atividade de trabalho que, como relatam os gerentes com perplexidade, vão embora quando da mudança de turno e não voltam sequer para receber pelo tempo em que trabalharam.” (GOODING, 1970, p.69-70)

Após tantos anos de tentativas de aplicação das ciências ao controle dos seus trabalhadores, o que os capitalistas verificaram nesse momento histórico foi uma comprovação da acuidade de Gramsci

quando afirmara que “os novos métodos de trabalho (fordistas) são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida”. (GRAMSCI, 1978, p.328)

Sobre o segundo ponto, vale mencionar que Augusto realiza longo arrazoado para tentar estabelecer que é, sim, possível, a utilização da ciência pelo capital para controle/manipulação dos trabalhadores, argumentando assim que o taylorismo significa uma “aplicação tecnológica da ciência”, característica da produção na grande indústria segundo Marx. Todavia, toda a ênfase de Marx recai no significado revolucionário do uso particular da ciência envolvido com a utilização da maquinaria, quando então “cessou de existir o trabalho no qual o homem faz aquilo que pode conseguir que as coisas façam em seu lugar” (MARX, 1978, *apud* ROSDOLSKY, 1985, p.467). Como afirmamos em outro lugar, “é a partir daí que Marx pôde extrair sua consideração crucial de que o capitalismo, medíocre enquanto forma social, possui um caráter brilhante no que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas.” (MORAES NETO, 2008, p.12) E por que brilhante? Porque permite que, a partir da potencial desescravização do homem ao trabalho, se possa caminhar em direção a formas sociais mais avançadas. A argumentação de Augusto para o caso da aplicação da ciência ao homem trabalhador nos leva para uma direção muito diferente. Ademais de sua muito discutível efetividade, como apontamos acima, tal ação leva inexoravelmente à afirmação da ante-diluviana/aristotélica noção do homem como instrumento de produção. Trata-se de algo que não possui qualquer potencial positivo; muito pelo contrário, é totalmente medíocre enquanto proposta. Enquanto no caso do uso capitalista da maquinaria se está em presença de uma forma técnica brilhante ao lado de uma forma social medíocre, coisa que permite a inferência marxiana da natureza auto-contraditória do capital, no caso do taylorismo-fordismo, o que se tem é um perfeito ajuste entre uma forma social medíocre e uma forma técnica medíocre, com o que desaparece a natureza auto-contraditória do capital. Não se pode, portanto, considerá-lo uma “anomalia”, coisa de que me acusa Augusto, como se fosse algo não criado pelo capital e que não respeitasse os seus desígnios. Antes pelo contrário, respeita-os em excesso, fazendo desaparecer a natureza auto-contraditória de seu criador consubstanciada na maquinaria. O que

é bastante alvissareiro é que a máquina representa sim uma tendência inexorável e um muito particular “fim da História”, pois jamais será superada, sendo responsabilidade coletiva a conquista efetiva de suas possibilidades sociais, enquanto o taylorismo-fordismo, que se alimenta do atraso social⁸, não possui esse caráter.

Pode-se então compreender o sentido de minha crítica ao “desvio do olhar” de Ricardo Antunes (1999), que propõe, a partir do fim do fordismo nos países de capitalismo avançado, um olhar, por exemplo, para a Foxconn em Shenzhen. Pode-se também compreender o lado positivo que vejo em Negri em sua obra mais recente, que, ainda que mereça a maior parte das críticas acerbas que recebeu no interior do campo marxista, deposita seu olhar crítico sobre a realidade contemporânea do capitalismo avançado.⁹ Também Eleutério Prado, em seu livro de 2005, “ao invés de lamentar a perda de um passado recente caracterizado por um ‘capitalismo arrumado’ sob a lamentável égide do taylorismo-fordismo, nos remete para o correto e imenso desafio: o entendimento daquilo que, com ele, poderíamos chamar de início da ‘transição esquizofrênica’.” (MORAES NETO, 2005, p. 8) É a competência em atuar teórica e politicamente sobre a realidade do capitalismo avançado que definirá no futuro a relevância da crítica ao regime do capital.

Abstract

This journal published a paper written by André G. Augusto called *Capitalist productive forces: Taylorism would be an anomaly?* In this article, it was made a critical analysis of traditional theories of Benedito R. de Moraes Neto about the conceptual nature of Taylorism-Fordism. The comments that follow seek to make a criticism of this criticism. According to Moraes Neto, the questions posed by Augustus are relevant, so he takes the opportunity of the debate. It allows the ideas of both authors to be clarified.

Keywords: Taylorism, work process, manufacturing, large industry.

Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez, 1999.
- AUGUSTO, André G. Forças produtivas capitalistas: seria o taylorismo uma anomalia? In: *Revista da SEP*, nº 29, 2011, p. 5-34.
- BABBAGE, C. *On the economy of machinery and manufactures*. New York: Augustus M. Kelley Publishers, 1971.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CORIAT, B. *El taller y el cronómetro: Ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en massa*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1982.
- _____. O taylorismo e a expropriação do saber operário. In: *Sociologia do Trabalho: Organização do Trabalho Industrial*. Lisboa: A Regra do Jogo Edições, 1985.
- GOODING, J. Blue-collar blues on the assembly line. *Fortune*, July, 1970.
- GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- HILLE, K. Por mão de obra barata, Foxconn se expande no interior da China. *Folha de São Paulo*, 07/03/2011.
- KAPLINSKI, R. "Electronics-based automation technologies and the onset of systemofacture: implication for Third-World industrialization" *World Development* vol. 13, nº 3, 1985.
- LINHART, R. *Lenine, os camponeses e Taylor*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- LIPIETZ, A. *Miragens e milagres*. São Paulo: Nobel, 1988.
- MARGLIN, S. Origens e funções do parcelamento das tarefas. In: GORZ, A. *et alii, Divisão do trabalho, tecnologia e modo de produção capitalista*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.
- MARX, K. *Capítulo inédito d'O Capital: resultados do processo de produção imediato*. Porto: Publicações Escorpião, 1975.
- _____. *O Capital*. Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. México: Siglo Veintiuno, 1978.
- MORAES NETO, B. A organização do trabalho sob o capitalismo e a "redoma de vidro". *Revista de Administração de Empresas*, Fundação Getúlio Vargas, vol.27, n.4, 1987.

Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

Prefácio. In: PRADO, E. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo: Xamã, 2005.

Pós-fordismo e trabalho em Antonio Negri: um comentário. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 18, 2006.

As forças produtivas em Marx e o surpreendente século XX. *Revista de Economia*. Universidade Federal do Paraná, vol.34, número especial, 2008.

Processo de trabalho e eficiência produtiva: Smith, Marx, Taylor e Lênin. *Estudos Econômicos*, vol. 39, n.3, 2009.

RAMSEY, J.D. The Quantification of Human Effort and Motion for the Upper Limbs. *The International Journal of Production Research*, vol. 7, n.1, 1968.

ROSDOLSKY, R. *Genesis y estructura de El Capital de Marx*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1983.

URE, A. *The philosophy of manufactures*. London: 1835. Tradução do capítulo 1 por William Asbury, Universidade Federal de São Carlos, s/d.

Notas

¹ Em colocação feliz, Kaplinsky diferencia da seguinte forma “skill” de “knowledge”: “... é necessário discutir brevemente a relação entre ‘skill’ e ‘knowledge’, que são conceitos relacionados, mas não idênticos. ‘Knowledge’ abrange o entendimento de um processo ou informação a um nível abstrato, tais como aqueles que podem ser transmitidos a outro indivíduo de forma igualmente abstrata. Como tal, o conhecimento deve ser explicitamente racionalizado em termos abstratos que possam ser prontamente entendidos - um processo que passamos a conhecer como ciência e tecnologia. ‘Skill’ compreende um conjunto de experiências exercitadas, que pode envolver não apenas a aquisição de conhecimento, mas também um grau maior ou menor de aptidão natural e regras implícitas de operação. ‘Skills’ são adquiridos individualmente e envolvem a combinação de aprendizagem abstrata, aptidão e experiência, mas o mesmo não é verdadeiro para o ‘knowledge’, que é essencialmente abstrato e menos individualizado.” (KAPLINSKI, R. 1985, p. 435)

² “(...) qualquer explicação para o barateamento dos artigos manufaturados, como consequência da divisão do trabalho, não estará completa se for omitido o seguinte

princípio: o padrão manufatureiro, através da divisão do trabalho a ser executado em diferentes processos, cada um deles requerendo graus diferentes de habilidade ('skill') ou de força, pode comprar exatamente a quantidade precisa de ambos que é necessária para cada processo; todavia, se todo o trabalho fosse executado por um trabalhador, essa pessoa necessitaria possuir habilidade suficiente para executar a mais difícil, e força suficiente para executar a mais laboriosa das operações nas quais a 'arte' ('art') é dividida". (BABBAGE, C., 1971, p. 169)

³ Na tradução de *O Capital* editada pela Fondo de Cultura Económica, México, em 1973, oitava reimpressão, lê-se: "La escala jerárquica del trabajo se combina con la división pura y simple de los obreros em obreros *especializados y peones*." (p. 284)

⁴ "É necessário voltar ao 'antigo melhor sistema' e tomar como principal referência o obstáculo que ele enfrenta. O 'saber-fazer' operário, já vimos, constitui este obstáculo. É à sua decomposição que Taylor procede. Decomposição metódica, e daí uma primeira questão: de onde provém esse 'saber-fazer'? Resposta: é o resultado de uma vasta acumulação de saber prático transmitido por via oral – no decurso da aprendizagem – de geração em geração." (CORIAT, 1985, p.90)

⁵ "O taylorismo, como expropriação, toma toda a sua dimensão de ofensiva estratégica no plano social quando investe contra classes operárias poderosas, experimentadas, qualificadas, herdeiras de séculos de ofício, de corporações, de artesanato." (LINHART, 1977, p.108)

⁶ Esta questão é tratada em MORAES NETO, 2009

⁷ Sobre esse ponto, é extremamente ilustrativo o caso do "quinematômetro exoesquelético", mencionado por Braverman, que se constitui "num dispositivo montado externamente ao sujeito humano para fins de medir as características cinemáticas de seus membros durante o desempenho de uma tarefa" (RAMSEY, 1968, *apud* BRAVERMAN, 1977, p.155). O acesso ao artigo citado por Braverman permitiu observar que são feitas analogias entre as partes constitutivas do braço humano e figuras geométricas, e se utiliza análise fatorial para o estudo realizado. É muito significativo que toda essa preocupação com as características cinemáticas dos membros superiores humanos se localize numa revista de Engenharia de Produção, e não de anatomia / medicina / ortopedia.

⁸ A Foxconn também pode ser útil para ilustrar este ponto. Em matéria recente, lemos que "a Foxconn Technology transformará seu complexo de produção no sul da China em um centro de engenharia e transferirá 200 mil postos de trabalho às províncias do interior do país, onde a mão de obra é mais barata." (HILLE, 2011)

⁹ Este ponto encontra-se desenvolvido em MORAES NETO, 2006

Da crítica não-dialética de Rosa Luxemburg

Jadir Antunesⁱ

Resumo

Este artigo tem como objetivo mostrar o erro de Rosa Luxemburg em sua crítica aos esquemas de reprodução de Marx em *O Capital*. Em sua obra *O Capital*, Marx demonstrava que a reprodução econômica da sociedade capitalista era um processo exclusivamente endógeno conduzido inteiramente pela classe trabalhadora e pela classe capitalista. Segundo ele, a sociedade capitalista produzia e reproduzia seus próprios fundamentos sem a necessidade de uma terceira classe social externa ao sistema. Rosa Luxemburg considerava que essa concepção de Marx era uma concepção abstrata e separada da economia real. Segundo ela, a acumulação de capital é impossível sem a existência de uma terceira classe de consumidores externa ao sistema, classe que funcionaria como classe compradora da mais-valia destinada à acumulação. Este artigo mostrará que essa concepção tem origem na falta de compreensão sobre a natureza dialética do método de exposição de *O Capital* por parte de Rosa Luxemburg.

Palavras-chave: acumulação capitalista; Karl Marx; método dialético; Rosa Luxemburg.

Classificação JEL: B 51; J 01

Introdução

Este artigo tem como objetivo mostrar, a partir da noção de modo de exposição (*Darstellungsweise*), o erro de Rosa Luxemburg em sua crítica aos esquemas de reprodução de Marx em *O Capital*.

Em sua obra *O Capital*, Marx demonstrava que a reprodução econômica da sociedade capitalista era um processo exclusivamente endógeno conduzido inteiramente pela classe trabalhadora e pela classe

ⁱ Professor da UNIOEST (Toledo).

capitalista. Segundo ele, a sociedade capitalista produzia e reproduzia seus próprios fundamentos sem a necessidade de uma terceira classe social externa ao sistema. Segundo Marx, dentro de certas condições, toda a produção anual da sociedade capitalista poderia ser consumida inteira e exclusivamente pelos próprios agentes da sociedade capitalista: a classe trabalhadora e a classe capitalista.

Em sua obra *A acumulação de capital*, Rosa Luxemburg considerava que essa concepção de Marx era uma concepção abstrata e separada da economia real. De acordo com ela, a acumulação de capital é impossível sem a existência de uma terceira classe de consumidores externa ao sistema, classe que, segundo ela, funcionaria como classe compradora da mais-valia destinada à acumulação. Essa concepção, tal como mostraremos abaixo, tem origem na falta de compreensão sobre a natureza dialética do método de exposição de *O Capital* por parte de Rosa Luxemburg.

A ordem dialética do Capital de Marx

A obra *O Capital* de Max está organizada em três livros. O primeiro livro analisa a esfera da produção da mais-valia, o segundo analisa a esfera da circulação e o terceiro analisa o processo total da produção capitalista.

Como mostramos na obra *O movimento dialético do conceito de crise em O Capital de Karl Marx*,¹ os Livros I e II possuem como objeto o conceito mais genérico e abstrato de certos momentos do movimento do capital nas esferas da produção e da circulação. Nestes livros, vemos o movimento do conceito de capital em suas formas mais puras e abstratas, o conceito de capital enquanto tal, sem consideração por suas formas particulares como o capital comercial e a juros. Os Livros I e II não possuem como objeto, portanto, as leis e contradições do capital em sua atualidade, mas as leis e contradições do capital em sua forma potencial. O capital e a sociedade capitalista em sua configuração real e concreta são analisados por Marx somente no Livro III. Será, portanto, somente neste Livro III que a sociedade capitalista será concebida com todas as suas determinações, sobretudo, com as determinações provocadas pela pluralidade de capitais e pela concorrência.

Os Livros I e II são livros mais abstratos exatamente porque neles colocam-se entre parênteses, a pluralidade de capitais e a concorrência. A luta entre os diversos capitais individuais que reciprocamente se odeiam não aparece de forma mais desenvolvida antes do Livro III, apesar de já ser mencionada mesmo no Livro I. Porém, uma vez postas a pluralidade de capitais e a concorrência de forma desenvolvida no Livro III, a exposição sobre o conceito de capital passa, então, a possuir todas as determinações na sua forma plena. Nos dois primeiros livros a concorrência foi abstraída da exposição exatamente porque ela não funda as leis e tendências gerais da sociedade capitalista, porque ela apenas converte essas leis em realidade.

Nos Livros I e II Marx analisa o conceito de crise também de modo mais puro e abstrato. As muitas contradições que remetem ao conceito de crise, que já aparecem nesses livros, mostram-se como contradições ainda bastante formais, potenciais e abstratas. Nesses livros, Marx fala apenas da crise potencial ou da possibilidade abstrata da crise. A crise geral do sistema capitalista se converte em realidade plena somente no Livro III, porque somente ali serão postas de forma desenvolvida a pluralidade de capitais e a concorrência. No Livro III seriam postas ainda, de forma plenamente desenvolvida, também as classes sociais, objeto do capítulo LII, do qual, como sabemos, só temos algumas linhas.

No Livro I analisam-se de modo formal e abstrato as leis da produção da mais-valia enquanto tal, da mais-valia em seu nível mais puro e idealizado. No Livro II analisam-se, do mesmo modo formal e abstrato, as condições puras e idealizadas para a realização da mais-valia global, ainda que esta já esteja posta mais abstratamente desde o início pelo Livro I. No Livro III analisa-se a repartição desta mais-valia global já produzida e realizada entre a pluralidade dos capitais individuais.

Assim, uma exposição dialética do conceito de capital e de crise deve ser dividida em três grandes momentos. O primeiro momento abrange a exposição das contradições mais genéricas e potenciais contidas no Livro I, onde se realiza uma primeira totalização abstrata da produção capitalista, desde a sua forma elementar (a mercadoria) até a sua destruição, a negação da negação exposta no capítulo sobre a acumulação primitiva (capítulo XXIV).

No segundo momento, o do Livro II, se realiza a exposição das contradições potenciais contidas na esfera da circulação, porém, já com as determinações obtidas no Livro I. Por isso, no Livro II parte-se não mais da forma mercadoria em geral, mas sim, da mercadoria como produto do capital e supondo já a mais-valia. Porém todo o processo contraditório decorre ainda com a abstração da pluralidade de capitais e da concorrência e a crise aparece por isso apenas em suas formas potencias e abstratas.

Finalmente, no terceiro grande momento formado pelo Livro III, produção e circulação (Livros I e II) são unificadas e se analisa a conversão em realidade de todas as contradições potenciais descritas anteriormente, contradições submetidas agora à existência da pluralidade de capitais e da concorrência. O Livro III, como sabemos, tem exatamente como subtítulo "*O processo total da produção capitalista*" (*Der Gesamtprozess der kapitalistischen Produktion*). Nele, trata-se da síntese dos resultados obtidos nos dois primeiros livros agora transformados pelas determinações da concorrência entre os múltiplos capitais e onde a crise torna-se realidade.

Partindo de categorias abstratas – como valor de uso e valor, substância e forma do valor, trabalho abstrato e trabalho concreto, dinheiro, produção de mais-valia, acumulação de capital, acumulação originária, reprodução do capital, realização global do capital anual e assim por diante –, chega-se até as determinações mais concretas – como a forma lucro, a taxa de lucro e a queda tendencial da taxa de lucro expostas no Livro III.

O processo de conversão da possibilidade formal e abstrata da crise em realidade, desse modo, é o mesmo processo que concretiza todas as contradições mais simples e abstratas do capital, mostrando essas contradições, finalmente, como luta de classes, expropriação dos expropriadores, negação da negação e superação do modo de produção capitalista: último e derradeiro desenvolvimento da teoria marxista da crise.

Somente partindo dessa concepção dialética de exposição podemos desvelar, então, como se desenvolve, de forma mais detalhada, o conceito de crise ao longo dos três livros de *O Capital*. Conceito que segundo Marx desembocaria na derrocada inevitável, mais cedo

ou mais tarde, do sistema capitalista como um todo. Derrocada essa provocada pelas contradições imanentes e fundamentais do capital: as contradições das classes em luta.

Marx e a reprodução do capital no Livro II do Capital

Como dissemos acima, o Livro II do Capital destina-se a analisar as contradições potenciais e abstratas das esferas da circulação e da reprodução social do capital. Por isso, do ponto de vista do valor de uso, Marx divide a produção total anual em dois grandes departamentos: o Departamento I - produtor de meios de produção, e o Departamento II - produtor de meios de subsistência. Já do ponto de vista do valor, Marx divide a produção total anual em três partes: capital constante, capital variável e mais-valia.

Neste esquema, o capital constante é produzido inteiramente pelo Departamento I. A parte da produção anual representada por este capital é realizada com a substituição da parte do capital constante consumido durante o ano pelas indústrias dos Departamentos I e II. Esta substituição é necessária para assegurar que no ano seguinte a produção seja iniciada numa escala igual a que iniciara no ano anterior.

Esta primeira parte da produção anual será, por isso, realizada exclusivamente pelo conjunto das indústrias capitalistas. Seus compradores serão, portanto, o conjunto das indústrias instaladas tanto no Departamento I quanto no Departamento II da sociedade capitalista.

A segunda parte da produção anual, o capital variável, representada pelos meios de subsistência destinados ao consumo dos operários, será consumida pelos próprios operários, tanto do Departamento I quanto do II, na forma de dispêndio em salários.

A terceira parte da produção anual, composta pelo trabalho excedente, tanto na forma de meios de produção quanto na forma de meios de subsistência, será consumida sob duas formas: uma primeira parte será consumida sob a forma de renda destinada à compra dos meios de subsistência e de luxo consumidos pelos capitalistas, e uma segunda parte será convertida não em renda como a primeira, mas em capital.

Esta última parte será destinada à contratação de novos trabalhadores e à compra de novos meios de produção capazes de reproduzirem a escala de produção num patamar mais elevado que o patamar do ano anterior.

Assim, a mais-valia existente sob a forma de meios de subsistência será consumida em parte pelos próprios capitalistas e em parte pelos novos operários contratados para aumentar a escala de produção. A mais-valia na forma de meios de produção será comprada pelas próprias indústrias capitalistas para a expansão de seus negócios.

Assim, neste esquema, a produção total anual (meios de produção e meios de subsistência, ou sob outra forma, capital constante, capital variável e mais-valia) será inteiramente consumida por duas únicas classes da sociedade: a classe operária e a classe capitalista.

A totalidade dos meios de subsistência será consumida sob três formas: em primeiro lugar, como meio de subsistência dos operários já empregados e explorados pelo capital; em segundo lugar, como renda pelos próprios capitalistas e; em terceiro lugar, como meio de subsistência dos novos operários contratados pelo capitalista para ampliar a escala anual de produção.

A totalidade dos meios de produção, tanto a parte que estará sob a forma de capital constante necessário para a reposição anual do capital consumido, quanto a parte excedente produzida no ano corrente, será comprada pelas próprias indústrias capitalistas.

Marx demonstra, desse modo, que cabe exclusivamente aos capitalistas e aos operários adicionais realizar a totalidade da mais-valia e do excedente anual. E os capitalistas realizam essa mais-valia de duas maneiras: pela transformação de uma parte em renda e pela transformação da outra parte em capital. A mais-valia, assim, é consumida pelo capitalista enquanto pessoa individual e enquanto empresário capitalista.

Como podemos perceber, nesse esquema Marx abstrai da análise, assim como fizera em todos os livros do *Capital*, todas as relações e formas de produção não-capitalistas, pressupondo a existência de uma única relação social de produção: a relação capitalista. Por isso, nesse esquema existem apenas duas classes de produtores e consumidores: a operária e a capitalista.

Os esquemas de reprodução anual do capital analisados por Marx têm como função em sua exposição, demonstrar sob que condições e possibilidades a acumulação de capital e o progresso capitalista podem existir historicamente. E a condição fundamental para isso é que a mais-valia seja constantemente capitalizada, isto é, seja constantemente transformada em meios de consumo e capital pelas próprias indústrias capitalistas. Os esquemas abstraem da análise qualquer possibilidade de crise e interrupção da produção, pois pressupõem um constante equilíbrio e harmonia entre produção e consumo. A crise geral do sistema, como já dissemos na Introdução, só será exposta em sua forma plena no Livro III, onde todas as contradições potenciais do capital se tornam realidade a partir da introdução da pluralidade de capitais e da concorrência.

A produção pela produção

No Livro I, Marx trabalhava com a suposição de que a massa de dinheiro disponível no bolso de cada capitalista é lançada inteiramente na circulação para a compra de meios de produção (força de trabalho e meios de produção). Desse modo, após a compra dos meios de produção o bolso dos capitalistas estará completamente vazio, não restando nenhum centavo para a compra de riqueza adicional. Rosa Luxemburg (1985) perguntava, por isso, de onde viria a massa de dinheiro adicional que realizaria a mais valia surgida ao final do processo de produção. Se os capitalistas lançam na circulação uma massa de dinheiro equivalente ao valor dos meios de produção e da força de trabalho, ficando por isso sem nenhum tostão em seus bolsos após esta operação, de onde viria o dinheiro com o qual comprariam o excedente dessa produção, perguntava Rosa.

Esta questão não tem nenhuma importância para as análises do Livro I, porque nele se trata apenas de explicar a produção da mais-valia e não sua realização. Será no Livro II que Marx responderá essa questão. Para os esquemas funcionarem, Marx pressupõe então que o conjunto da classe capitalista é proprietário de uma massa adicional de dinheiro que fica retida em seu próprio bolso e que só será desembolsada

mais tarde, no momento do consumo deste excedente à disposição dela. Ou seja, agora no Livro II, a condição pressuposta para analisar a esfera da produção deve ser substituída por um novo pressuposto: que o sistema capitalista em seu conjunto produza não apenas meios de produção e consumo adicionais, mas que produza ainda meios de circulação adicionais suficientes para que o excedente da riqueza seja realizado dentro das próprias relações de produção capitalistas.

Para Marx, este adicional monetário é um pressuposto necessário para que a realização da mais-valia ocorra normalmente e sem sobressaltos no interior da própria sociedade capitalista. Este excedente monetário deve existir, portanto, *a priori*, deve surgir do entesouramento bancário realizado pelos diferentes capitalistas e da ativação do setor responsável pela produção desses meios monetários adicionais: a indústria do ouro. Assim, nos esquemas de reprodução de Marx a indústria do ouro, a indústria do dinheiro, deverá, como qualquer outra indústria, fornecer anualmente ao conjunto da classe capitalista esse material circulante adicional.

No Livro I a classe capitalista aparecia no mercado com uma massa de dinheiro suficiente apenas para comprar força de trabalho e meios de produção. No Livro II ela deverá aparecer com uma massa adicional suficiente para a realização da mais-valia. Essa massa virá do interior da própria sociedade capitalista – do entesouramento ou da indústria do ouro. Rosa acreditava que este recurso de Marx à indústria do ouro servia como um subterfúgio logicamente necessário para salvar do naufrágio seu esquema da acumulação. Ela dizia, por isso, ter “*a impressão de que cabe exclusivamente à produção capitalista a realização da mais-valia total e que ela utiliza a mais-valia capitalizada para satisfazer a suas próprias necessidades*” (Rosa Luxemburg, 1985, p. 227).

Rosa estava impressionada pelo fato de que nos esquemas de Marx tudo gira em torno do capital e do capitalista, de que nesse esquema o capital aparece como princípio, meio e fim de todo o processo. Esse rodeio da análise em torno do capital e do capitalista, segundo Rosa (1985, p. 227), é confirmado por Marx na tentativa de “*repetidamente custear a circulação do esquema apenas com meios monetários, ou seja, com a demanda dos capitalistas e dos operários*”. Essa tentativa

levava Marx, segundo Rosa (1985, p. 227), “*a introduzir na reprodução o produtor de ouro como deus ex machina*”.

Nos esquemas de Marx, os consumidores externos – as classes não-produtivas da sociedade – só são incorporados como dependentes da renda dos trabalhadores e dos capitalistas, como consumidores derivados destas duas classes fundamentais. É o caso, segundo Marx, do consumo dos reis, padres, professores, prostitutas e soldados. Nesses esquemas, a sociedade real aparece apenas como uma sociedade burguesa, formada por suas duas classes fundamentais – a classe operária e a classe capitalista – e pelos consumidores derivados delas – seus dependentes diretos e indiretos. Nesses esquemas, a sociedade capitalista produz para si mesma e segundo suas próprias metas e finalidades. Por isso, nesses esquemas não há nenhuma relação da sociedade capitalista com outras sociedades. A sociedade capitalista produz apenas para si mesma e relaciona-se apenas consigo mesma.

A produção capitalista, por isso, é apresentada por Marx como uma produção pela produção, como uma produção que se destina ao consumo humano apenas na medida em que este consumo possa servir à reprodução ampliada do capital. Os esquemas apresentam, por isso, uma sociedade onde a meta absoluta da produção é sua constante reprodução.

Nos esquemas, operários e capitalistas são vistos como meros agentes da produção e da reprodução social do capital, e nenhum deles trabalha em vista de seus próprios interesses e finalidades. Nos esquemas, todas as classes e subclasses da sociedade trabalham e consomem em vista da reprodução social do capital. O operário deve ser reproduzido como operário e agente do trabalho e o capitalista como capitalista e agente do capital.

Para Marx, o capitalista não organiza a produção tendo em vista sua satisfação pessoal através do consumo. Para ele, o capitalista é um agente do capital que se satisfaz no processo organizando a reprodução e a valorização incessante do valor-capital. O capitalista não valoriza o capital para satisfazer a si próprio, ele se satisfaz vendo o capital se valorizar.

Rosa compreendia esta concepção expressa nos esquemas de Marx sobre a finalidade em si mesma da produção capitalista. Como

dizia ela (1985, p. 229): “*não resta, pois, a menor dúvida de que Marx queria descrever o processo de acumulação de uma sociedade constituída exclusivamente de capitalistas e operários, sob o domínio geral e exclusivo do modo de produção capitalista*”. Por isso, dizia Rosa se lamentando (1985, p. 229), “*seu esquema não permite nenhuma outra interpretação a não ser a da produção pela produção*”.

Nos esquemas de reprodução ampliada esquematizados por Marx no Livro II, o consumo cresce em função da produção e nunca o contrário. Nestes esquemas, a produção se expande sempre em vista de sua própria finalidade e o crescimento do consumo aparece como uma consequência dessa expansão. A questão que intrigava Rosa era a de saber como se realiza a mais-valia excedente não consumida pela classe capitalista.

Nos esquemas de reprodução analisados por Marx, o consumo da classe trabalhadora está sempre limitado pela massa geral de salários e é uma função dessa massa salarial global. O consumo da classe capitalista está limitado pela renda, ou seja, pela parte da mais-valia global destinada ao consumo improdutivo e individual do capitalista.

A falsa contraposição entre os Livros II e III

A questão fundamental para Rosa em sua análise da reprodução social do capital era saber quem consome a parte excedente da mais-valia não consumida pelos capitalistas. Os esquemas de Marx, porém, respondem claramente esta pergunta. Para Marx, a mais-valia excedente é consumida pelas próprias indústrias capitalistas em seu processo de auto-expansão e de auto-valorização.

Supondo assim, que o consumo da classe trabalhadora está limitado pela massa salarial e o consumo da classe capitalista está limitado pela renda, “*quem realiza, então, a mais-valia, que cresce sem parar?*”, perguntava Rosa (1985, p. 230). “*O esquema responde: são os capitalistas e somente eles. E o que fazem com essa mais-valia crescente? O esquema responde: usam para ampliar sua produção cada vez mais*”, dizia Rosa (1985, p. 230-231).

O tom indignado de Rosa com as respostas fornecidas por Marx

deve-se à circunstância de que nos esquemas é a produção, e não o consumo, quem dirige todo o processo de acumulação de capital. Nesses esquemas, a produção gira sempre em torno dela própria, aparecendo como princípio, meio e fim do processo. Os capitalistas e os operários aparecem neles como meros agentes do capital e do trabalho e nunca como verdadeiros agentes do consumo. O que surpreende nos esquemas elaborados por Marx, segundo Rosa Luxemburg, é o fato de que neles os agentes do consumo são os mesmos agentes da produção.

Como dizia ela impressionada (1985, p. 231):

esses capitalistas são, portanto, fanáticos adeptos da ampliação da produção, por amor à própria ampliação da produção. Mandam construir máquinas novas para, com elas, construírem outras máquinas novas. Daí não resulta uma acumulação de capital, mas uma produção crescente de meios de produção, sem nenhuma finalidade...

Por isso, segundo Rosa (1985, p. 231), seria necessário "*ter a ousadia e o amor ao paradoxo de Tugan-Baranovski para admitir que esse incansável carrossel que se situa no vazio seja um fiel retrato da realidade capitalista e uma consequência real da teoria marxista*".

Os esquemas de Marx, na opinião de Rosa, estavam mais bem esclarecidos no Livro III, onde as contradições entre produção e consumo social estavam mais evidentes. Para demonstrar que os esquemas de reprodução de Marx estavam em contradição com a realidade do capitalismo moderno, Rosa citava diversos eventos da história econômica do capitalismo inglês, entre eles o papel desempenhado pelas colônias inglesas na absorção de grande parte da produção da indústria têxtil entre os séculos XVII e XVIII.

O esquema pressupõe, pois, um movimento do capital total, um movimento que se contrapõe ao andamento real do desenvolvimento capitalista. A história do modo de produção capitalista caracteriza-se, logo à primeira vista, por dois fatos: por um lado, pela expansão periódica, por saltos, do campo integral da produção e, por outro lado, pelo desenvolvimento altamente heterogêneo dos ramos distintos da produção (Rosa Luxemburg, 1985, p. 236).

Segundo Rosa, a história que melhor contrariava os esquemas de Marx era a da expansão mundial da indústria algodoeira inglesa desde o século XVIII até os anos 70 do século XIX. Para ela, esta história "*parece totalmente inexplicável sob o prisma do esquema marxista*" (Rosa Luxemburg, 1985, p. 236). Segundo Rosa, nos esquemas de reprodução social do Livro II impera a falsa concepção ricardiana e burguesa da harmonia entre produção e consumo. Já no Livro III, impera a realidade da sociedade capitalista e a contradição entre produção e consumo. Segundo ela, nos esquemas do Livro II impera a falsa concepção de que a expansão da sociedade capitalista depende exclusivamente da expansão do consumo dentro da classe operária e da classe capitalista. Já no Livro III e na realidade histórica do capitalismo, esta expansão pressupõe a existência de sociedades e classes não capitalistas.

Com esta falsa contraposição entre os esquemas de reprodução de Marx e a história real do capitalismo inglês com sua expansão sobre a Índia não capitalista, no fundo Rosa estava dizendo que havia uma contradição inexplicável entre os esquemas de reprodução social do Livro II e os resultados expostos por Marx ao longo do Livro III.

Nos esquemas de reprodução ampliada do Livro II, como notava Rosa (1985, p. 237), "*não existe entre a produção de mais-valia e sua realização nenhuma contradição imanente*", mas, pelo contrário, existe entre ambos uma "*identidade imanente*". Por isso dizia ela, "*a realização da mais-valia e sua acumulação constituem, no caso, aspectos de um mesmo processo; são conceitualmente idênticas*" (1985, p. 237). Nesses esquemas, "*a capacidade de consumo da sociedade não constitui, portanto, nenhum limite imposto à produção. Nele a ampliação da produção prossegue automaticamente, ano após ano, sem que a capacidade de consumo da sociedade supere suas 'condições antagônicas de distribuição'*" (Rosa Luxemburg, 1985, p. 237).

Porém, segundo Rosa, no Livro III tudo é muito diferente. Nele o capitalismo aparece como uma força social e econômica que só pode se desenvolver mediante constante processo de crescimento e expansão para fora de suas próprias fronteiras. Enquanto nos esquemas de reprodução social do Livro II o capital gira em torno de seu próprio eixo, nas análises do Livro III o mercado "*deve transcender evidentemente o consumo dos capitalistas e dos operários*" e se expandir para áreas

não capitalistas do planeta, dizia Rosa (1985, p. 237). Para superar as contradições internas da produção capitalista, como dizia o próprio Marx no Livro III, o campo externo da produção deverá se expandir continuamente.

Nos esquemas de reprodução social de Marx, a ampliação do campo externo da produção – o consumo – é obtida mediante a expansão da própria produção através da ampliação da divisão social do trabalho e da criação de novos ramos de aplicação do capital. Nos esquemas, o mercado e o consumo conseguem se expandir através da expansão das próprias relações de produção capitalistas, através do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e da transformação da mais-valia em novos capitais, pois nestes esquemas, como já mencionamos, existem apenas três formas de consumo: o do operário, o do capitalista e o das indústrias, e toda ampliação do consumo só poderá ocorrer sobre a base do consumo destas três categorias. Ou seja, nos esquemas de Marx expandir o campo do consumo é o mesmo que expandir o campo da produção, já que tudo gira em torno da produção e reprodução do capital por suas próprias forças e agentes.

Nos esquemas de Marx, não há nenhuma dependência da sociedade capitalista frente a outras sociedades e outros agentes que não seus próprios agentes: o capitalista e o trabalhador. No fundo, Marx está querendo mostrar em seus esquemas que para sobreviver em meio às suas próprias contradições, o capital precisa se expandir continuamente a partir de suas próprias bases e condições e sobre estas mesmas bases e condições.

Porém, não é assim que Rosa compreendia os esquemas de Marx. Para ela, nesses esquemas (Rosa Luxemburg, 1985, p. 237);

... não existe nenhuma necessidade de ampliar o mercado continuamente além dos limites do consumo dos capitalistas e dos operários; também a capacidade limitada de consumo da sociedade não constitui nenhum obstáculo ao desenvolvimento normal e à capacidade de ampliação ilimitada da produção.

Evidentemente, Rosa não compreendeu a importância dos esquemas da mesma maneira que Marx compreendia.

Erroneamente, Rosa concluía dizendo que:

o esquema exclui, porém, a contradição profunda e fundamental entre as capacidades de produção e consumo, da sociedade capitalista, da contradição que é decorrente da acumulação capitalista, que periodicamente procura aliviar-se por meio das crises e impele o capital para a ampliação constante do mercado (Rosa Luxemburg, 1985, p. 238).

Para Rosa, a contradição entre produção e consumo estava ausente no Livro II e só aparecia no Livro III. No fundo da concepção de Rosa estava a falsa idéia bastante divulgada entre os economistas, da contradição entre os Livros I, II e III de *O Capital* e da superioridade deste último sobre os primeiros.

Para os esquemas de Marx é evidente que a expansão do consumo é uma condição para a expansão da produção, que esta só pode se expandir com a condição de que se expanda o consumo, e que entre ambos existe uma contradição insuperável. Porém, para Marx e seus esquemas, esta expansão é alcançada através da expansão do capital a partir de si mesmo e sobre seus próprios fundamentos.

Para Rosa, o problema fundamental do processo de acumulação de capital girava em torno do problema da realização da mais-valia não consumida como renda pela classe capitalista e transformada em capital. Como já mostramos, mais-valia na forma de capital é aquela porção da mais-valia global que não se destina ao consumo individual do capitalista, mas à ampliação da escala social da produção. Como dizia ela (1985, p. 241): *“o problema tem por base o seguinte: como se configura a reprodução social quando uma parte crescente da mais-valia não é consumida pelos capitalistas, mas é empregada na ampliação da produção?”*.

Como os operários só podem consumir o equivalente representado pelo capital variável e os capitalistas somente o representado pelas suas rendas, torna-se naturalmente impossível para Rosa a realização da mais valia por estes setores. Por esse motivo, dizia ela (1985, p. 241), *“a realização da mais-valia para fins de acumulação em uma sociedade composta só por operários e capitalistas é, portanto, um problema sem solução”*.

É evidente que para Marx a questão posta por Rosa é uma falsa questão. Como ele demonstra em seus esquemas, a realização dessa

mais-valia pressupõe uma contínua ampliação da escala de produção da sociedade, um contínuo e ininterrupto desenvolvimento das forças produtivas da riqueza apoiado exclusivamente sobre o trabalho assalariado e o capital.

Os esquemas de reprodução de Marx, que pressupõem a classe capitalista e a classe operária como os únicos agentes do consumo social, continham o erro, na falsa opinião de Rosa, de não integrar em suas relações as esferas de consumo situadas fora das relações capitalistas. Para Rosa Luxemburg (1985, p. 241), *“a realização da mais-valia exige como primeira condição um círculo de compradores fora da sociedade capitalista”*. Para ela (1985, p. 241), *“o aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam de modo capitalista”*.

Rosa e os compradores externos da mais-valia

Como podemos ver, todos os argumentos de Rosa contrários aos esquemas de Marx giravam em torno de um mesmo objetivo: o de mostrar a impossibilidade da expansão capitalista sem a existência de um terceiro setor, de uma terceira classe, ou de uma terceira sociedade capazes de comprarem parte da mais-valia global do sistema. Como diz Irène Petit (1976), *“a tese central de Rosa afirma a impossibilidade de encontrar tais compradores no interior de uma sociedade composta exclusivamente de capitalistas e operários”*.

Rosa criticava os esquemas de Marx por serem esquemas fechados, acreditando que um verdadeiro esquema para a reprodução anual do capital deveria ser um esquema aberto para outras classes e sociedades não capitalistas. O ecletismo teórico de Rosa aparece com toda força nesta concepção de uma reprodução aberta para o consumo exterior e dependente dele.

Após descrever uma série de situações históricas favoráveis à realização externa da mais-valia na indústria têxtil da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, e as relações desta indústria com sociedades não capitalistas do Oriente, da África e da América, Rosa sentenciava dizendo que estes exemplos esclareciam o fato de que,

pelo menos a mais-valia a capitalizar e a respectiva parte que lhe corresponde na massa de produtos de cunho capitalista não podem ser realizadas no âmbito capitalista, tendo forçosamente de buscar seus compradores fora dessa área, em camadas sociais e formas de sociedade que produzam utilizando métodos não-capitalistas (Rosa Luxemburg, 1985, p. 246).

Por esse motivo, Rosa definia o mercado externo como o mercado situado fora das relações de consumo capitalistas, composto por compradores situados em camadas sociais e sociedades externas ao modo de produção capitalista. É mercado externo por não se situar no interior das relações de consumo puramente capitalistas. Tais mercados externos não se identificam, por isso, diretamente com os mercados situados fora do país ou de determinada região capitalista.

O mercado externo para Rosa não se define por sua posição geográfica, ele pode compor-se inclusive de esferas internas aos países capitalistas, como a economia camponesa e artesanal. Mercado externo é sempre mercado de consumo marcado por relações de produção não-capitalistas e pode estar geograficamente situado tanto dentro quanto fora do país em questão. É externo em relação às relações de produção capitalistas e pode assim, constituir-se de todos os tipos de relações de produção pré-capitalistas. Trocas, por exemplo, entre indústrias de países como Inglaterra e Alemanha constituem-se em trocas internas, e troca da indústria alemã com camponeses alemães constituem-se em trocas externas.

A existência destes compradores não capitalistas da mais-valia excedente constituiria, dizia Rosa (1985, p. 251):

na condição vital para o capital e para sua acumulação e constitui dessa forma o aspecto decisivo do problema da acumulação do capital... De uma ou de outra forma, enquanto processo histórico, a acumulação de capital depende, sob todos os seus aspectos, das camadas e sociedades não-capitalistas.

Estas esferas externas atuam, porém, não apenas como compradores e realizadores da mais-valia, mas atuam também como fontes de meios de produção e reservatório de força de trabalho para os

países industrializados. Por esse motivo, afirmava Rosa (1985, p. 255), *“o capitalismo não pode existir sem os meios de produção e a força de trabalho dessas formações, nem sem a demanda destas do mais-produto capitalista”*.

Por isso sentenciava Rosa (1985, p. 285):

se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção.

A concepção de Rosa Luxemburg é muito clara. Para ela, o desenvolvimento capitalista é impossível sem uma vasta extensão de áreas não capitalistas do planeta que funcionem como sociedades absorventes – como sociedades que absorvem o excedente da mais-valia global produzida pela indústria capitalista e não consumida por seus agentes. Este meio externo não-capitalista funciona na concepção de Rosa como um meio comprador e consumidor. Os modos de produção pré-capitalistas funcionam, assim, em sua concepção, como condição fundamental para a expansão capitalista. Sem esses modos atrasados a reprodução e a expansão capitalista seriam completamente impossíveis. Seria assim, acusando Marx de elaborar análises fragmentárias, inacabadas e abstratas no Livro II – análises que não correspondiam com a realidade empírica do capitalismo – que Rosa pretendia corrigi-lo ampliando a reprodução capitalista para além de suas fronteiras externas e até os limites das nações não-capitalistas. Sem encontrar compradores para a mais-valia em expansão dentro do sistema capitalista, seriam estas nações, então, que dariam sentido à acumulação capitalista, pois seriam elas as compradoras da crescente mais-valia produzida pelos países capitalistas.

Como dizia Rosa (1985, p. 285):

Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob esse prisma, ela consiste na mutilação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações

não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital.

O imperialismo e a impossibilidade do capitalismo

Seria da “dialética” entre produção interna e compra e consumo externos que viria o colapso fatal e destruidor da sociedade capitalista. A partir do momento em que essas formações sociais atrasadas fossem inteiramente conquistadas e transformadas pelo avanço planetário do capitalismo, a sociedade capitalista entraria inevitavelmente em colapso e se abriria para a revolução e o socialismo. No momento em que o esquema de Marx correspondesse completamente à realidade histórica do capitalismo, este entraria inevitavelmente em sua etapa terminal e afundaria em meio às suas próprias contradições insolúveis. Não encontrando mais mercado externo para a realização de sua mais-valia excedente e não tendo mais nenhuma nação atrasada para conquistar e transformar, o capitalismo entraria na sua fase final, a fase imperialista.

Como dizia Rosa (1985, p. 285):

a impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital.

Foi com essa concepção que Rosa Luxemburg entrou para a história do marxismo como uma autora subconsumista e fatalista.

A crise da acumulação de capital se define para Rosa, como temos visto, como produto de uma escassez crescente de mercados externos para a realização da mais-valia destinada à acumulação. A crise surge, assim, da contradição que existe entre essa necessidade intrínseca do capital por mercados externos sempre mais extensos e do efeito destrutivo que a acumulação de capital exerce sobre estes mesmos mercados. O capitalismo atingiria seu limite e esgotamento históricos

no momento em que todas as nações do planeta estivessem inteiramente dominadas por suas forças produtivas. Momento esse que coincidiria com o máximo de progresso capitalista sobre o planeta.

O imperialismo surge, assim, nesta abordagem, como a política de conquista colonial das grandes potências sobre estes mercados não-capitalistas situados fora do país. Por isso, dizia Rosa, *“quanto mais violento, enérgico e exaustivo é o esforço imperialista na destruição das culturas não-capitalistas, mais rapidamente ele destrói a base para a acumulação do capital”*. Uma política em defesa destas culturas contra a agressão e a rapina capitalista aparece, a partir desse ponto de vista de Rosa, como uma política em contradição com o movimento objetivo do sistema capitalista, pois *“o imperialismo tanto é um método histórico de prolongar a existência do capital, quanto o meio mais seguro de pôr objetivamente um ponto final em sua existência”* (Rosa Luxemburg, 1985, p. 305).

O capital atingiria naturalmente seu declínio ou colapso, porque através da conquista imperialista reduzia-se cada vez mais o número de mercados externos não-capitalistas capazes de servirem como escoadouros da mais-valia produzida no centro industrial do planeta. Lutar pela conservação dessas culturas e sociedades atrasadas seria uma política anti-revolucionária porque atrasaria o colapso final do sistema e porque lhe daria uma sobrevida que em nada interessaria ao movimento operário e socialista internacional. Sob este ponto de vista, não faltam motivos para que o marxismo seja acusado de ser uma concepção europeísta e positivista da história humana.

Conclusão

Na concepção dialética de Marx, o consumo da riqueza excedente produzida pela sociedade capitalista seria realizado pela própria sociedade capitalista e seus agentes. Assim, produção e consumo formam uma unidade, ainda que contraditória, no interior do sistema. No esquema eclético de Rosa, o consumo desta riqueza excedente seria realizado pelas sociedades não-capitalistas e seus agentes. No esquema de Rosa temos, então, um sistema dicotômico onde de um lado estaria a

sociedade capitalista, com seus agentes e forças produtivas produzindo a riqueza, e de outro lado estariam as sociedades não-capitalistas funcionando como compradoras e consumidoras desta riqueza. Temos um esquema nada dialético do ponto de vista dos esquemas de Marx.

No fundo desta concepção mecânica e funcional de Rosa estavam a incompreensão do caráter dialético do *Capital* e o desconhecimento completo da lógica hegeliana – aliados à sua incapacidade de aceitar que a sociedade capitalista não está regida pelo consumo, mas pela produção. Este desconhecimento e desprezo pela lógica hegeliana e pela dialética do *Capital* são confessados por Rosa em carta de 8 de março de 1917 endereçada da prisão ao seu amigo Hans Diefenbach. Segundo as palavras da própria Rosa, a estrutura do primeiro volume do *Capital* de Marx lhe parecia tão abominável que para compreendê-la precisaria de uns 5 anos de trabalho árduo ou 10 anos sem direitos civis algum. Para ela, a estrutura formal de sua obra *A acumulação de capital* era extremamente mais simples que a do *Capital* de Marx e a da *Ciência da Lógica* de Hegel (Roman Rosdolsky, 1986, p. 540).

Seria, assim, sem as dificuldades da dialética do *Capital*, mas com a simplicidade do ecletismo, do empirismo e da história que o imperialismo e as crises do capital deveriam ser explicados segundo Rosa. Desse modo, não seria da relação contraditória do capital consigo mesmo, mas da sua relação contraditória com os mercados externos que surgem as crises e as barreiras ao processo ininterrupto da acumulação capitalista. Esta relação é contraditória segundo Rosa, porque ao conquistar estas nações atrasadas e ao transformá-las em nações capitalistas industrializadas, o capital estaria destruindo seus mercados externos e transformando-os em mercados internos, tomando a realização da mais-valia numa tarefa impossível de ser alcançada.

Como podemos perceber, a crítica de Rosa Luxemburg aos esquemas de reprodução social do capital de Marx deve ser explicada pelo fato de que ela nunca levou em consideração o problema do método de exposição empregado por Marx em *O Capital*. Segundo Roman Rosdolsky, um dos primeiros estudiosos da relação entre *O Capital* de Marx e a dialética hegeliana, Rosa subestimou no pensamento de Marx a assim chamada herança hegeliana, e por isso não compreendeu

com total clareza a estrutura dialética de *O Capital*. Como diz ele, a interpretação errônea dos esquemas de reprodução por parte de Rosa “parece estar enraizada na compreensão insuficiente da metodologia da obra de Marx” (Roman Rosdolsky, 1986, p. 540). Rosa “subestimou a importância da assim chamada ‘herança hegeliana’ do pensamento de Marx, e por isso não compreendia com total clareza a estrutura de sua obra” (Roman Rosdolsky, 1986, p. 540).

Rosdolsky cita em nota de rodapé (nota 123) a carta já citada acima por nós, onde Rosa reclamava da complexidade da dialética de *O Capital* e da lógica hegeliana, e comenta que isso demonstrava o quanto Rosa passava por cima do conteúdo dialético da obra de Marx. Como diz ele (1986, p. 541), “Rosa Luxemburg entendeu mal o papel que cabe ao modelo de uma sociedade puramente capitalista na obra de Marx”. Foi por desconhecer o caráter dialético da obra de Marx e por acreditar que os esquemas do Livro II deviam corresponder inteiramente à realidade empírica da acumulação capitalista, que Rosa buscou uma solução externa e não dialética ao problema da acumulação capitalista.

Foi o preconceito de Rosa Luxemburg com a dialética hegeliana que a impediu de compreender que somente num modelo livre de toda interferência externa e perturbadora poderiam ser percebidas as tendências evolutivas gerais da sociedade capitalista. Assim, desconhecadora da dialética do *Capital*, Rosa tomou os esquemas de Marx como algo estático e acabado, e não como momento de um pensamento vivo e em movimento que seria concluído apenas com a exposição do Livro III.

Foi essa incompreensão do caráter dialético da exposição do *Capital* que levou Rosa a criticar, erroneamente, os esquemas de reprodução social do Livro II, desconhecendo, assim, o caráter provisório desse Livro. Sem essa compreensão, Rosa foi buscar na empiria e nos fatos – que podem ser facilmente contestados por novos fatos – argumentos para criticar uma obra de crítica filosófica e dialética a essa mesma visão factualista e empirista do sistema capitalista: a visão dos economistas.

O modelo de uma sociedade puramente capitalista em Marx tinha em vista demonstrar exatamente o que Rosa não conseguia perceber: que dentro de certos limites e condições, a sociedade capitalista prescinde completamente de quaisquer elementos externos para se desenvolver,

como o Estado e a existência de terceiras pessoas, para consumir a riqueza excedente por ela mesma produzida.

Como diz Rosdolsky (1986, p. 541):

ao haver passado isto por alto, Rosa Luxemburg não levou em conta que todos os resultados da análise do processo da reprodução do tomo II somente podiam ser de índole provisória, isto é, que necessitavam ser completados com as etapas ulteriores e mais concretas da análise.

Abstract

This article intends to show that Rosa Luxemburg was wrong in her criticism of Marx's reproduction schemes in the *Capital*. At Marx's work, *Capital*, he demonstrated that the economic reproduction of capitalist society was a process entirely endogenous, led exclusively by the capitalist class and working class. According to him, the capitalist society produced and reproduced its proper basis without needing a third social class external to the system. Rosa Luxemburg considered this Marx's conception an abstract conception and separated from the real economy. According to her, capitalist accumulation is impossible without a third class external to system. This third class will act as buyer and consumer of the plus-value destined to the accumulation. This article will show that this conception has its source in the misunderstanding of Rosa Luxemburg about the dialectical method of exposition used by Marx in the *Capital*.

Key-words: capitalist accumulation; Karl Marx; dialectical method; Rosa Luxemburg.

Referências

ANTUNES, Jadir e BENOIT, Hector – Introdução. In: *O movimento dialético do conceito de crise em O Capital de Karl Marx*. São Paulo: Editora Tykhé, 2009.

_____. – A exposição dialética do conceito de crise em O Capital. In: *Revista Maisvalia*. São Paulo: Editora Tykhé, 2008, nº 2.

BENOIT, Hector – *Sobre a crítica (dialética) de O Capital*. In: *Revista Crítica Marxista*. São Paulo: Editora Xamã, 1996, nº 3.

_____. – *Sobre o desenvolvimento (dialético) do Programa*. In: *Revista Crítica Marxista*. São Paulo: Editora Xamã, 1997, nº 4.

LUXEMBURG, Rosa – *A acumulação de capital; contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

PETIT, Irène – *Préface à l'édition française de l'accumulation du capital*. Paris: François Maspero, 1976.

ROSDOLSKY, Roman – *Génesis y Estructura de El Capital de Marx: estudios sobre los Grundrisse*. Quinta Edição. México: Siglo Veintiuno Editores, 1986

Nota

¹ Sobre a questão do modo de exposição dialético de O Capital vejam-se Antunes e Benoit (2009), Benoit (1996), Benoit (2007), Benoit e Antunes (2008).

A superexploração da força de trabalho no Brasil

Mathias Seibel Luceⁱ

Resumo

A categoria da superexploração da força de trabalho, elaborada por Ruy Mauro Marini como fundamento da teoria marxista da dependência, consiste em uma relevante contribuição à economia política brasileira e latino-americana. Neste artigo, o autor procura demonstrar a vigência da categoria da superexploração para a análise crítica das relações de produção no capitalismo brasileiro contemporâneo.

Palavras chaves: superexploração; teoria da dependência; marxismo; relações de produção.

Classificação JEL: B 51; J 01

Introdução

A categoria da superexploração da força de trabalho consiste em uma relevante contribuição à economia política brasileira e latino-americana. Elaborada por Ruy Mauro Marini como fundamento da Teoria Marxista da Dependência (TMD), esta é uma categoria que vem ganhando terreno no debate dos últimos anos, com a publicação pouco a pouco, no Brasil, dos escritos de Marini e de análises de diferentes autores que discutem a superexploração e reivindicam o legado dessa e de outras formulações da TMD que enriqueceram o marxismo latino-americano a partir dos anos sessenta e setenta.¹

Neste artigo, procuraremos demonstrar a vigência da categoria da superexploração para a análise crítica das relações de produção no

ⁱ Professor do Departamento de História - UFRGS. Correio eletrônico: mathiasluce@hotmail.com. Agradeço os comentários de Niemeyer Almeida Filho, Marcelo Carcanholo e Jaime Osorio.

capitalismo brasileiro contemporâneo. Reconhecendo que, todavia, falta entre os seguidores da trilha de Marini estabelecer um parâmetro comum que permita operacionalizar essa categoria analítica para o estudo de situações histórico-concretas, o artigo pretende, à luz de análise empírica, deixar uma contribuição nesse sentido, sem a pretensão de resolver a questão.

O texto encontra-se dividido em quatro seções. Partindo de uma breve recapitulação da definição da superexploração no âmbito da TMD, em Marini e Jaime Osorio, e apontando os principais equívocos interpretativos cometidos por alguns autores em torno da compreensão da categoria em exame; dedicamos a seguir duas seções à análise de como as diferentes modalidades/formas da superexploração se comportaram no Brasil da década de 2000, avaliando suas diferentes combinações. Na seção final, concluímos com o argumento de que, durante os anos Lula, houve o incremento da superexploração da força de trabalho no Brasil, a despeito do aumento do poder de compra do salário mínimo, dado que houve o aprofundamento de outros mecanismos que configuram o fenômeno da superexploração.

A superexploração na TMD

De acordo com Marini, na superexploração da força de trabalho,

a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho [...] [seja] porque se obriga o trabalhador a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; [...] [seja] porque se lhe retira inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal.

A consequência disto – complementa Marini – é que o trabalho acaba sendo remunerado abaixo de seu valor, configurando uma superexploração.² Para o autor, existem quatro formas mediante as quais

a superexploração se pode dar: (a) a conversão de parcela do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; (b) o prolongamento da jornada de trabalho; (c) o aumento da intensidade do trabalho; (d) o aumento do valor histórico-moral da força de trabalho sem pagamento correspondente.³

Entre os continuadores do programa de investigação estabelecido a partir da obra de Marini, Osorio (1975) trouxe contribuições importantes para pensar a categoria da superexploração. Conforme Osorio, as reticências de muitos críticos de *Dialética da Dependência* devem-se ao fato de “superexploração” não ser uma categoria que apareça em *O Capital* (OSORIO, 1975; 2009). Nos livros I e II de sua obra magna, Marx seguiu a premissa de que as mercadorias são compradas e vendidas pelo seu valor. A razão desse pressuposto pode ser atribuída ao objetivo de Marx de demonstrar que, ainda sob os termos da lei do valor – ou seja, ainda quando a força de trabalho seja paga através de uma troca de equivalentes – ocorre a exploração capitalista.⁴

Entretanto, o próprio Marx deixou registrada a observação a respeito da tendência de a força de trabalho não ser remunerada pelo seu valor, o que ele chamou de exploração redobrada. Por outro lado, essa colocação não ocupou sua atenção de maneira mais detida em *O Capital*, dado o nível de abstração que presidia seu raciocínio ali. O recém-exposto é o que justifica o procedimento de Marini ao criar uma nova categoria de análise no âmbito do marxismo: “é o conceito de superexploração justamente o que vem a preencher esse vazio teórico na análise da exploração capitalista”.⁵

Osorio resume o fenômeno da superexploração a uma espécie de “violação” do valor da força de trabalho:

A superexploração dá conta das formas assumidas pela violação do conjunto de condições necessárias para a produção e reprodução da força de trabalho, nos processos de produção e circulação. Dá conta, então, das formas de violação do valor da força de trabalho. Quando a exploração capitalista adquire características que implicam a desconformidade do valor de troca da força de trabalho, estamos falando de uma *exploração capitalista que assume um caráter superexplorador* (OSORIO, 1975).⁶

A formulação de Osorio corresponde ao argumento de Marini, em *Dialética da Dependência*, quando este tratou da “transgressão do intercâmbio de equivalentes”. Desde logo, os vocábulos *transgressão* e *violação* não devem ser lidos no sentido de uma anulação da lei do valor. Com efeito, para Marx, a lei do valor não implica a igualdade de preços (no caso, salários) e valor (valor da força de trabalho).⁷

Como então sustentar a ideia de que a categoria da superexploração expressa uma “violação” do valor da força de trabalho, sem pressupor a violação da lei do valor? A resposta reside em que a dialética marxiana em *O Capital*, ao desvelar as leis de funcionamento do capitalismo, captou leis que são de tendência e que podem apresentar contra-tendências cumprindo uma função de contrarrestar os efeitos das primeiras. Assim como Marx discutiu a capacidade de o capital contrarrestar a lei da queda tendencial da taxa de lucro através do comércio exterior, a superexploração da força de trabalho consiste de uma lei de tendência própria do capitalismo dependente, a qual segue a orientação de contrarrestar a transferência de valor a que as economias dependentes estão submetidas na divisão internacional do trabalho.⁸

A categoria da superexploração deve ser entendida, portanto, como (1) um conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor e o esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador; (2) e que configuram o fundamento do capitalismo dependente, junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital.

Não obstante os argumentos acima, a categoria da superexploração ainda é mais conhecida pelo o que seus críticos pensaram que ela fosse do que pelas formulações de seus próprios propositores. Além disso, são comuns os equívocos interpretativos acerca de seu significado – derivados ou não dos argumentos dos adversários teóricos das teses de Marini.

O primeiro desses equívocos é a confusão entre superexploração e uma exploração baseada na mais-valia absoluta. O segundo é o que toma a superexploração como sinônimo de pauperização. O terceiro erro é uma leitura que entende a superexploração como um determinado grau que os níveis de exploração atingem, quando a taxa de mais-valia se eleva acima de certo patamar.⁹

A superexploração não se confunde com uma extração de mais-trabalho baseada predominantemente no método extensivo, embora o prolongamento da jornada de trabalho seja uma das formas possíveis de superexplorar o trabalhador; também não é sinônimo de arrocho salarial ou pauperização. Um metalúrgico que ganha 2.500 reais mensais pode estar sendo superexplorado mediante um ritmo (intensidade) extenuante de trabalho, provocando o esgotamento prematuro de sua corporeidade física; por fim, a superexploração tampouco corresponde a certo patamar atingido pela taxa de mais-valia. Pensemos em dois capitais A e B, consumindo força de trabalho em uma jornada de mesma duração, de 8h. E tomemos por referência que no capital da empresa A o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente sejam respectivamente de 4h cada e a taxa de mais-valia, de 100%; e que, no capital da empresa B, o tempo de trabalho necessário seja de 6h e o tempo de trabalho excedente, de 2h. Nesse segundo caso, a taxa de mais-valia é de 33%. A superexploração pode ocorrer no capital B, que opera a uma taxa de mais-valia inferior, e não se configurar no capital A. Basta uma combinação de métodos intensivos de extração de mais-valor e da compressão salarial, de tal modo a que se “viole” o valor da força de trabalho no processo de trabalho do capital B, sem que ocorra em A.

A partir dessas observações, aproximamo-nos melhor do conteúdo do fenômeno.

Jornadas de trabalho mais longas e mais intensas

A forma mais evidente de superexploração é a contratação do trabalhador por baixo do valor da força de trabalho – ou a conversão de parcela do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital. É o que grosso modo denomina-se arrocho salarial, a perda do poder de compra dos salários. Essa modalidade é mais saliente porque remete mais explicitamente ao conflito dos antagonistas históricos, capital e trabalho, entre a produção da riqueza e o controle da riqueza produzida. A questão salarial é o ângulo mais lembrado hoje em dia por envolver diretamente as lutas sindicais pela preservação ou melhora do poder de compra do salário, sobretudo após a regulamentação da jornada de trabalho.¹⁰

Hoje, diante da constatação do aumento do poder de compra do salário mínimo com relação ao preço da cesta básica, cria-se a aparência de que a classe trabalhadora brasileira estaria obtendo avanços em relação ao capital. A Tabela 1 mostra a evolução do salário nominal em relação ao índice geral de preços no Brasil, na última década.¹¹

Tabela 1
Reajuste do Salário Mínimo 2003-2010

Período	Salário Mínimo R\$	Reajuste Nominal %	INPC %	Aumento Real %
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,0	18,54	1,23
Abril de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Abril de 2005	300,00	15,36	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
Total período	-	155,00	65,93	53,67

Fonte: DIEESE, 2010, p.3.

A afirmação que supõe uma distribuição de renda “mais justa” na atualidade é contestada quando comparamos a evolução da remuneração do trabalho com a remuneração do capital. Quando se diz que o país está crescendo e distribuindo renda simultaneamente, se encobre o fato de que, na verdade, não se alterou a distribuição da riqueza entre os rendimentos do trabalho e o rendimento do capital ao longo desses anos:

Observe-se que a renda social cuja distribuição está melhorando é a massa de rendimentos do trabalho, adicionada dos pagamentos de benefícios monetários da política social. Mas esta expressão dos rendimentos do trabalho, acrescida dos “benefícios sociais”, segundo o próprio IBGE apura nos levantamentos da Contabilidade Social, é e continua sendo a parte menor da distribuição de renda no Brasil [...] (DELGADO, 2010, p.414).

É o que se vê na Tabela 2, abaixo.

Tabela 2
Participação do trabalho e do capital na renda interna: 2000-2006

Anos	2000	2001	2002	2003	2005	2006
Parcelas da renda interna						
I – Renda Interna Bruta	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
1. Salários e ordenados	32,10	31,96	30,90	31,09	31,74	32,34
2. Benefícios sociais (monetários)	13,59	14,10	15,26	15,59	14,97	15,46
II - 1+2 = Renda monetária do trabalho	45,69	46,06	46,16	46,68	46,97	48,00
III – Benefícios não monetários	(8,48)	(8,30)	(8,72)	(8,34)	(8,12)	(8,57)
IV – Rendimentos do Capital*	45,37	44,47	45,29	45,91	44,51	43,80

Fonte: DELGADO, 2009, p.414. Com dados do Sistema de Contas Nacionais do Brasil – 2000/2005 e Sistema de Contas Nacionais 2002-2006. Rio de Janeiro, IBGE, 2008 (a construção do agregado “renda monetária do trabalho” é de Delgado).

(*) os rendimentos do capital são obtidos nessa fonte estatística mediante a “agregação do excedente operacional bruto”, acrescido dos “rendimentos mistos trabalho-capital” (nota de Delgado).

De acordo com o autor, nos anos Lula houve pequena melhora da relação entre a rubrica que representa os rendimentos do capital e a que representa os demais rendimentos, em favor desta última, embora sem alterar o nível de desigualdade entre elas. Por conseguinte,

todo o debate que vai aos meios de comunicação relativamente à distribuição de renda trata dos 45% a 48% da Renda Interna Bruta (igual ao Produto Interno Bruto) que vão para as pessoas físicas [...]

(...)

A outra parte, que vai para as pessoas jurídicas (empresas principalmente) sob a forma de juros, lucros, dividendos, aluguéis, etc., cujo número de recebedores fica entre 1% e 2% da população, apropria-se de igual fatia da Renda Interna – algo em torno de 45%. Os 10% que fecham esta totalidade estão referidos a recursos de manutenção e ampliação das máquinas burocráticas (DELGADO, 2010, p.414-15).

Com isso, manteve-se a enorme desigualdade entre a massa salarial e o excedente operacional bruto (lucro), apenas maquiada nas estatísticas pelos efeitos da política social do governo. Uma análise mais aguda, portanto, demonstrará que se manteve a tendência de declínio da massa de salários e ordenados na renda interna, detida somente pelos programas de transferências governamentais. Como argumenta, ainda, Delgado:

Para situar a análise da desigualdade da renda no âmbito em que esta tem revelado alguma melhoria – os rendimentos do trabalho pagos às famílias -, é preciso, contudo, apontar para as verdadeiras causalidades. Têm sido os pagamentos de benefícios e a prestação de serviços das políticas sociais (saúde e educação principalmente) os principais responsáveis pela compensação no declínio da massa de “salários e ordenados” na Renda Interna [...].¹²

Do ponto de vista da estrutura de classes, isso não corresponde em distribuição da renda no seio dos antagonismos classistas do capitalismo brasileiro. É aqui que entra a relevância do resgate da crítica aguda proporcionada pela categoria da superexploração, que permite capturar o movimento real das relações entre capital e trabalho nas suas múltiplas dimensões, do ponto de vista da produção e circulação do valor.

A seguir, examinaremos indicadores empíricos da superexploração no Brasil, através do prolongamento da jornada e do aumento da intensidade do trabalho, nos anos 2000. A discussão dos dados será antecedida por algumas reflexões teóricas que auxiliem a análise.

O prolongamento da jornada de trabalho e a intensidade do trabalho são duas formas de superexploração que têm se agudizado nos últimos anos, no decurso do processo de reestruturação produtiva. A importância desses mecanismos é desdenhada nas análises convencionais. A aparência de que a Constituição Federal de 1988 teria estabilizado a jornada de trabalho em 8h diárias, por um lado, e a falta de preocupação analítica com a questão da intensidade-produtividade, por outro, deixando-se levar pela ideologia crescimentista, tiram toda atenção para problemas que exigem cada vez mais a análise crítica.

Suponhamos que o tempo normal de vida útil da força laboral de um trabalhador seja de 30 anos. A existência dessa força de trabalho, considerando seu desgaste médio e tudo o mais constante, será consumida em 1/10.950 a cada dia de trabalho. Agora, se essa força de trabalho for consumida em dez anos em vez de trinta anos e, pagando-se por ela o equivalente aos mesmos 1/10.950 diários em vez de 1/3.650, ao final será pago apenas 1/3 de seu valor diário. Mesmo que o trabalhador não tivesse perdas no poder de compra do seu salário, estaríamos diante de uma situação em que o capitalista pagaria pelo uso

da força de trabalho de um dia empregando a força laboral de três dias. A consequência disso é o esgotamento prematuro da força de trabalho, O esgotamento de sua corporeidade vital, de sua energia físico-psíquica (OSORIO, 1975; 2009).

Conforme argumentou Marini, “a exigência de mais-trabalho ao operário, mediante procedimentos extensivos ou intensivos, ao provocar fadiga e esgotamento, resulta no incremento do que Marx chamou ‘as pestes de guerra do exército industrial’”, que têm nos acidentes de trabalho um de seus indicadores mais representativos (MARINI, 2000, p.229). O prolongamento da jornada de trabalho além da jornada normal constitui um aumento da exploração extensiva do trabalhador. Sob esta forma de exploração do trabalhador, o aumento da extração de mais-valia é obtido através do prolongamento da jornada de trabalho sem aumento correspondente de salário. O prolongamento da jornada por anos reiterados, mediante o uso sistemático de horas-extras, atinge um momento em que – mesmo com o pagamento de remuneração adicional pelas horas cumpridas além da jornada normal – o trabalhador não repõe o desgaste de sua força físico-psíquica, implicando o seu esgotamento prematuro.

No Brasil, essa tendência pode ser observada através do instrumento da hora extra, que vem sendo utilizada de uma maneira que, de longe, extrapola a condição de excepcionalidade fixada em lei. Em média, 40% dos trabalhadores brasileiros cumprem jornadas com mais de 44 horas, superando assim a determinação legal (DIEESE, 2009, p.3; 2006).

Segundo dados da PNAD, em média 25,5% dos trabalhadores das regiões metropolitanas cumpriram, entre 2003 e 2009, jornadas de trabalho semanais de 49 horas ou mais, como demonstra a Tabela 3.

Tabela 3
População ocupada com jornada de trabalho semanal acima da jornada legal de trabalho

Período	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Acima de 44h, em %	51,2	50,2	49,6	47,5	46,0	45,2	43,2	39,9	38,5
Acima de 48h, em %	30,2	29,6	28,9	27,1	26,4	25,8	25,2	22,9	22,0

Fonte: OIT, PNAD. Dados de 2008 e 2009: PNAD.

Nota (*): população trabalhadora masculina.

Nota (**): 40 a 44h semanais.

Em alguns setores, esse percentual chega a 60% (DIEESE, 2009, p.3; 2006), como no comércio, onde a persistência de elevadas jornadas semanais têm uma de suas causas na implementação da legislação que autorizou a abertura do grande comércio aos domingos. A Tabela 4 mostra o contingente de assalariados que cumprem jornadas superiores à jornada normal de trabalho, fixada em 44 horas semanais.

Tabela 4
Proporção dos assalariados que trabalhou além da jornada legal semanal
Região Metropolitana de São Paulo – 2003/2005

Setor de Atividade	(em %)		
	2003	2004	2005
Total	44,0	42,8	40,6
Indústria	43,2	42,4	38,8
Comércio	60,6	59,1	56,6
Serviço	39,4	38,2	36,7

Fonte: DIEESE, 2006, p.6. Com dados de: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Uma parcela significativa dessas horas-extras não é paga ao trabalhador. O não pagamento das horas extras é uma prática comum entre as empresas de pequeno porte. Esse é um dado importante diante do argumento que insiste em dizer que a contradição principal a grassar o capitalismo brasileiro na atualidade se dá entre as grandes empresas, de um lado; e as pequenas e médias, de outro – e não entre capital e trabalho.

Mas o expediente mais significativo, utilizado especialmente pelas grandes empresas, é o do banco de horas. Sua peculiaridade é

que constitui um instrumento de superexploração da força de trabalho reconhecido pela legislação brasileira, desde o início do processo de flexibilização das leis trabalhistas que tomou curso no país, dispensando o pagamento das horas trabalhadas além da jornada normal.

A figura do banco de horas foi criada no governo Fernando Henrique Cardoso, por meio da Lei 9.601/98. Antes disso, contudo, a prática fora implementada a partir de 1996 na Volkswagen de São Bernardo do Campo, perseguindo o objetivo de uma maior acumulação capitalista:

A jornada, antes fixa, passa a ser exercida à mercê das necessidades da empresa em face das demandas do trabalho. No entanto, ao contrário de gerar vantagens para os trabalhadores, a jornada flexível, além de desorganizar a parca vida familiar e social da classe, conta ainda com outra face: a redução salarial, já que nos períodos de aumento da produção o grosso das horas ou dias que excedem a jornada regular deixa de ser pago com base no previsto na CLT (em dinheiro e com seus devidos adicionais) (PRAUN, 2006, p. 163).

A maior parte das grandes empresas adotou o banco de horas e transformou-o em prática corriqueira. Instituído por FHC, o subterfúgio do banco de horas foi mantido pelo governo Lula, possibilitando aos patrões ampliar conforme sua conveniência as horas extras, sem pagar por elas.¹³

Há, ainda, outra forma importante de aumento da jornada: a necessidade do trabalhador ter mais de um emprego para se sustentar. Assim, mesmo que não se altere ou até se reduza levemente a jornada por emprego, ao se ter de trabalhar em mais de um emprego ocorre um aumento disfarçado da jornada.¹⁴ Com isso, o dado que aponta como 44h semanais a duração média do trabalho precisa ser desagregado por setores do emprego, como vimos no caso do comércio.

Outra forma de superexploração é o aumento da intensidade ou do ritmo de trabalho. O aumento da intensidade leva a um maior dispêndio de força físico-psíquica. Esse desgaste adicional, assim como no prolongamento da jornada de trabalho, a partir de certo patamar não pode ser repostado mediante o aumento da remuneração, pois o consumo de mais valores de uso não poderá compensar o desgaste

intensivo da corporeidade do trabalhador (OSORIO, 1975; 2009). O principal problema metodológico para o estudo dessa modalidade da superexploração é distinguir intensidade e produtividade. “Trata-se, de fato, de um fenômeno difícil de ser captado a nível de dados globais” (MARINI, 2000, p.227).

Adrián Sotelo, em estudo sobre o México, apresenta uma alternativa metodológica que consideramos válida, conforme apresentada no Quadro 1.

Quadro 1. Produtividade e intensidade da força de trabalho

<i>Caso:</i>	<i>Quando o desgaste físico-psíquico é:</i>	<i>O incremento da produtividade é:</i>
Caso A:	Igual	Maior (por transferência de valor da tecnologia)
Caso B:	Maior	Maior (desgaste do operário e transferência tecnologia)
Caso C:	Menor	Igual (por transferência do valor da tecnologia)

Fonte: SOTELO VALENCIA, 2004, p.189.

De acordo com Sotelo, do ponto de vista abstrato, o incremento da produtividade pode se dar tanto com um nível de intensidade estável, maior ou menor.

“En el caso *a* el mismo esfuerzo se ve acompañado de mejoramiento de los instrumentos y herramientas de trabajo y/o de la organización del trabajo y, por tanto, aumenta la productividad. En el caso *b* se despliega un mayor esfuerzo que se acompaña también de mejoras tecnológicas en los instrumentos, herramientas de trabajo y/o en la organización del trabajo en donde el aumento de la productividad es resultado tanto del mayor desgaste físico-intelectual como del derivado de las mejoras técnicas y organizacionales. Por último, en el caso *c* frente al mejoramiento de los instrumentos y herramientas de trabajo, el incremento de líneas con un menor desgaste físico y psíquico del trabajador es resultado de las mejoras técnico-organizacionales. Tenemos, entonces, las siguientes proposiciones. En los tres casos (ideales) todo aumento de productividad, independientemente del

grado de desgaste de la fuerza de trabajo, se acompaña de mejoras tecnológicas y/o de la organización del trabajo, creación de *grupos de análisis, just in time*, rotación de puestos, perfiles de puesto, etc., así como de transferencias de valor que posibilitan el uso productivo de la fuerza de trabajo con igual, mayor o menor desgaste” (SOTELO VALENCIA, 2004, p.190).

Agora, na economia capitalista, um nível de intensidade menor não justificaria a aplicação de novos padrões de produtividade, pois exerceria efeito contrário ao valor transferido pela tecnologia, quando o objetivo é aumentar a massa de valor produzido. A avidez do capital por mais-trabalho pressiona permanentemente a que sejam tapados os poros da jornada de trabalho e a que se aumente a intensidade com que é explorada a força produtiva do trabalhador. O trabalho sob maior intensidade amplia a taxa de mais-valia provocando maior desgaste físico do trabalhador, que em numerosos casos é obrigado a se submeter a ritmos extenuantes.

É nesse sentido que deve ser compreendida a definição do autor:

“En suma, por *intensidad del trabajo* entiendo el incremento de la producción con cargo en el desgaste físico-psíquico del trabajador, dentro de un espacio y tiempo determinados: una hora, una jornada de ocho horas o en el lapso de un año; sin que se acompañe de un desarrollo tecnológico sustancial de los medios de producción, de los instrumentos del trabajo o de la organización sociotécnica del trabajo” (SOTELO VALENCIA, *op. cit.*, p. 194).

A observação “sem que se acompanhe de um desenvolvimento tecnológico substancial...” não deve ser lida como uma relação de oposição entre intensidade e produtividade. O vínculo entre ambas já foi demonstrado por Marx e confirmado pelo próprio Sotelo através da representação do Quadro 1, acima. A ideia em questão é que existe a tendência de o nível da intensidade se elevar acima do nível da produtividade, mesmo quando esta última passa por mudanças significativas aumentando a força produtiva do trabalho:

“En Telmex, los patrones y gerentes del primer círculo empresarial - incluyendo a sus “intelectuales orgánicos” - no diferencian la intensidad del

trabajo de la productividad porque la desconozcan, sino porque así conviene a sus intereses. De este modo hacen pasar la primera (que supone desgaste físico-intelectual del obrero) por la segunda, como si el desgaste obrero no ocurriera y el incremento de la producción fuera resultado del progreso técnico y de la mejor organización laboral en abstracto. Para ello recurren al siguiente mecanismo: cuando el esfuerzo físico-intelectual medio del colectivo obrero alcanza los estándares vigentes de productividad-intensidad impuestos por la empresa y aceptados por la directiva sindical, inmediatamente establece un nuevo nivel por encima del anterior (nivel extraordinario)” (SOTELO VALENCIA, op. cit., p.199).

Ou seja, sempre que pode, o capital procura aproveitar cada novo avanço nas forças produtivas, cada inovação na organização técnica do trabalho para imprimir um ritmo mais intenso ao trabalho.

Essa tendência verifica-se no capitalismo brasileiro no exemplo já citado do banco de horas. Além do prolongamento da jornada de trabalho, o banco de horas torna-se instrumento de elevação da intensidade do trabalho, pois é nos períodos de pico de produção em que se exigem os ritmos mais intensos.

Nesse aspecto, cabe mencionar o que diz o DIEESE: “o tempo de trabalho total está cada vez mais intenso em função das diversas inovações técnico-organizacionais implementadas pelas empresas como, por exemplo, a polivalência, o *just-in-time*, a concorrência entre os grupos de trabalho, as metas de produção e a redução das pausas”. De acordo com a entidade, “para essa intensificação em muito tem contribuído a implantação do banco de horas, pois, em momentos de pico, os trabalhadores são chamados a trabalhar de forma intensa” (DIEESE, 2009).

Um indicador para identificar se estamos diante de aumento da intensidade e, por conseguinte, de maior desgaste físico-psíquico da força de trabalho é a ocorrência de doenças laborais.¹⁵ Esse indicador pode ser inferido mediante dois níveis de análise. Um é considerar o registro global do país. O outro é focar em empresas ou ramos econômicos, confrontando produtividade, intensidade e ocorrência de doenças laborais/acidentes de trabalho.¹⁶

De acordo com dados do INSS, no Brasil quase dobraram os acidentes de trabalho entre 2002 e 2008, passando de 393.071 a 747.663, como se vê na Tabela 5.

Tabela 5
Número total de acidentes de trabalho no Brasil

Período	Típico com CAT	Trajetos com CAT	Doença de Trabalho com CAT	Sem Cat	Total
1997	347.482	37.213	36.648	0	421.343
1998	347.738	36.114	30.489	0	414.341
1999	326.404	37.513	23.903	0	387.820
2000	304.963	39.300	19.605	0	363.868
2001	282.965	38.799	18.487	0	340.251
2002	323.879	46.881	22.311	0	393.071
2003	325.577	49.642	23.858	0	399.077
2004	375.171	60.335	30.194	0	465.700
2005	398.613	67.971	33.096	0	499.680
2006	407.426	74.636	30.170	0	512.232
2007	417.036	79.005	22.374	141.108	659.523
2008	438.536	88.156	18.576	202.395	747.663
Total	4.295.790	655.565	309.711	343.503	5.604.589

Fonte: BORDIGNON, 2009. Com dados de NetUNO, www.inss.gov.br.

Para os órgãos do governo, essa elevação de 40% é devida à mudança na metodologia – que passou a incluir as aposentadorias por invalidez – e ao aumento da apuração de casos de doenças ocupacionais, através de registros CAT¹⁷ (INSS, 2009). Entretanto, a mudança metodológica e a maior fiscalização não explicam todo o incremento dos registros. Dois casos são bastante representativos para evidenciar a tendência de aumento da superexploração mediante o aumento da intensidade do trabalho.

O primeiro deles é o da indústria automobilística, em cujo ranking na produção mundial o Brasil encontra-se na quarta posição, atrás de Japão e à frente da Alemanha.¹⁸ Em 1997, com o capital produtivo de 12.000 trabalhadores, eram produzidos 37 carros a cada hora na fábrica da GM de São José dos Campos. Em 2005, empregando 2.000 trabalhadores a menos, a mesma fábrica ampliava sua produção para 74 veículos por hora trabalhada. Como saber o quanto desse aumento da produção por hora trabalhada se deve a maior produtividade e a maior intensidade? Mesmo sem dispormos dos indicadores para medir a alteração nos meios de produção e na organização técnica desta unidade fabril, o fato de 6.000 operários da GM no Brasil terem passado por afastamento por doenças laborais apenas no ano de 2008 – o que representa 30% da força de trabalho da empresa – já é por si só uma comprovação irrefutável de que a superexploração do trabalho mediante aumento da intensidade cobra grande importância nessa indústria.

O outro caso que demonstra até onde vai o poder despótico do capital sobre a vida do trabalhador é o de um ramo que compõe o eixo dinâmico do novo padrão de reprodução vigente na economia brasileira: o setor sucroalcooleiro.¹⁹ O segmento obtém sua matéria-prima com base no trabalho degradante dos cortadores manuais da cana-de-açúcar que trabalham em condições alarmantes. Segundo estudo com os cortadores manuais em atividade no interior paulista, em apenas dez minutos cada trabalhador corta 400 kg de cana, desfere 131 golpes de facão e flexiona o tronco 138 vezes. Ao final de um dia de trabalho, após numerosas sequências de operações repetitivas e extenuantes, são computados em média por trabalhador: 11,5 toneladas de cana cortada, 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna. Como resultado, tem-se expectativas de vida que não passam dos 35 anos de idade.²⁰

Em ambos os casos extremos – o primeiro onde há emprego da tecnologia mais moderna na produção fabril; o segundo onde persistem métodos arcaicos de produção – convive a imposição de altos níveis de intensidade do trabalho como método de extração de mais-valia. É interessante notar como, através do aumento da intensidade, a superexploração do trabalho pode ser verificada tanto na atividade do metalúrgico com qualificação profissional que recebe R\$2.500 como na atividade do boia-fria que recebe baixos salários trabalhando nos canaviais. O que há de comum entre ambos é o esgotamento prematuro de sua corporeidade física. O fato de o metalúrgico receber, inclusive, acima do salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE não pode compensar, com maior quantidade de valores de uso, o nível do desgaste físico-psíquico de sua energia vital.

Defasagem entre o valor histórico-social da força de trabalho e a remuneração recebida

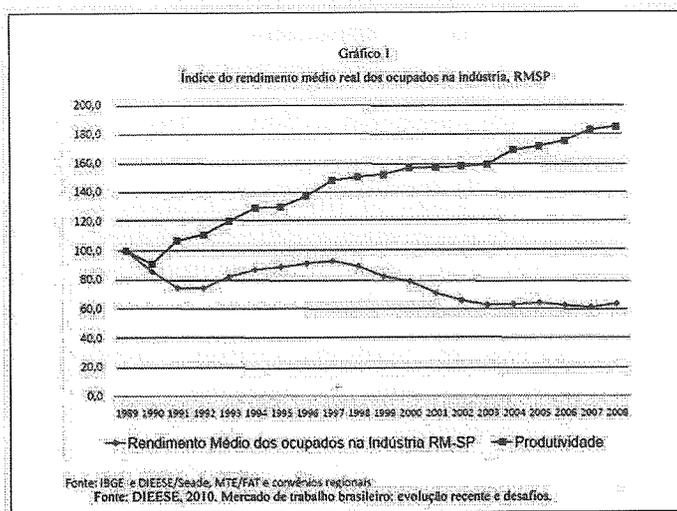
Por fim, cabe considerar uma última modalidade em que a superexploração pode ter lugar que é a ampliação do valor histórico-social da força de trabalho sem atualização correspondente no salário. A alteração do valor histórico-social encontra-se relacionada ao surgimento de novas necessidades sociais, fazendo aumentar o valor

da força de trabalho. Marini identificou essa alteração, discutindo-a em *Las razones...* (MARINI, 2000).

No modo capitalista de produção – e particularmente no capitalismo dependente – o avanço das forças produtivas mediante nova composição técnica do capital não tende a gerar concessões à classe trabalhadora, como ocorreu no capitalismo dominante em seus anos áureos. A despeito disso, as transformações da sociedade foram colocando novas necessidades, que fizeram aumentar a quantidade de bens necessários na cesta de consumo dos trabalhadores. Como no capitalismo dependente a apropriação privada pelos capitalistas da riqueza socialmente produzida pelo trabalho tende a se agudizar, o hiato entre o valor histórico-social da força de trabalho e a remuneração recebida configura uma quarta modalidade de superexploração.

Esse processo pode ser captado através da comparação entre a evolução da produtividade do trabalho e dos salários praticados, observada mediante o cruzamento da parte salarial no valor da transformação industrial. Nilson Souza analisou esse indicador com base em dados do sistema de contas nacionais (SOUZA, 1980).

Conforme dados do IBGE, houve variação da produtividade do trabalho na indústria de transformação em torno de 84% entre os anos de 1988 e 2008 (DIEESE, 2009, p.3), bem acima do movimento percorrido pelos índices salariais. Este dado é representado no Gráfico 1.



Nos balanços sobre a política salarial dos anos Lula tem-se dito que dobrou o poder de compra do salário mínimo. O que raras vezes se menciona é que esse aumento do salário mínimo não foi suficiente para recuperar as perdas acumuladas desde que tiveram início as políticas neoliberais. Desse modo, a discussão encontra-se mal colocada, pois ao se restringir ao terreno superficial da comparação salário mínimo e inflação, desconsidera-se o que a CLT, conquista histórica das lutas dos trabalhadores, estabelece como a quantia de meios de consumo adequados para uma família viver com dignidade e que o DIEESE conceituou como *salário mínimo necessário*.²¹ Este possui um vínculo com o que Marx conceituou como o valor histórico-moral da força de trabalho. Hoje em torno de 2.200 reais, o salário mínimo necessário equivale a mais de quatro vezes o salário mínimo fixado para o ano de 2010, de 510 reais. Se ocorre uma regressão do seu patamar é porque estamos diante de uma situação de defasagem entre o valor histórico-social da força de trabalho e a remuneração praticada.

Há ainda outro ponto sobre o qual se pode estabelecer a discussão do valor histórico-social sem pagamento correspondente. De acordo com o DIEESE, uma forma responsável pelo prolongamento do desgaste físico-psíquico do trabalhador sem contrapartida de remuneração são os longos tempos de deslocamento até o local de trabalho em certas atividades. Em Carajás, no estado do Pará, onde fica a maior mina de ferro do mundo, que pertence à Vale – uma das empresas-símbolo do atual padrão de reprodução do capitalismo brasileiro – os quinze mil trabalhadores, que tinham de se deslocar quase duas horas diárias para ir e voltar da mina, ficaram anos sem receber compensação alguma pelo tempo gasto se deslocando.

Giovani Alves (2009) denominou essa circunstância como tempo de trabalho oculto. Como durante ele o trabalhador não está produzindo ou valorizando a mais-valia, preferimos manter reserva sobre o uso do termo. Uma caracterização alternativa seria pensar essa situação como aumento do valor da força de trabalho (atualização do valor histórico-social daquele conjunto de trabalhadores, naquela região), sem pagamento correspondente.

Conclusão

A partir das evidências históricas recentes das relações de produção no capitalismo brasileiro, pudemos constatar a vigência da categoria de Marini da superexploração da força de trabalho. Considerando diferentes formas em que se dá a superexploração – prolongamento e intensidade da jornada de trabalho, defasagem entre valor histórico-social e remuneração recebida, buscamos alguns indicadores para inferi-las no caso brasileiro, através de estatísticas reunidas pela PNAD, por pesquisas setoriais do DIEESE e pelo INSS. Novas pesquisas deverão aprofundar a discussão dos indicadores e das fontes empíricas que permitam refletir o fenômeno da superexploração em níveis de abstração mais concretos.

Ainda que possa ter havido uma melhora do poder de compra do salário mínimo comparado ao preço da cesta básica no cenário brasileiro da década de 2000; ao cumprir jornadas de trabalho mais longas, ao ter de submeter-se a ritmos de produção mais intensos, ao não ter reconhecida a atualização do valor histórico-social da força de trabalho no pagamento recebido pelo seu trabalho, a classe trabalhadora brasileira vive, na verdade, uma fase de aumento da superexploração nos anos Lula, em cujos dois mandatos – mesmo que amortecendo algumas contradições – governou em favor dos interesses do capital.

Abstract

The category of over-exploitation of the workforce, devised by Ruy Mauro Marini as the foundation of the Marxist theory of dependency, is a relevant contribution to the political economy of Brazil and Latin America. In this article, the author seeks to demonstrate the validity of the category of overexploitation for critical analysis of capitalist production relations in contemporary Brazil.

Keywords: over-exploitation, dependency theory, Marxism; relations of production.

Referências

- ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal. Precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista Katálysis*, Florianópolis, vol.12, n.2, julho-dezembro 2009.
- AMARAL, Marisa, CARCANHOLO, Marcelo. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katálysis*, vol. 12, n.2, Florianópolis, julho-dezembro 2009, pp. 216-225.
- BERNARDO, Maria Hespanhol. *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.
- BORDIGNON, Liseane. *Estudo de caso: o trabalhador e o acidente de trabalho*. Porto Alegre, Faculdade de Medicina – UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>.
- CARCANHOLO, Marcelo. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org.). *Superexploração e desenvolvimento dependente (no prelo)*.
- CARDOSO, Fernando Henrique, SERRA, José. *As desventuras da dialética da dependência*. Cadernos Cebrap, n.23, Setembro, São Paulo, 1979.
- CASTAÑEDA, Jorge, HETT, Enrique. *El economismo dependentista*. México, Siglo XXI, 1988. 5ª ed.
- DELGADO, Guilherme. Desigualdade social no Brasil. In: CORECON-RJ (org.). *Os anos Lula. Contribuições para um balanço crítico. 2003-2010*. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.
- DIEESE. Mercado de trabalho brasileiro: evolução recente e desafios. 2010. Disponível em
- _____. Política de valorização do salário mínimo. Nota Técnica, n.86, janeiro de 2010. Disponível em <<http://www.dieese.org.br>>.
- _____. As razões para a jornada de trabalho ser de 40h. Nota Técnica n.85, setembro de 2009. Disponível em <<http://www.dieese.org.br>>.
- _____. DIEESE, 2009. Boletim Trabalho no Comércio, Ano 2, n.4, agosto de 2009. Disponível em <<http://www.dieese.org.br>>.
- _____. DIEESE. Nota Técnica n.85, 2009; Nota Técnica n.37, 2006. Disponível em <<http://www.dieese.org.br>>.
- IBGE. PNAD. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>.
- INSS. Anuário Estatístico sobre Acidentes de Trabalho. 2009. Disponível

em <<http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=423>>.

- LAAT, Erivelton Fontana de. Trabalho e risco no corte manual de cana-de-açúcar: a maratona perigosa nos canaviais. Comunicação apresentada no seminário “Condições de Trabalho no Plantio e Corte de Cana”. Campinas, Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, 24 e 25 de abril de 2008.
- LUCAS, José. *Não à teoria do subdesenvolvimento*. São Paulo, Kairós, 1983.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. Memória. In: Stédile, João Pedro, TRASPADINI, Roberta (orgs.). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. São Paulo, Expressão Popular, 2005.
- _____. As razões do neodesenvolvimentismo. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da Dependência. Antologia*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- _____. Noticias de Brasil. El Sol de México, 4 de noviembre 1976. UNAM, Hemeroteca Nacional de México, Coleção de Periódicos.
- MARTINS, Carlos Eduardo. Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência. Revista da SEP, São Paulo, v.5, p.121-138, 1999.
- MARTINS, Carlos Eduardo, SOTELO VALENCIA, Adrián. *A Teoria da Dependência e o Pensamento Econômico Brasileiro. Crítica a Bresser e Mantega*. Comunicação apresentada no III Congresso da SEP. Disponível em: www.sep.org.br/artigo/3_congresso_old/iiicongresso30.pdf. Acesso em: setembro 2011.
- OSORIO, Jaime. Superexplotación y clase obrera: el caso mexicano. *Cuadernos Políticos*, n.6, México D.F., editorial ERA, octubre-diciembre de 1975, pp.5-23.
- _____. Dependência e superexploração. In: MARTINS, Carlos Eduardo, SOTELO VALENCIA, Adrián (orgs.). *América Latina e os desafios da globalização. Ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo, Boitempo, 2009.
- PINTO, João Augusto. *A máquina automotiva e suas partes*. São Paulo, Boitempo, 2011.
- PRAUN, Luci. A reestruturação negociada na Volkswagen São Bernardo do Campo. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2006.

SOTELO VALENCIA, Adrián. *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo. Maquiladoras y telecomunicaciones*. México, Plaza y Valdés, 2004.

SOUZA, Nilson Araújo de. *Crisis y lucha de clases en Brasil. 1974/1979*. México, Facultad Nacional de Economía – UNAM, 1980. Tese de Doutoramento. Orientador: Ruy Mauro Marini.

Notas

¹ Cf. Amaral (2006), Amaral e Carcanholo (2009), Martins (1999).

² A categoria da superexploração da força de trabalho expressa um conjunto mais amplo de problemas. Nos limites do objetivo deste artigo, abordaremos tão somente as formas da superexploração no Brasil atual.

³ Embora em *Dialética da Dependência* Marini houvesse se referido às três primeiras formas, em *Las razones del neodesarrollismo* (MARINI, 2000) também considerou o hiato entre o valor histórico-social e a remuneração como uma quarta modalidade de superexploração.

⁴ Osorio, *Superexplotación y clase obrera...*

⁵ Osorio, *Superexplotación y clase obrera...* (Trad. MSL).

⁶ Osorio, *op. cit.*

⁷ Cf. Cap. X, Livro III de *O Capital*.

⁸ Em um trabalho ainda inédito, Marcelo Carcanholo discute algumas imprecisões da categoria da superexploração da força de trabalho, em Marini, em torno da lei do valor e propõe uma alternativa para superá-las. Cf. Carcanholo (no prelo).

⁹ Cardoso e Serra: “inexistiria a possibilidade de produzir-se mais-valia relativa, restando apenas a mais-valia absoluta”; Castañeda e Hett (1988, p.58): “su contenido oscila constantemente entre una identificación con el plusvalor absoluto y una simple exacción de esfuerzo físico excesivo”; Mantega (1985, p.268, 277): “(...) para Marini, a superexploração baseada sobretudo na mais-valia absoluta”; “nos termos de Marini, a superexploração da força de trabalho provoca a pauperização das classes trabalhadoras (...)”; Lucas (1983, p.107): “se ele aceita que a força de trabalho se desvaloriza, e então existe uma redução do salário real, ele estará admitindo a introdução da técnica e a geração de mais-valia relativa, o que ele nega”; Alves (2005, p.161): “o conceito de superexploração do trabalho que utilizamos é diverso do utilizado por Ruy Mauro Marini, no qual a superexploração do trabalho não implicava um aumento da capacidade produtiva do trabalhador assalariado”. Para uma resposta às críticas em torno da categoria da superexploração, cf. Marini (2000[1978]; 2005), Martins e Sotelo Valencia.

¹⁰ Isso não significa que não ocorram mais movimentos grevistas mobilizando-se contra a carga impositiva de horas extras.

¹¹ Salário real, no sentido da TMD, é a relação do salário com o valor da força de trabalho. Na teoria social tradicional/hegemônica, “salário real” significa o poder real de compra do salário nominal, que pode ser obtido pela divisão do salário nominal pelo nível geral de preços, de forma a que o crescimento do salário real seria igual ao crescimento do salário nominal menos a inflação. Os dois sentidos não têm o mesmo significado.

¹² *Id.*, p. 415.

¹³ No último ano de seu mandato, o presidente Lula publicou mais um instrumento de flexibilização da jornada de trabalho, que é a portaria de 20 de maio de 2010 do Ministério do Trabalho e Emprego. A Portaria autoriza a redução pela metade do horário de almoço dos trabalhadores, de 1h, estabelecido pela CLT, quando houver acordo entre sindicato e entidade patronal.

¹⁴ As estatísticas costumam informar a jornada no emprego principal.

¹⁵ Sem ter adentrado nesse nível de abstração em *Dialética da Dependência*, texto em que o método de exposição privilegia o exame das leis tendenciais do capitalismo dependente – incluindo a superexploração da força de trabalho e suas formas -, Marini esboçou alguns parâmetros para análise empírica em outros de seus escritos. Cf. *Las razones del neodesarrollismo* (MARINI, 2000) e, também, *Notícias de Brasil*.

¹⁶ Marx dedica páginas e páginas do livro I de *O Capital* discutindo os famosos relatórios de fábricas e não é por outra razão.

¹⁷ “A CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) é um instrumento do INSS, que deve ser preenchido e registrado toda vez que ocorrer um acidente de trabalho ou uma suspeita de doença ocupacional. A empresa é a responsável pelo seu preenchimento, mas caso se recuse, a CAT pode ser preenchida pelo próprio trabalhador, pelo sindicato, por um médico ou por uma autoridade de saúde, desde que haja um médico que ateste o problema. Caberá ao INSS validá-la ou não” (BERNARDO, 2009, p.156).

¹⁸ Os dois primeiros são China e EUA. Cf. Pinto (2011).

¹⁹ Segundo dados do MDIC.

²⁰ Laat (2008). Nesse mesmo sentido, Alessi e Navarro (1997, p.12, apud SANT’ANA e DO CARMO, 2010) realizaram pesquisa que descobriu que: “a exposição diária dos cortadores de cana a cargas físicas, químicas e biológicas, que se traduzem em uma série de doenças, traumas, ou acidentes a elas relacionadas: dermatites, conjuntivites, desidratação, câibras, dispneias, infecções respiratórias, alterações de pressão arterial, ferimentos e outros acidentes; destacando-se também cargas biopsíquicas configurando padrões de degaste manifestos através de dores na coluna vertebral, dores torácicas, lombares, de cabeça, e tensão nervosa e outros tipos de manifestações psicossomáticas”.

²¹ De acordo com a legislação trabalhista no Brasil, o salário mínimo deveria ser suficiente para sustentar uma família, entendida como unidade familiar composta em média por dois adultos e duas crianças. Considerando o consumo de uma criança como o equivalente à metade de um adulto, a quantidade de meios de consumo requerida para o sustento de uma família é de três cestas básicas. Desse modo, o DIEESE multiplica por três o preço mensal da cesta básica e o resultado novamente é multiplicado, agora pelo peso da inflação na porcentagem que a alimentação representa entre os gastos essenciais de uma família no rol de itens avaliados pelo Índice de Custo de Vida (ICV). O produto final deste cálculo é o salário mínimo necessário, expresso em reais. Cf. DIEESE, *Variações acumuladas dos itens componentes do ICV*. <<http://www.dieese.org.br>>.

Da crise financeira à recessão mundial: acumulação, financeirização e o declínio global¹

David McNallyⁱ

Resumo

Este trabalho avalia a atual crise econômica mundial em termos das transformações cruciais no capitalismo global ao longo do período neoliberal. Argumenta que a intensa reestruturação social e espacial após as crises de 1973-82 produziu uma nova onda de expansão capitalista (centrada no Leste da Ásia), que começou a se esgotar no final da década de 1990. Desde esse momento, novos problemas de superacumulação e de declínio da lucratividade têm assolado o capitalismo global. Interligadas com esses problemas se encontram as contradições relacionadas a uma mutação na forma do dinheiro mundial. O seu completo desligamento do ouro depois de 1971 estimulou um crescimento fantástico das transações e dos instrumentos financeiros, o que gerou uma proliferação de “capitais fictícios” esotéricos, cujo colapso está causando estragos nos mercados financeiros mundiais. A interseção das condições gerais da superacumulação e a crise nas estruturas financeiras características do neoliberalismo está produzindo agora uma profunda recessão mundial. Uma ruptura nas formas de medição do valor acompanha de modo inerente essa crise, o que tem suscitando lutas intensas entre a forma-valor capitalista e os valores da vida popular; e estes últimos formam a base sobre a qual se levanta qualquer renovação real da esquerda socialista.

Palavras-chave: crise econômica, superacumulação, dinheiro mundial, financeirização, lutas por valores.

Classificação JEL: B 51; G 01

ⁱ Professor da Universidade de York, Toronto, Canadá. Correio eletrônico: dmcnallt@yorku.ca
REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 32, p. 143-165, junho-2012

Da crise financeira à crise mundial

A primeira vista, no entanto, toda a crise se apresenta como uma simples crise monetária e de crédito.

(Marx, 1981, p. 621)

A crise atual é, ademais, diferente de qualquer outra das últimas décadas em relação a sua abrangência e profundidade. Enquanto os choques financeiros anteriores nos EUA foram contidos – o colapso das instituições de poupança e empréstimo do início dos anos 1990, o colapso do Long Term Capital Management (1998) ou o furo da bolha das empresas “ponto.com” (2000-1) – este passou de um colapso financeiro a uma crise econômica generalizada. E, ao contrário de crises que estavam limitadas regionalmente – Leste Asiático (1997), Rússia (1998), Argentina (2000-1) – esta é uma crise global no coração do sistema. Enfrenta-se, em outras palavras, uma crise global generalizada de reprodução do capital e das relações entre o capital e o trabalho global que caracterizaram o período neoliberal. A reorganização neoliberal do capitalismo mundial está passando agora por um choque sistêmico.

Como qualquer crise sistêmica, ela produziu um período de incerteza ideológica. Considere, por exemplo, o pronunciamento de Alan Greenspan, que dirigiu o Banco Central dos EUA por dezoito anos, no qual ele disse estar em “estado de choque estarrecedor”; pois, esta foi a resposta que deu quando lhe foi perguntado como um sistema baseado no “auto-interesse das instituições de crédito” poderia se encontrar nesta situação difícil. Ou, então, considere o relatório publicado pelo Institute for Policy Analysis da Universidade de Toronto, que traz o título: “Nós não temos a menor ideia e não vamos fingir que temos”. As afirmações dos neoliberais para as propriedades mágicas da auto-regulação dos mercados estão perdendo rapidamente o poder de convencimento, mesmo entre os seus defensores.

Neste contexto, a esquerda tem uma enorme oportunidade para fornecer análises críticas, visão estratégica e propostas de mobilização. Este trabalho em grande parte se restringe ao primeiro destes fins: é uma análise crítica da crise. No que se segue, defendo que é requerida uma consideração mais dinâmica, histórica e cheia de nuances sobre

o que aconteceu ao mundo capitalista ao longo do último quarto de século do que aquelas que geralmente se tem sido oferecidas. Muitas análises radicais focam sobre os marcos regulatórios ou sobre a crise de rentabilidade dos anos 1970 para explicar o que está acontecendo hoje. Ao fazê-lo, tais abordagens ignoram características fundamentais dos processos dramáticos de reestruturação e acumulação que ocorreram ao longo do período neoliberal – o qual lançou as bases para a atual crise. Argumento ainda que esta crise deve ser analisada em termos de uma ruptura nas formas predominantes do valor, incluindo os modos de medição do valor, e que esta ruptura abre novos espaços de lutas em torno do valor – lutas pelas próprias formas de reprodução das relações sociais – as quais poderiam traçar os contornos de um contra-projeto, radical e sistêmico, em relação ao do capital.

Repensando a era neoliberal: reestruturação capitalista, expansão, e superacumulação, 1983-2007

Na esquerda, a maioria das análises da crise tendem a cair em um de dois campos. Em um deles, encontra-se uma série de comentaristas que vêem a crise financeira apenas como a manifestação mais recente de uma crise de lucratividade que começou no início dos anos 1970, uma crise que tem efetivamente persistido desde aquela época. No outro, há um grande número de comentaristas que vêem a crise como causada essencialmente por uma explosão das transações financeiras e da especulação, a qual se seguiu da desregulamentação dos mercados financeiros, no último quarto de século.

Esse último tipo de análise, que se concentra principalmente na desregulamentação dos mercados financeiros, sofre de uma incapacidade de compreender as tendências profundas em relação ao nível da acumulação de capital e de lucratividade que guiaram a desregulamentação e que sustentaram esta crise. Ela confunde *reações* políticas à globalização da produção e das finanças com as *causas* da crise atual. É verdade, claro, que a desregulamentação financeira é um fator que contribui para a crise atual. Mas, ao invés de conduzir o processo de liberalização financeira, a desregulamentação seguiu e respondeu a transformações estruturais - entre as mais notáveis estão

o crescimento da empresa multinacional demandante de financiamento internacional, o escoamento global de dólares surgido à medida que os EUA acumulavam déficits crescentes em conta corrente, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, e o desenvolvimento dos mercados de eurodólares e da atividade bancária *off-shore* – que corroeu os pilares da estrutura de Bretton Woods de sustentação das finanças mundiais. Enquanto a atividade bancária prosperava *off-shore*, bancos comerciais domésticos e bancos de investimento pressionavam por mudanças da regulação que lhes permitissem captar uma parte dos negócios que tinham se movido para fora das fronteiras.

Dar ênfase à política financeira em detrimento à transformação estrutural gera problemas fundamentais de política e na explicação da realidade. Em primeiro lugar, porque os proponentes dessa tese falham em explicar porque a crise não se restringiu ao setor financeiro; são incapazes de provar sua interconexão com os problemas de superacumulação global. Em segundo lugar, porque esses comentadores, estando propensos a descrever o problema em termos das mudanças feitas pelas políticas neoliberais, ao invés de o explicar pelo sistema capitalista, advogam a favor do retorno de algum tipo de regulação keynesiana dos mercados financeiros. Somada a essa diminuição da importância das profundas transformações estruturais que ocorreram dentro do capitalismo desde os acordos de Bretton Woods, esse tipo de visão também despreza as políticas socialistas em troca de argumentos a favor de um “capitalismo guiado de modo renovado” do tipo que prevaleceu ostensivamente após 1945 (Pollin 2007, p. 153)².

Aquelas análises que efetivamente leem a crise corrente nos termos de um declínio na taxa de lucratividade desde meados dos anos 60 até o início dos 70 tem o mérito de focar problemas mais profundos ao nível da acumulação capitalista, e, por essa razão, tratar-se-á delas aqui mais extensamente. Grande parte dessas abordagens, entretanto, tendem a ser espantosamente estáticas; pois, elas ignoram as dinâmicas específicas da reestruturação e da acumulação capitalista no período neoliberal. Há uma tendência lamentável em muitas dessas análises a tratar todo o período de trinta e cinco anos após 1973 como uma crise, ou como uma longa recessão, ou mesmo como uma depressão³. Por isso, tais avaliações dão menos importância à dramática reestruturação

social, técnica e espacial da produção capitalista que ocorreu durante o período neoliberal; todas essas mudanças ajudaram a aumentar significativamente as taxas de mais-valia e de lucratividade, o que levou a um processo sustentado de expansão capitalista volátil - e mesmo turbulenta - mas, todavia real, centrada no Leste da Ásia. Apenas por meio da consideração de algumas questões centrais desse processo é que se pode explicar, de forma adequada, a crise corrente.

Como essas afirmações são controversas nos círculos marxistas, quero, em primeiro lugar, estabelecer três protocolos teóricos e metodológicos com o objetivo de estabelecer balizas para a análise do capitalismo global, no último quarto de século. Com esse propósito, oferecerei, então, três teses principais sobre o contraditório processo de expansão e de formação da crise que caracterizou o capitalismo mundial durante esse período. Começo com os protocolos metodológico e teórico.

Em primeiro lugar, insisto que é necessário tratar a economia mundial como totalidade, algo que é mais do que a soma das partes. Pode parecer simplório, mas este é um protocolo regularmente violado. Grande parte da discussão sobre o período neoliberal focou um número limitado de nações capitalistas desenvolvidas - mais frequentemente os EUA, a Alemanha e o Japão - e tratou a economia mundial largamente como um agregado dessas partes. Isto é tanto metodologicamente falho quanto empiricamente enganoso⁴. É no nível da economia mundial que as leis do capitalismo atuam de forma mais completa e concreta. A lei do valor atua no plano do capital social total e o dinheiro adquire a forma do dinheiro mundial apenas no nível do mercado mundial. “É só o comércio exterior, assim como o desenvolvimento do mercado em direção a um mercado mundial, que faz o dinheiro transformar-se em dinheiro mundial, transformando também o trabalho abstrato em trabalho social”, argumenta Marx (Marx, 1971, p. 253). Segue-se daí que uma avaliação do capitalismo global não pode apenas se centrar na avaliação do desempenho de economias capitalistas avançadas” (Brenner, 2006, p. xxii),⁵ quão significativas elas o sejam. Os estados-nação e as economias nacionais não podem ser as unidades fundamentais da análise, ainda que seja necessário considerar a sua importância como pontos de concentração do capital dentro do sistema. O capitalismo,

porém, é um sistema mundial cujo o imperativo é a acumulação sem fronteiras e não o desenvolvimento das economias nacionais.⁶ Por essa razão, a prioridade explanatória deve ser colocada na operação do capitalismo como um sistema *global*.

Em segundo lugar, é vital reconhecer que uma avaliação do capitalismo mundial não pode ter como foco o desempenho de economias nacionais *per se*. O capital não investe com o objetivo de aumentar o PIB, a renda nacional ou o nível de emprego agregado. Investe para expandir a si mesmo por meio da captura de porções da mais valia global (embora os capitalistas individuais visem somente às taxas de retorno do investimento total). A captura da mais-valia pode ocorrer – e ocorre – em circunstâncias que são sub-ótimas do ponto de vista do desempenho macroeconômico das economias nacionais. Portanto, por mais interessante e importantes que sejam os indicadores macroeconômicos – e por várias razões –, eles não são indicadores das fases de expansão e de crise do capital. Na verdade, como irei argumentar mais à frente, os capitais das economias centrais do sistema capitalista global têm demonstrado uma tendência sistemática em se mover, por meio de investimentos, para fora do centro na busca de taxas de retorno mais altas. Isso pode produzir – e frequentemente tem produzido – taxas de acumulação de capitais mais robustas em seletas regiões que ficam fora do centro, conquanto contribua para diminuir as taxas de crescimento das economias dominantes.⁷ Apenas se pode entender esses padrões mais complexos de reprodução do capitalismo quando se olha para o capital como uma relação social global, ao invés de atentar para um conjunto de economias nacionais competidoras.

Em terceiro lugar, o quarto de século do longo boom do pós-guerra (1949-73) não deveria ser uma referência contra a qual todo tempo subsequente vem a ser denominado de crise. Aquele grande boom foi produto de um excepcional conjunto de circunstâncias sócio-históricas, as quais desencadearam uma onda de expansão sem precedentes. Porém, uma expansão prolongada com altos níveis de produto, salários e emprego nas economias centrais não é a norma capitalista; e a sua ausência não caracteriza necessariamente uma 'crise'. É, ademais, enganador imaginar que o capital está em crise toda a vez que as taxas de crescimento no mundo, ou dos PIBs nacionais,

caem abaixo de cinco ou seis por cento ao ano. Na verdade, uma compressão salarial pode caracterizar uma fase de expansão capitalista, pois ela é favorável à lucratividade, mesmo se figura como sub-ótima em termos do crescimento da demanda por consumo e das taxas anuais de crescimento econômico nacional. Sim, a expansão capitalista sob tais condições traz limites para ela mesma. Mas isso é o que devemos esperar de todos os “regimes de acumulação” capitalistas. O modo de produção capitalista é inerentemente contraditório em vários níveis; todo padrão de acumulação de capital envolve limites auto-gerados.

* * *

Com estas reflexões preliminares em mente, agora quero voltar para o período neoliberal dos últimos 25 anos ou mais. A análise será construída com base em três teses principais:

Tese um – Após as recessões de 1974-5 e 1980-2 e a ofensiva da classe dominante contra os sindicatos e o sul global, eventos que então ocorreram, severa reestruturação capitalista gerou de fato uma nova onda de crescimento capitalista, embora muito mais desigual e volátil do que a que ocorreu durante o grande boom de 1949-73. Atacando as organizações da classe trabalhadora e minando os estados do sul global; elevando a taxa de exploração e reorganizando espacialmente as indústrias manufatureiras; gerando novas e enormes reservas de trabalho global (via a aceleração da “acumulação primitiva”); através do investimento direto estrangeiro massivo, particularmente no Leste da Ásia; introduzindo novos sistemas de organização do trabalho e de intensificação do trabalho (produção enxuta), e novas tecnologias - por todos esses meios, as taxas de exploração foram elevadas, os fluxos de valor do sul para o norte foram acelerados, e a taxa de lucro foi significativamente impulsionada a partir de seus pontos baixos no início dos anos oitenta. Neste processo, novos centros de acumulação global foram criados. Com certeza, tudo isto implicou numa turbulência global – reestruturações voláteis, recessões periódicas, desigualdades globais exacerbadas, assim como crises regionais e nacionais.⁸ Todavia, tudo isso trouxe também um período de reprodução sustentada e expandida do capital.

Tese dois – Ao lado dessas mudanças, e interagindo com elas, ocorreu uma total reorganização da finança capitalista, estimulada por uma metamorfose nas formas do dinheiro mundial. O resultado foi um colapso do padrão ouro-dólar, a emergência de taxas flutuantes de câmbio, uma intensificação da volatilidade financeira e da incerteza, assim como uma proliferação de novos instrumentos financeiros desenhados para securitizar o risco num contexto de relações monetárias instáveis. Esses instrumentos de securitização de risco abriram novos campos para serviços financeiros e lucros, enquanto também criaram uma larga esfera desordenada de especulação financeira. Enquanto isso, como os lucros financeiros se expandiram dramaticamente como parte dos lucros totais, novos instrumentos de crédito foram criados tanto para os financiadores quanto para os consumidores. Essas transformações expandiram de forma ampla a esfera de transações puramente financeiras e o capitalismo “financeirizado” em sua fase neoliberal – e, ao fazer isso, produziram “rachaduras” financeiras que certamente iriam arrebentar com o advento de pressões sistêmicas.

Tese três – A tendência crescente das taxas de lucro do início dos anos oitenta sustentou uma onda de expansão capitalista que começou a falhar apenas em 1997, com a crise do Leste da Ásia. Esta crise sinalizou o começo de novos problemas de superacumulação, os quais modelaram os contornos da crise atual. Após aquela crise regional (e, particularmente, após o rompimento, nos EUA, da bolha das empresas “ponto.com”, em 2001) uma expansão de crédito massiva sustentou de fato as taxas de crescimento, concentrando profundas fontes de instabilidade no setor financeiro. Assim, se o período inteiro após 1982 não pode ser explicado em termos da criação de crédito, o adiamento de uma crise geral, após 1997, pode esclarecido desse modo. Uma explosão do crédito, que durou uma década, atrasou o dia da reversão. Mas, quando a bolha de crédito se rompeu, o que começou no verão [americano] de 2007, ela gerou uma crise financeira importante, a qual estava propensa a ser severa dado o persistente processo de financeirização ao longo do período neoliberal. E, por causa dos problemas subjacentes de superacumulação que se manifestaram em primeiro em 1997, essa crise financeira desencadeou uma poderosa recessão econômica global.

Reestruturação capitalista e acumulação global, 1983-2007

Em minha argumentação, é central a idéia de que o processo de reestruturação capitalista durante o período neoliberal criou uma nova reconfiguração social e espacial do capital e uma nova onda, desigual e volátil, de expansão capitalista (dirigiu processos-chaves do fenômeno conhecido como 'globalização'). Por meio de uma reestruturação dialética global que reconfigurou o trabalho e o capital dentro e fora de seu centro, a economia capitalista mundial foi decisivamente remodelada. Considerarei diferentes lados desse processo dialético em sequência.

Enquanto alguns comentários parecem frequentemente sugerir que não ocorreu grande reestruturação do capital no centro do sistema desde as crises de 1973 e 1982, está claro para mim que grandes transformações dos processos de trabalho e das tecnologias de fato aconteceram.⁹ Desde logo, isto envolveu uma destruição significativa de capital, à medida que fábricas eram fechadas e os trabalhadores eram demitidos:

A Grã-bretanha perdeu 25 por cento de sua indústria manufatureira entre 1980 e 1984. Entre 1973 e o final dos anos 80, o total de empregados na manufatura industrial nos seis velhos países da Europa caiu em sete milhões, ou seja, mais ou menos um quarto, cerca de metade dos quais foi perdido entre 1979 e 1983 (Hobsbawn, 1994, p. 304).

Processo similar ocorreu nos Estados Unidos. Considerando o caso da indústria doméstica de aço, verifica-se que um quarto de milhão de empregos foi perdido até o final dos anos 80, pois usinas foram fechadas ou enxugadas e novas tecnologias e processos de trabalho foram introduzidos. Ao longo desse processo de reestruturação, novas mini-usinas – tais como Birmingham Steel, Nucor e Oregon Steel – propiciaram o surgimento de regimes de acumulação viáveis, os quais se apoderaram de fatias do mercado.¹⁰

Esses processos de enxugamento, reorganização do trabalho (produção enxuta) e revolução tecnológica ocorreram por meio de uma concertada e crescentemente bem sucedida ofensiva contra o

poder organizado da classe trabalhadora. A densidade da sindicalização declinou dramática e persistentemente nos Estados Unidos, Canadá, Grã-bretanha, França, Espanha e em outros países (Moody, 1997, p. 183), pois o capital rebaixou os salários reais, cortou trabalho, destruiu as organizações de trabalhadores no chão de fábrica, acelerou e intensificou os processos de trabalho, introduziu a robótica e computarizou os sistemas de produção.

Os efeitos cumulativos desses processos foram profundos. No primeiro momento, eles implicaram uma sustentada e significativa aumento da taxa de exploração. Cálculos detalhados feitos por Simon Mohun para a economia norte-americana indicam, por exemplo, que depois de 1979,

o valor da força de trabalho caiu durante o restante do século (pois, a produtividade cresceu, mas isto não aconteceu com a taxa de salário de real dos trabalhadores produtivos), de tal modo que a taxa de mais-valia (a razão entre o valor monetário do excedente e o montante de salários dos trabalhadores produtivos) cresceu 40 por cento (Mohun, 2009).¹¹

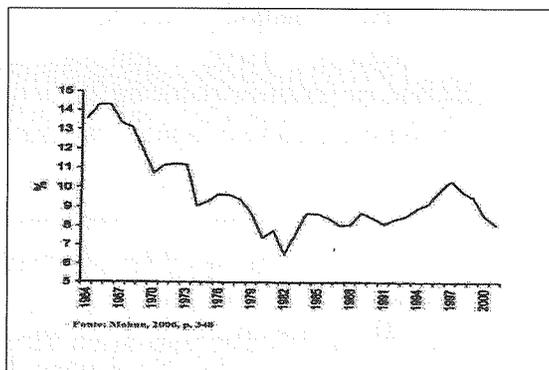
O aumento da taxa de mais-valia nos Estados Unidos ocorreu simultaneamente aos maiores crescimentos da produtividade dos novos investimentos de capital. Mohun e Edward Wolff mostraram ambos que a tendência ao crescimento da composição orgânica do capital¹² no período de 1947-1982 foi abruptamente revertida durante o período da vigorosa expansão neoliberal (1982-1997), com o aumento da produtividade dos novos investimentos. Na linguagem da teoria econômica burguesa, a “produtividade do capital agregado” aumentou; em termos marxistas, depois de 1982, os novos insumos de capital foram capazes de gerar grandes incrementos da mais-valia (Wolff, 2001, p. 316-319; Mohun, 2009).¹³ Em ambos os lados dessa equação – a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital – aumentos da produtividade do trabalho importam decisivamente.

Nada disso supreende aqueles que se encontram empenhados em uma leitura dialética da apresentação de Marx da “tendência declinante da taxa de lucro”. Aliás, nos manuscritos originários dessas seções do volume III de *O Capital*, Marx trata dessa “lei” famosa (e, famosamente,

mal compreendida) como uma unidade dialética de tendências e tendências contrárias.¹⁴ Durante os períodos de ferozes reestruturações do capital em resposta às crises de lucratividade (tal como aquela que caracterizou o período 1973-1982), as ‘tendências contrárias’ tendem provavelmente a dominarem – a menos que uma resistência organizada e massiva da classe trabalhadora impeça efetivamente a reestruturação.¹⁵ Na ausência dessa poderosa resistência de classe, as crises servirão sempre como momentos de reorganização que criam as condições para os aumentos da produtividade do trabalho e das taxas de lucro – o que, por sua vez, torna a expansão possível.

Embora seja absolutamente correto mencionar que a “lei” de Marx não é empírica (Fine e Harris, 1979, cap. 4), os movimentos da taxa de lucro no mundo real são cruciais para a dinâmica da acumulação.¹⁶ É absolutamente claro a esse respeito que, depois de cair consistentemente no período de 1964 a 1982, as taxas de lucro experimentaram uma substancial recuperação após 1982, como mostraram os estudos feitos para os Estados Unidos e para a Europa. É verdade, a lucratividade não retornou aos níveis de meados dos anos 60. Porém, uma recuperação sustentada em níveis menores vem a ser ainda um movimento que tornou possível a continuidade da acumulação. As evidências disponíveis por virtualmente todas as fontes – Mohun, Moseley, Wolff, Duménil e Lévy, Husson e Brenner – mostram essa recuperação até 1997, tal como está indicado na Figura 1.

Figura 1
Taxa média de lucro, antes dos impostos
EUA, 1964-2001



Como essa figura mostra, as taxas de lucro nos Estados Unidos declinaram sistematicamente de meados dos anos 60 até o fundo da recessão em 1982, momento este em que esteve em seu ponto mais baixo. Depois disso, tal como indica a tendência da linha, elas se moveram persistentemente para cima, até 1997.

A recuperação da lucratividade nas economias dominantes, porém, é apenas parte da estória. Ao se expandir o raio da visão para levar em consideração o desenvolvimento fora do núcleo das economias capitalistas, o quadro é denotadamente iluminador. Como parte da intensa reestruturação do capital que emergiu em meio às recessões de 1974-1975 e 1980-1982, o investimento direto das corporações tornou-se mais orientado internacionalmente. Em meados dos anos 80 aconteceu a mudança decisiva a esse respeito, pois o capital baseado no Japão e na Alemanha, havendo acompanhado os capitais baseados nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha em termos de investimento direto no estrangeiro (IDE), voltaram-se para fora de um modo dramático.

O Acordo Plaza, que forçou a valorização do yen japonês e do marco alemão em relação ao dólar, claramente teve um papel importante em termos do momento e do ritmo da mudança feita pelos capitalistas daqueles países em direção ao IDE. Porém, em si mesmo, ele não criou a tendência à globalização do investimento, ainda que este tenha se globalizado. Só nos quatro anos entre 1985 e 1989, o IDE japonês triplicou. De 1991 a 1995, o IDE associado às empresas manufatureiras cresceu outros 50 por cento. A explosão do investimento estrangeiro se deveu muito ao esforço das corporações japonesas para reduzir os custos e incrementar os lucros por meio da construção de cadeias de produção que se aproveitavam dos baixos custos do trabalho em Formosa, Coréia do Sul, China, Malásia e assim por diante. Como resultado, a fração do produto industrial produzido no exterior pelas multinacionais japonesas alçou voo; assim como o comércio entre o Japão e os vizinhos do Leste da Ásia, os quais se tornaram crescentemente interligados por meio de sistemas de produção regionais. O capital baseado na Alemanha perseguiu uma estratégia similar, de tal modo que o IDE das firmas alemãs quadruplicaram entre 1985 e 1990, dobrando de novo em 1995.

Por volta dos anos 90, a Ásia do Leste se tornou, então, o centro de um novo surto de acumulação mundial. No espaço de seis anos, de

1990 a 1996, por exemplo, a formação total de capital na Ásia do Leste (excluindo o Japão) cresceu aproximadamente 300 por cento. Durante o mesmo período, a formação de capital cresceu apenas 40 por cento nos Estados Unidos e no Japão e meros 10 por cento na Europa (Brenner, 2006, p. 300). Uma mudança estrutural de imensa importância estava remodelando a economia mundial.

Conforme o investimento de capital, depois de 1985, tornou-se mais global, grandes transformações ocorreram na produção industrial mundial e na classe trabalhadora mundial.¹⁷ Durante o quatro de século que vai de 1980 a 2005, a força de trabalho global voltada à exportação quadruplicou. A maior parte desse crescimento ocorreu depois de 1990 e metade dele se deu no Leste da Ásia, em que a classe trabalhadora cresceu nove vezes – de aproximadamente 100 para 900 milhões de trabalhadores. No sul da Ásia também se observou um crescimento significativo tanto da indústria quanto do número de trabalhadores industriais.¹⁸ Mesmo se a precisão desses cálculos for discutível, as estimativas mais conservadoras ainda sugerem que a classe trabalhadora dobrou em tamanho durante essas duas décadas (Paus, 2009). Para ter uma idéia da reorganização espacial da indústria global no período neoliberal, compare-se o tamanho da classe trabalhadora fabril na China em comparação com os países do G-7 (isto é, Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, Itália e Grã-Bretanha), tal como está resumido na Tabela 1.

Tabela 1
Número de trabalhadores fábrics na China e no G-7
(2002)

China	Países do G7
109 milhões	53 milhões

Fontes: Banister, 2005 e Bureau of Labor Statistics, 2005

Assim se tem um indicador poderoso do crescimento impetuoso da indústria no Leste da Ásia (fora o Japão) e na China em particular.¹⁹ Esses números são especialmente esclarecedores quando se observa que as empresas estatais na China dispensaram cerca de 35 milhões de trabalhadores no período (Lardy, 2002, p. 1). O fato

de que, em 2002, havia duas vezes mais trabalhadores industriais na China do que nos países do G-7, países estes em que o número de tais trabalhadores declinou firmemente por décadas, é um indicativo das grandes transformações estruturais que ocorreram na economia global durante o período neoliberal. Se não se avalia centralmente esses desenvolvimentos – ou seja, se não se os coloca no centro do ajuizamento do período neoliberal –, falha-se em apreender a dinâmica chave do sistema nas décadas recentes. Porém, para considerar essas mudanças como centrais é necessário analisar o capitalismo como um sistema global, ao invés de vê-lo apenas como um agregado de algumas economias dominantes.

Mantendo o foco na China por um momento, é esclarecedor observar que o seu PIB real aumentou doze vezes entre 1978 e 2005; eis que recebeu investimentos estrangeiros massivos de tal modo que as suas taxas de formação de capital ultrapassaram as do Japão, Formosa e Coréia do Sul durante os seus anos de *boom* (Lardy, 2007, p. 2).²⁰ Embora seja verdade que a economia chinesa tenha se tornado o lar da indústria de baixo custo do mundo – dominando setores como o de sapatos, roupas, artigos esportivos e brinquedos – isto é apenas parte da estória total. Pois, é igualmente verdade que a China, nos anos recentes, justou-se ao rol dos grandes exportadores de produtos eletrônicos e de máquinas da tecnologia da informação (Lardy, 2002, p. 3).

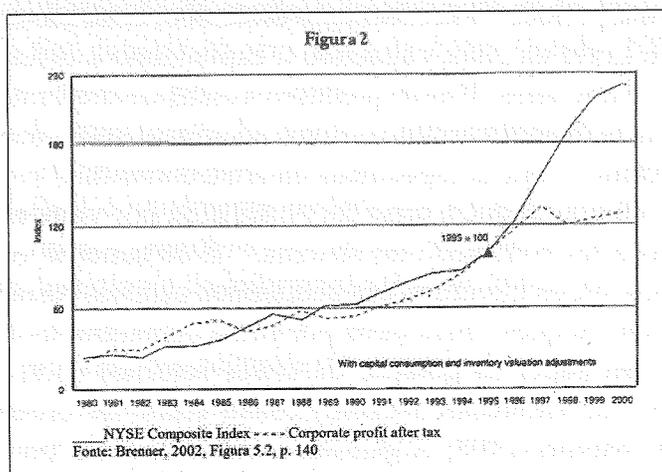
Obviamente, nada disso teria sido possível se não tivesse ocorrido um extenso processo de ‘acumulação primitiva’, à medida que milhões de camponeses chineses perderam as suas posses e saíram da pobreza rural em busca de trabalho assalariado. E esse processo de nenhum modo se restringiu à China. O período neoliberal, de fato, caracterizou-se por um declínio dramático do número de pessoas vivendo da terra – tanto, tanto que, pela primeira vez na história, a maioria dos habitantes do mundo vivem agora espaços urbanos. Durante o último quarto de século, um intenso processo de empobrecimento rural, despossessão e guerras elevou os montantes tanto da classe trabalhadora global empregada quanto do exército industrial de reserva global (McNally, 2006, p. 89-108). E isto forneceu vastas reservas de trabalho assalariado potencial que sustentou o crescimento dramático da indústria global fora do centro capitalista.

É preciso, agora, recapitular essa parte do argumento.

Em resposta às recessões de 1974-1975 e 1980-1982, a classe dominante mundial deslanchou uma ofensiva contra os sindicatos e os países do Sul que foi capaz de criar uma intensa reestruturação capitalista, assim como uma nova onda de crescimento econômico real, ainda que volátil. Depois de 1982, ocorreu uma recuperação significativa da lucratividade e isto sustentou um grande processo de reprodução expandida do capitalismo (particularmente no Leste da Ásia). É verdade que as taxas de lucro não recuperaram os níveis dos anos 60 e que as taxas de crescimento das economias do centro não foram robustas. É verdade, também, que ocorreram contrações cíclicas agudas, como a de 1992, e crises regionais profundas. Isto, porém, é da natureza do crescimento e da acumulação capitalista, os quais são desproporcionais, contraditórios e voláteis. No entanto, permanece o fato de que um período de crescimento dinâmico, centrado na expansão industrial do Leste da Ásia, capacitou o capitalismo a evitar uma crise mundial por vinte anos. E esse processo volátil de crescimento, assim como as formas financeiras típicas que o acompanharam, determinaram muitas das características específicas da crise corrente.

Não direi aqui que a crise foi postergada por vinte e cinco anos porque crédito foi bombeado no sistema.²¹ É certamente verdade que, desde os anos 70, os governos das economias centrais responderam ao declínio e aos choques financeiros por meio de estímulos monetários. E isto teve um papel na geração de crises setoriais (por exemplo, o derretimento das empresas dot.com) assim como de crises regionais e nacionais (Rússia, 1998; Argentina, 2000-1). Disto, porém, não se segue que uma criação agressiva e artificial de crédito deu fôlego a uma economia global a qual, sem ela, permaneceria estagnada por um quarto de século. É assim por três razões. Primeiro – e isto já foi visto –, houve uma real recuperação da lucratividade e esta propiciou a ocorrência de uma acumulação real durante o período neoliberal. Como comentadores notaram regularmente, grande parte do investimento de capital no período foi baseado em lucros retidos das firmas – e não em empréstimos. Segundo, a sustentada inflação de ativos – a economia de bolha – arremeteu somente em 1996 – e não em 1982 (Schiller, 2008, p. 49). A partir de então, a inflação de dívidas recebeu reforços

à medida que os bancos centrais, liderados pelo FED norte-americano, rebaixaram sistematicamente as taxas de juros para segurar as recessões em resposta à crise asiática (1997), a falência do fundo de *hedge* Long Term Capital Management (1998), a crise russa (1998) e o derretimento das empresas dot.com (2000-2001). Foi somente a partir de 1996-1997 que o valor dos ativos se afastou persistente e dramaticamente da criação de riqueza real. Na verdade, um dos gráficos cruciais produzidos por Brenner demonstra exatamente esse padrão: ele mostra uma recuperação consistente dos lucros nos Estados Unidos até 1996 e o índice da Bolsa de Nova York simplesmente acompanhando esse padrão até 1996; após esse ponto, o índice da Bolsa continua a subir enquanto que os lucros revertem em relação a essa tendência – o que é uma clara indicação da formação de uma bolha depois desse ponto. A figura 2 mostra todo esse padrão de comportamento.



A terceira razão para justificar a incapacidade por si mesma da emissão de dinheiro e da criação do crédito de evitar por um quarto de século uma crise capitalista generalizada é tanto lógica quanto empírica. É inconcebível que os massivos fluxos de IDE no Leste da Ásia, as novas zonas industriais com dezenas de milhares de fábricas e milhões de trabalhadores, o extraordinário incremento da classe trabalhadora mundial, pudessem ter sido gerados simplesmente por meio da criação de dinheiro pelos bancos centrais. A criação do crédito estende a duração do boom; isto ocorreu – acredito – depois de 1997; ela, porém, por si

só, não pode criar uma expansão sustentada por mais de um quarto de século. Nunca na história do capitalismo esse passo foi possível; acredito, por isso, que não há razão lógica ou empírica para acreditar que os bancos centrais tenham descoberto uma nova mágica durante a época do neoliberalismo. Se essa fosse a única resposta possível, se tudo fosse conduzido simplesmente por meio do crédito, então toda a evidência histórica sugere que a enorme crise global financeira, aquela que está sendo observada atualmente, deveria ter ocorrido *muito* antes. Ao se desejar argumentar ao contrário, o ônus da prova deveria ficar com os proponentes de tal visão; eles deveriam demonstrar teórica e empiricamente como uma queda na crise foi mitigada por trinta e cinco anos por meio da emissão de dinheiro e da expansão do crédito.

Ao invés de tentar demonstrar a existência de uma mágica de banco central, é preciso ser capaz de explicar o sucesso parcial, mas real, na restauração das taxas de lucro durante os anos 80; a geração de novos centros de acumulação global, tal como a China; a criação de novas, e enormes, reservas globais de força de trabalho (por meio de uma ‘acumulação primitiva’ em processo); a subordinação renovada do Sul Global sob o neoliberalismo; e as metamorfoses dos mercados financeiros que lhes estão associadas, pois tudo isso permitiu ao capitalismo neoliberal evitar uma crise econômica e financeira generalizada por um quarto de século, somente para estabelecer as bases deslocadas de uma nova crise de superacumulação. Ao fazê-lo, é-se capaz de fornecer uma melhor explanação às formas e aos padrões únicos dessa crise, relacionando-os às mudanças específicas da organização neoliberal do capitalismo – e das “rachaduras” que lhe são inerentes.

Essas linhas de falhas apareceram – argumento abaixo – assim que a recuperação neoliberal das taxas de lucro, e da expansão capitalista por ela sustentada, começou a enfrentar poderosos limites na última parte dos anos 90. A crise na Ásia, em 1997, foi o primeiro sinal da emergência de uma nova crise de superacumulação. Após aquela crise regional (e particularmente depois do estouro da bolha das empresas dot.com em 2000-2001), uma expansão massiva de crédito de fato sustentou as taxas de crescimento, concentrando profundas fontes de instabilidade no setor financeiro. Assim, se não se pode explicar

o período como um todo, depois de 1982, em termos de criação de crédito, pode-se fazê-lo no que se refere ao adiamento da crise depois de 1997. Conforme a bolha de crédito assim criada estourou no começo do verão [americano] de 2007, uma enorme crise financeira foi gerada. E, devido aos problemas subjacentes de superacumulação, essa crise financeira desfechou necessariamente um declínio econômico global profundo.

Resumindo, então, e antecipando alguns detalhes, meu argumento sustenta-se nas seguintes teses: 1) a ofensiva neoliberal foi bem sucedida na elevação das taxas de exploração e dos lucros, assim como na indução, por esse meio, do surgimento de uma nova onda global de acumulação entre 1982 e 2007); 2) essa expansão ocorreu no arcabouço de uma transformação do dinheiro mundial e das finanças que permitiu ao setor financeiro dobrar a sua participação nos lucros corporativos; assim, foram crescentemente criadas relações “financealizadas” entre os capitais; 3) quando os primeiros sinais de uma nova fase de superacumulação surgiram na crise da Ásia de 1997, uma expansão gigantesca de crédito, crescentemente alimentada por taxas de juros anormalmente baixas depois de 2001, adiou o dia do julgamento final; nesse processo, as relação entre o capital e o trabalho foram também “financealizadas”; 4) quando os mercados financeiros começaram a vacilar no verão [americano] de 2007, os problemas subjacentes de superacumulação e declínio da lucratividade mostraram que um derretimento financeiro iria acionar uma crise global; e 5) as transformações neoliberais no dinheiro e nas finanças deram a essa crise um certo número de características únicas que a Esquerda deveria ser capaz de explicar.

Tradução (parte)

José Paulo Guedes Pinto

Abstract

This paper assesses the current world economic crisis in terms of crucial transformations in global capitalism throughout the neoliberal period. It argues that intense social and spatial restructuring after the crises of 1973-82 produced a new wave of capitalist

expansion (centered on East Asia) that began to exhaust itself in the late-1990s. Since that time, new problems of over accumulation and declining profitability have plagued global capitalism. Interconnected these problems are contradictions related to a mutation in the form of world-money, as a result of crisis complete de-linking from gold after 1971, which stimulated a fantastic growth in financial instruments and transactions, and generated a proliferation of esoteric 'fictitious' capitals' whose collapse is wreaking havoc across world financial markers. The intersection between general conditions of over accumulation and a crisis in financial structures specific to neoliberalism has now produced a deep world-slump. Inherent in this crisis is a breakdown in forms of value-measurement that is throwing up intense struggles between the capitalist value-forms and popular life-values, the latter of which comprise the grounds for any real renewal of the Socialist Left.

Key words: economic crisis; over accumulation; world-money; financialisation; value-struggles.

Referências

- Ahlbrandt, Roger S, Fruehan, Richard J. e Giarratani, Frank – *The renaissance of American steel*. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- Brenner, Robert – *The bubble and the boom: The US in the world economy*. Londres: Verso, 2002.
- _____ – *The economics of global turbulence*. Londres: Verso, 2006.
- Fine, Ben e Harris, Laurence – *Reading 'Capital'*. New York: Columbia University Press, 1979.
- Fine, Ben, Lapavistas, Costas e Milonakis, Dimitris – Addressing the world economy: two steps back. In: *Capital and Class*, 1999, vol. 67, p. 47-90.
- Fine, Ben e Saad-Filho, Alfredo – *Marx's Capital*. Londres: Pluto Press, 2004.
- Freeman, Alan – Crisis and the poverty of nations: two market products which value explains better. In: *Historical Materialism*, 1999, vol. 5, p. 29-75.
- Glyn, Andrew – *Capitalism unleashed: finance, globalization and welfare*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- Harman, Chris – *Explaining the crisis: a Marxist re-appraisal*. Londres: Bookmarks, 1984.

- _____ – The rate of profit and the world today. In: *International Socialism Journal*, 2007, vo, 115.
- Harvey, David – *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- Hobsbawm, Eric – *The age of extremes: a history of the world 1914-91*. New York: Pantheon Books, 1994.
- Husson, Michel – Riding the long wave. In: *Historical Materialism*, 1999, vol. 5, p. 77-102.
- Itoh, Makoto – *The world economic crisis and Japanese capitalism*. Londres: Macmillan, 1990.
- Lardy, Nicholas R. – The economic future of China. In: *Asia Society*, 29 de abril de 2002.
- Marx, Karl – *Theories of surplus value*. Part III. Moscou: Progress Publishers, 1971.
- _____ – *Grundrisse*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.
- _____ – *Capital*. Vol. 3. Harmondsworth: Penguin Books, 1981.
- McNally, David – Turbulence in the world economy. In: *Monthly Review*, 1999, vol. 51 (2), p. 38-52.
- _____ – *Another world is possible: globalization and anti-capitalism*. Winnipeg e Londres: Arbeiter Ring Publishing e Merlin Press, 2006.
- _____ – Global crisis, world finance and challenges to the dollar. In: *The Bullet*, 2008, n° 118.
- Mohun, Simon – Distributive shares in the US economy, 1964-2001. In: *Cambridge Journal of Economics*, 2006, vol. 30 (3), p. 347-370.
- _____ – Aggregate capital productivity in the US economy. In: *Cambridge Journal of Economics*, 2009, vol. 33 (5), p. 1023-1046.
- Paus, Eva – *Global capitalism unbound*. New York: Palgrave, 2009.
- Polin, Robert – Resurrection of the rentier. In: *New Left Review*, II, vol. 46, p. 140-153.
- Schiller, Robert – *The subprime solution*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- Wade, Robert – Financial regime change. In: *New Left Review*, II, 2008, vol. 53, p. 5-21.
- Weeks, John – *Capital and exploitation*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- _____ – Surfing the troubled waters of “global turbulence”: a comment.

In: *Historical Materialism*, 1999, vol. 5, p. 211-30.

Wolff, Edward – The recent rise of profits in the United States. In: *Review of Radical Political Economics*, 2001, vol. 33 (3), p. 315-324.

Notas

¹ Nota do tradutor: A presente versão é uma tradução de parte da primeira metade de um artigo publicado originalmente na revista *Historical Materialism*, 2009, vol. 17 (2), p. 35-83. A original, segundo o autor, é uma “versão consideravelmente ampliada e atualizada de um documento apresentado em uma sessão plenária sobre “A Crise Financeira Global: Causas e Consequências” na Conferência Anual da revista *Historical Materialism* em 2008, realizada na Universidade de Londres, 08 de novembro de 2008.” Segundo ele ainda, “Uma versão posterior, concluída em dezembro de 2008, foi publicada no site <http://www.marxandthefinancialcrisisof2008.blogspot.com>.”

² Wade fez também uma análise focada na desregulamentação dos mercados financeiros (Wade, 2008).

³ Makoto Itoh se refere regularmente ao período iniciado em 1973 como o de uma “grande depressão” (ver Itoh, 1990, p. 4-5), uma posição que ele reiterou em sua palestra na conferência da *Historical Materialism* de 2007, em Londres. Chris Harman (1984) rejeita justamente sua posição anterior de que se vive em uma época de “crise permanente” do capitalismo, mas continua a argumentar que o capitalismo, desde 1973, tem mostrado “uma tendência geral para a estagnação” (ver Harman, 2007). Robert Brenner (1998; 2006; 2002) criou o termo “longo declínio” para descrever o estado da economia mundial desde 1973. Brenner atenta para algumas das dinâmicas de mudança dentro da economia mundial durante este período, mas ele também tende a ver o sistema como atolado em uma desaceleração prolongada, compreendendo a época como de “crise”. Tentei reconstruir partes de análise de Brenner, em termos da teoria marxista de valor em outro artigo (McNally, 1999). Smith (1999) faz uma tentativa de fazer algo semelhante em um nível mais metodológico. Uma resposta muito importante para Brenner, feita da perspectiva da teoria de valor, a qual levanta as questões críticas sobre o crédito e as finanças internacionais, bem como o problema da teoria da escolha racional, foi oferecida por Fine, Lapavistas e Milonakis (1999). Como quase certamente serei mal interpretado sobre este ponto, quero salientar que vejo o período dos últimos 35 anos também como um período de “turbulência global”, um período sustentado de intensa reestruturação capitalista, que reorganizou o capitalismo global, produzindo acentuadas crises cíclicas e regionais, e que gerou um período sustentado de crescimento, sem uma crise global como as de 1974-5 e 1980-2, pelo menos até agora.

⁴ “Analisar as partes e agregá-las no todo é ‘vulgar’” (Weeks 1999, p. 213). Isso não significa que é ilegítimo decompor o todo em partes para propósitos analíticos. Ao invés, isso significa que os processos de reconstrução do todo a partir de suas partes não pode ser uma soma. As partes devem ser teorizadas em níveis crescentes de concretude em termos da totalidade de relações que as constituem tais como elas são – partes que são circunscritas dentre e através do todo.

⁵ Aqui, frequentemente entro em desacordo com aspectos da análise de Brenner. Faço isso porque ele oferece a análise mais rica e mais matizada da tese do “longo declínio”. Todos os

economistas políticos sérios, marxistas, se sentem profundamente em dívida com o trabalho de Brenner, por mais que possam diferir dele em termos teóricos, metodológicos e empíricos.

⁶ “A tendência para criar o mercado mundial está diretamente dada no próprio conceito do capital” (Marx, 1973, p. 408).

⁷ O caso clássico ao longo da década de 1990 foi o do capital japonês. Como as multinacionais sediadas na Japão estavam investindo febrilmente em todo o resto do Leste da Ásia, em agressiva campanha para aumentar a sua rentabilidade, elas contribuíram para a desaceleração da formação de capital no momento em que a “economia nacional japonesa” precisava desesperadamente de estímulo privado (bem como de estímulo público).

⁸ A tese de Brenner, que se refere à existência de uma “turbulência global” na economia mundial desde 1973, tem mérito. Ela, em minha opinião, concorda com boa parte de sua própria descrição empírica e o faz de um modo mais adequado do que a sua tese adicional de que houve também um “longo declínio”.

⁹ É assim que a avaliação de Brenner é frequentemente lida – e algumas de suas formulações contribuem para essa leitura. A narrativa histórica de Brenner de fato, porém, é muito mais nuançada; ela efetivamente captura alguns aspectos da intensa reestruturação que ocorreu durante todo esse período.

¹⁰ Dispõe-se de uma avaliação burguesa bem informativa das transformações da indústria do aço nos Estados Unidos (Ver Ahlbrandt, Fruehan e Giarratani, 1996).

¹¹ Ver, também, as figuras 4 e 5, num artigo anterior de Mohun (2006, p. 357-358). Nas estimativas de Husson (1999, p. 86), o crescimento da taxa de exploração na restauração dos lucros na Europa figura ainda mais decisivamente do que nos Estados Unidos.

¹² A composição orgânica do capital (frequentemente referida como razão capital/trabalho) se refere à razão entre os meios de produção e o trabalho, calculada com base em determinadas relações de valor. Para saber mais sobre esse conceito e sua relação com a “composição técnica do capital” e com a “composição de valor do capital” ver Fine e Harris (1979) ou Fine e Saad-Filho (2004), capítulo 8.

¹³ Há diferenças nos modos pelo quais Wolff e Mohun derivam essas evidências, mas está claro que eles descrevem a mesma tendência.

¹⁴ Como apontou Michael Heinrich (2007, p. 200-1), o tratamento de Marx dessa “tendência” vem a ser mais aberta do que aquela sugerida pela estrutura dos três capítulos organizados por Engels (capítulos 13 a 15 do volume III de O Capital). Ademais, ela não comporta uma leitura mecânica que alguns podem querer adotar. Para apreciar uma das primeiras e mais claras interpretações dialéticas da “lei” de Marx, ver Fine e Harris (1979, capítulo 4); Kliman (2007, p. 30-31) assume uma posição similar. Todos esses autores reconhecem que a teoria marxiana da crise não pode ser derivada diretamente dessa “lei” (pois, entre outras coisas, seria necessário primeiro considerar a teoria de Marx do dinheiro, do crédito e da finança), embora, em minha visão, ela apreenda a crucial dinâmica contraditória do processo de acumulação que aparece nas crises. Encontra-se uma importante apresentação da teoria marxiana das crises, desenvolvida com base em interpretação dialética, em Weeks (Weeks, 1981, capítulo 8).

¹⁵ É preciso reiterar aqui que a dominação das tendências contrárias em relação à tendência ao declínio das taxas de lucro em tais momentos é inerente à própria “lei”. É este o significado da afirmação segundo a qual a lei é a unidade da tendência e das tendências contrárias.

¹⁶ Freeman (1999, p. 38-40) nota que as taxas de lucros monetárias e de lucros/trabalho não são de nenhum modo idênticas. No entanto, os seus cálculos mostram que ambas essas taxas se movem sincronicamente.

¹⁷ É importante realçar que grande parte do mundo ficou fora desse processo de globalização capitalista. Em grande parte da África subsaariana, em muito da América Latina e do Oriente Médio, em parte da Ásia do sul não se observaram grandes incrementos nos fluxos de capital fixo.

¹⁸ Ver os relatórios do FMI de 2007a e 2007b. A medida do peso da atividade exportadora na classe trabalhadora industrial é construída repartindo a força de trabalho do país por meio da razão das exportações em relação ao PIB. Isto, obviamente, tende a subestimar os tamanhos das classes trabalhadoras como todos. Porém, fornece um índice útil que mostra o crescimento relativo da classe trabalhadora no mundo.

¹⁹ Obviamente, os trabalhadores industriais dos países do G-7 são muito mais produtivos do que os da China, especialmente porque trabalham com tecnologias muito mais sofisticadas. Pode ser verdade que eles criam valor de modo igual que os chineses. Entretanto, não se pode negar quão crucial tem sido a reorganização espacial da indústria global ou a dramática expansão industrial ocorrida na China.

²⁰ Encontram-se comentários úteis sobre o crescimento extraordinário da China em Harvey (2005, capítulo 5) e em Glyn (2006, p. 88-95).

²¹ Mesmo se Brenner é frequentemente lido desse modo, ele de fato datou o surgimento da economia de bolha a partir do Acordo Plaza reverso, de 1995. Ver Brenner (2002, p. 134). Kliman parece ter argumentado que o crescimento a partir dos anos 70 foi conduzido essencialmente pelas dívidas. Apesar de meu respeito pelo trabalho de Kliman na teoria do valor, penso que ele está errado nesse ponto.

Resenha

Weeks, John - *Capital, Exploitation and Economic Crisis*. London and New York: Routledge, 2010. 192 páginas.

Ainda que atualmente bastante claro, nunca é demais relembrar que a crise econômica do final dos anos 2000 reavivou o interesse geral pela economia política de Marx por todo o mundo. Entre as novas contribuições em língua inglesa que buscam explicações para o evento com base no *Capital*, está o livro *Capital, Exploitation and Economic Crisis* de John Weeks, professor de economia da Universidade de Londres. A publicação é uma edição completamente revisada e atualizada de seu trabalho publicado originalmente em 1981 e que sai agora pela série *Frontiers of Political Economy* da editora Routledge.

Em geral, o aspecto que mais chama a atenção do leitor ao longo dos 11 capítulos é a decidida postura de Weeks em relação a algumas controvérsias sobre a teoria do valor e sua ênfase crítica às teorias econômicas do *mainstream*. Essa característica rebelde, que pode inicialmente causar certo desconforto devido às possíveis divergências de interpretação da obra de Marx e à maneira de oposição à escola neoclássica, é na verdade o ponto forte que acaba tornando a leitura instigante e dando personalidade ao livro. Com efeito, a obra é em sua essência a apresentação e defesa das ideias do próprio autor em relação ao capitalismo e às teorias econômicas que pretendem explicá-lo, onde Marx entra mais como um interlocutor do que como autoridade intelectual. Esse distanciamento, somado à segurança sobre seus argumentos, é digno de registro, mesmo por aqueles que não concordem com sua interpretação.

A teoria do valor é o centro de toda análise do livro, cujos três capítulos iniciais se dedicam à explicitação de que a produção generalizada dos valores de uso com o objetivo de troca implica necessariamente uma sociedade capitalista. Aqui, é notório que, logo de início, temos uma posição revelada que se insere no debate intrincado sobre a sociedade mercantil simples e o argumento lógico e histórico do capital. Para Weeks, toda teoria do valor, seja qual for a escola de pensamento, busca reconhecer e explicar os mecanismos que geram as

variações das relações de trocas, ou seja, dos preços de mercado. Mas a teoria do valor de Marx abarca, além dessa explicação quantitativa, e que seria o aspecto “exotérico”, aparente do fenômeno, o lado “esotérico” das relações de troca entre as mercadorias. Toda dificuldade consistiria em relacionar a aparência imediatamente visível no mercado com esse fundamento essencial de que o valor é uma relação social.

Para fazer valer esta perspectiva, é argumentado que a teoria do valor desenvolvida no nível das aparências acaba caindo em contradições e equívocos que mesmo os mais profundos conhecedores da análise de Marx não estão isentos de cometerem. Aqui, como exemplo, a formulação de Engels sobre a lei do valor desenvolvida no posfácio do livro 3 do *Capital* é posta em crítica, pois a interpretação de que a lei agiria desde tempos remotos sobre a troca de mercadorias faz com que a forma do valor não seja específica ao modo de produção do capital.

Weeks parece assim rejeitar as análises sobre o aspecto puramente quantitativo do valor, como se a determinação da relação quantitativa entre o sistema de valor e o sistema de preços não tivesse utilidade. Isto fica nítido em sua distinção entre trabalho concreto e abstrato, onde afirma que “o valor das mercadorias (trabalho abstrato) não pode ser diretamente observado, e o conhecimento do tempo de trabalho necessário para produzi-las (trabalho concreto) é irrelevante para a determinação dos valores de troca” (Weeks, p. 14). De fato, o valor não é diretamente observável, justamente porque em condições de propriedade privada dos meios de produção, o acesso às informações do tempo de trabalho concreto nas unidades de produção só pode ser feito a posteriori, no mercado. Mas isso não quer dizer que não seja este tempo que delimita o raio de liberdade das trocas concretas.

De forma resumida, o início de *Capital, Exploitation and Economic Crisis* é altamente controverso, não pelo fato da posição de Weeks ser única ou por contrapor Marx com Engels nessa delicada questão, mas sim porque o próprio tópico demanda um desenvolvimento mais acurado do materialismo histórico, de tal forma que ou as leis de cada modo de produção sejam nitidamente identificadas (posição em que a lei do valor se restringe ao modo de produção do capital), ou que a lei do valor exerça um papel de conexão claro entre modos de produção (posição que estende a lei do valor a modos de produção pré-capitalistas).

Os capítulos 4, 5 e 6 contemplam a parte teórica da circulação e do conceito de mercadoria dinheiro. A posição de leitura conceitual do *Capital* é sustentada pela ênfase de que a extensão da lógica do mercado a épocas não-capitalistas é causada pela tentativa de se criar uma teoria do dinheiro que abranja todos os modos de produção. O problema indicado é pertinente: a elaboração de uma teoria geral do dinheiro abre a possibilidade da circulação das mercadorias como capital. Com isso, é possível conceber a circulação simples de mercadorias, que supostamente nunca teria existido historicamente. Como enfatizado no início do livro, ao contrário, é o construto da circulação simples de mercadorias que pressuporia o circuito do capital. O resultado disso é que a teoria do dinheiro deveria ser específica também para cada modo de produção. A interpretação da teoria do dinheiro de Marx aqui é que ela seria referente apenas às formas do dinheiro na sociedade capitalista. Weeks argumenta que a sequência de exposição de Marx, tratando primeiro da mercadoria, do valor e do dinheiro e somente depois do capital não representa uma ordem histórica em que as categorias teriam aparecido concretamente, mas que já, desde o início, Marx está lidando com uma economia capitalista.

O capítulo 5 traz o que o autor julga ser o argumento mais controverso do livro, qual seja, o de que o dinheiro sempre deve estar baseado em um dinheiro-mercadoria (commodity money). Aparentemente, Weeks busca se proteger das críticas que viriam com a errônea duplicação de categorias, como se pudesse haver de um lado dinheiro (money), e do outro, mercadoria dinheiro (commodity money). Este último termo geralmente é ligado ao ouro, mas de fato, o conceito mais abstrato de dinheiro impede de antemão que ele possa ser pensado como algo não-mercadoria.

O problema com o qual se está lidando aqui é que a escola neoclássica só reconhece a função do dinheiro como meio de troca. E aqui o diferencial do argumento: quando restrito a esta função, parece que dinheiro não precisa ser mercadoria. Ocorre que muitos marxistas caem nessa ilusão também, porque o dinheiro na circulação pode ser mesmo um símbolo, obscurecendo o fato de ele ser mercadoria. Há, corretamente, um esforço em afirmar que a interpretação de que dinheiro pode não ser mercadoria é errada. No entanto, parece que há um jeito

mais direto de apontar que dinheiro é mercadoria. O ideal seria resolver esse problema corrigindo os termos que entraram em uso no debate marxista sobre dinheiro, esclarecendo que a separação entre “dinheiro” e “mercadoria dinheiro” é inadequada neste caso. Isso ajudaria os leitores que não estão seguros de que o dinheiro é necessariamente mercadoria, e que pensam assim que poderia haver um dinheiro sem valor.

A distinta função meio de circulação é o que cria a impressão de que dinheiro pode ser um mero símbolo. O desenvolvimento da explicação do símbolo torna a interpretação de Weeks mais interessante. O argumento geral é o de que, como acabou o padrão ouro, o dinheiro não precisa ser mercadoria. O contra-argumento, bem direto, poderia ser que dinheiro é necessariamente mercadoria (não era o fato de o ouro ser a mercadoria dinheiro que fundamentava o fato de dinheiro ser mercadoria), e a ascensão do símbolo no lugar do ouro não invalida a teoria do dinheiro de Marx. Mas Weeks aqui dá uma volta a mais, explicando que o símbolo necessita do Estado, enquanto o dinheiro em geral não. Por isso, quando o Estado não cumpre sua função de controlar o símbolo, a forma do dinheiro retorna do símbolo para o ouro (que é posto muito próximo do conceito de mercadoria dinheiro). Isso não significa que o símbolo não seja dinheiro, ou mesmo mercadoria dinheiro.

A conclusão central é que, enquanto a função de ser meio de circulação pode ser cumprida por qualquer coisa, até mesmo por um acordo informal de pagamento, as funções de meio de pagamento e de entesouramento só podem ser cumpridas por uma “mercadoria dinheiro” (commodity money). O fato da função meio de troca poder ser cumprida por algo que não seja mercadoria cria a ilusão, segundo Weeks, de que dinheiro não precisa ter valor, como é o caso da escola neoclássica, onde o dinheiro serve apenas como facilitador das trocas.

Em suma, temos uma posição nítida que fundamenta o dinheiro na mercadoria, e rejeita as noções de que dinheiro possa ser não-mercadoria. A ilusão de que isso ocorreria deriva do fato da forma simbólica ascender com o desenvolvimento do Estado capitalista emissor de moeda e conseqüente abandono do padrão ouro. Como Weeks utiliza da distinção dinheiro e mercadoria dinheiro, ele precisa reforçar o argumento de que o símbolo continua atrelado a alguma materialidade, e o faz enfatizando que a teoria do dinheiro precisa se

basear no dinheiro mercadoria, usualmente ouro. No último capítulo do livro, sobre a crise de 2008, Weeks traz dados sobre a evolução do preço do ouro para corroborar sua interpretação de que o dinheiro, por mais que se desenvolva para formas simbólicas de expressão de meio de troca, está sempre atrelado à materialidade de uma mercadoria dinheiro.

Os capítulos finais 7 a 11 lidam com os aspectos da crise. O autor consegue, ainda que de forma relativamente abstrata, mostrar que as crises não são fenômenos restritos aos processos financeiros, pois estão profundamente enraizados na lógica capitalista que pode ser remontada até a contradição fundamental entre valor de uso e valor, algo que a economia *mainstream* é incapaz de compreender. Os tópicos que balizam o quadro teórico da crise, como a competição, a lei da tendência da queda da taxa de lucro, a separação entre as esferas da produção e circulação e a distinção capital circulante/capital fixo e capital constante/capital variável são também aqui apresentadas sempre com ênfase crítica à percepção vulgar destes fenômenos capitalistas.

Sobre a crise dos anos 2000, há um esboço do desenvolvimento dos instrumentos financeiros que explicita que os papéis negociados se tornaram cada vez mais distantes dos aspectos concretos de propriedade sobre o produto material. Com isso, o nível das aparências da crise é posto em ligação com a relação contraditória fundamental causadora do processo, que é a unidade dialética entre valor e valor de uso do produto enquanto mercadoria. A conexão se baseia na idéia central de que o capital financeiro se torna cada vez mais dominante frente ao capital industrial, um aspecto revelador da busca utópica dos capitalistas por uma “pedra filosofal” que permita a geração de mais-valia sem que seja necessário passar pelo processo de produção (Weeks, p. 141).

Ao final, Weeks levanta a interessante pergunta sobre a possibilidade de controle sobre o capitalismo. Ele vê que tal meandro é possível, e se baseia na experiência dos anos de 1930 a 1970. Em sua opinião, esse período de regulamentação só foi possível graças à organização e força da classe trabalhadora. De forma semelhante, tal processo pode ser feito de novo, se as medidas adequadas forem levadas adiante pelo proletariado. Entre elas estariam a nacionalização do sistema financeiro, a elevada importância do objetivo macroeconômico de pleno emprego, a regulamentação ampla do mercado de trabalho

com a implementação geral de um programa de renda mínima e o direito irrestrito de organização da classe trabalhadora. Como se vê, mudanças desse calibre podem resultar em algo muito mais avançado do que um simples capitalismo sem crise, e é isso que temem as forças conservadoras e reacionárias do século XXI.

Resumidamente, o livro *Capital, Exploitation and Economic Crisis* é particularmente interessante para aqueles que buscam vincular os fenômenos visíveis da crise capitalista com a economia política de Marx e para todos participantes das controvérsias teóricas que se derivam do *Capital*. Apesar de trazer uma bibliografia adequada que permite o leitor localizar de forma relativamente isenta os principais debates, a obra é praticamente um acerto de contas do autor com seu próprio estudo de economia e não esconde sua franca crítica à escola neoclássica devido à sua limitação ao nível das aparências, assim como aos próprios adeptos do marxismo eventualmente ludibriados pelas ilusões do capital.

Tiago Camarinha Lopes

Aluno do mestrado em Economia
Universidade Federal de Uberlândia

Normas para apresentação de artigos, comunicações e resenhas

1. Os artigos, comunicações e resenhas encaminhados à REVISTA, que se encontrarem dentro da ORIENTAÇÃO EDITORIAL (abaixo transcrita), serão submetidos à apreciação de pelo menos dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos ad-hoc.

2. Os trabalhos submetidos à REVISTA deverão ser originais. Em casos especiais, será aceita a publicação simultânea em outras revistas estrangeiras ou nacionais.

3. A remessa de originais à REVISTA implica a autorização para sua publicação pelo autor. Não serão pagos direitos autorais.

4. Os artigos devem conter título, autor(es), crédito(s) do(s) autor(es) e serem acompanhados de um resumo de no máximo 10 linhas e palavras-chave em português e inglês. Em folha separada do corpo do texto, colocar o endereço completo para correspondência (incluindo telefone, fax e correio eletrônico)

5. Enviar o texto para o email sep@sep.org.br ou para os editores responsáveis, com a seguinte formatação, em Word for Windows:

– Margens: de 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.

– Fonte: times new roman, 12 pontos e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.

– Tamanho: máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos. Para as comunicações e resenhas o limite é de 4 laudas. Incluir neste limite as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.

– Apresentar as tabelas, gráficos e figuras em preto e branco; numerados, e, se estiverem em arquivo separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. As notas vão para o final do texto e não no rodapé.

6. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p. 124). As referências bibliográficas completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• Livro:

PACKARD, Vance. *Estratégia do desperdício*. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:

VOINEA, Serban. *Aspects sociaux de la décolonisation*. In: FAY, Victor. *En partant da Capital*. Paris: Anthropos, 1968. p. 297-333.

• Artigo publicado em periódico:

YATSUDA, Enid. Valdomiro Silveira e o dialeto caipira. Revista Novos Rumos. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. p. 27-40, 1986.

• Artigo publicado em Anais:

DUFOURT. D. Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique. In: COLLOQUE ETAT ET REGIATIONS, 1980, Lyon. Anais do Colloque État et Régulations. Lyon: PUF, 1980. p. 49-72.

• Teses, dissertações e monografias:

CRISENOY, Chantal de. Lénine face aux moujiks. Tese (Doutorado de 3º ciclo em Ciências Sociais) — École de Hautes Études en Sciences Sociales – Paris, 1975.

• Outros Documentos:

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Orientação Editorial

A Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política tem publicado e continuará publicando artigos científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas sejam em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros – desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza. Em suma, ela discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, ademais, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento. Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a Revista da SEP mantém o compromisso de que os artigos recebidos serão julgados isonomicamente, pelo critério da dupla revisão.